



# Relatório de Gestão 2019





GOVERNO FEDERAL

### **Presidente da República**

Jair Messias Bolsonaro

### **Ministro de Estado do Meio Ambiente**

Ricardo de Aquino Salles

### **Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade**

Homero de Giorge Cerqueira

### **COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO GERAL**

#### **Chefe de Gabinete**

Mariana Bulat

#### **Chefe da Divisão de Gestão Estratégica e Modernização**

Eliel Fontenele Silva

### **ORGANIZAÇÃO DO MATERIAL**

#### **Divisão de Gestão Estratégica e Modernização**

Consolidação do Conteúdo: Osvaldo Martins de Moraes Filho  
e Vanessa Simas Figueiredo

Revisão do Texto: Fernanda Oliveto

#### **ARTE**

#### **Divisão de Comunicação**

Projeto Gráfico e Diagramação: Marília Ferreira

#### **Créditos**

Participaram da elaboração deste Relatório de Gestão técnicos de todos os órgãos integrantes do ICMBio. Ele é produto da construção coletiva e orientado pelas boas práticas preconizadas pelo Tribunal de Contas da União.

# BEM-VINDOS

Este é o Relatório de Gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/Ano 2019.

O objetivo deste Relatório é levar aos cidadãos brasileiros informações sobre o que faz o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. O documento apresenta à sociedade e aos órgãos de controle uma visão clara sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas do Instituto Chico Mendes promovem a geração de valor público, além de demonstrar e justificar os resultados obtidos de acordo com os objetivos estabelecidos.

O Relatório de Gestão do ICMBio/Ano 2019 está assim estruturado:



Mensagem do Presidente  
do Instituto Chico Mendes  
de Conservação da  
Biodiversidade



**CAPÍTULO 1**  
Visão geral organizacional  
e ambiente externo



**CAPÍTULO 2**  
Governança, estratégia e  
alocação de recursos



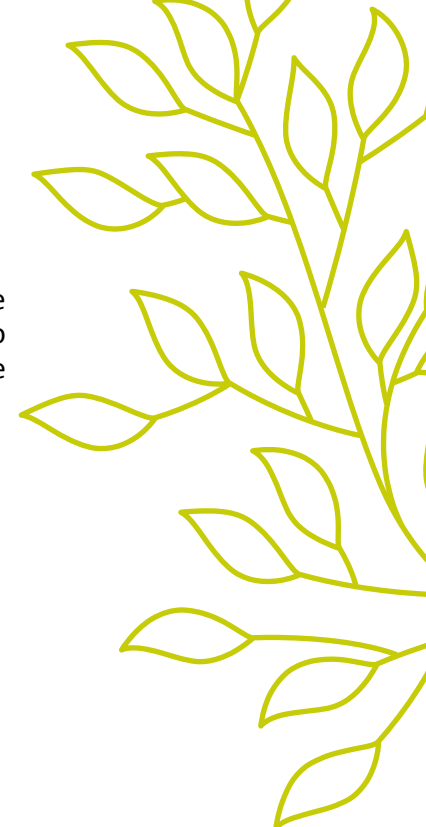
**CAPÍTULO 3**  
Riscos, oportunidades e  
perspectivas



**CAPÍTULO 4**  
Resultados e  
desempenho da gestão



**CAPÍTULO 5**  
Informações orçamentárias,  
financeiras e contábeis



## MENSAGEM DO PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

A fim de garantir a transparência da gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, como presidente desta Autarquia, divulgo os avanços alcançados ao longo de 2019 por meio deste Relatório de Gestão.

Muitos projetos importantes tiveram início nesse período e poderão ser lidos nas próximas páginas.

Ressalto algumas das ações mais relevantes na busca contínua de mais efetividade das unidades de conservação.

Para ampliar o uso público nas unidades de conservação federais – UCs, entre outras, publicamos a instrução normativa de pesca, qualificamos UCs no Programa de Parcerias de Investimentos – PPI, concedemos a execução de ações de uso público em unidades e alavancamos o número de visitantes nas nossas UCs. O objetivo foi oportunizar serviços de mais qualidade à sociedade quando presentes nas nossas UCs, bem como gerar mais emprego e renda para a população.

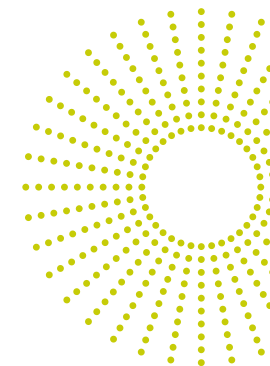
No âmbito das ações para regularização fundiária, tivemos o maior valor pago desde a criação do ICMBio: foram R\$ 31 milhões.

Também passamos a integrar o Sistema Brasileiro de Inteligência – SISBIN, o que reforçará as ações de proteção do território gerido pela Autarquia para os próximos ciclos.

Em 2019, foram implementados o Auto de Infração Eletrônico e o Núcleo de Conciliação Ambiental, modernizando, assim, a fiscalização ambiental.

No que tange ao aperfeiçoamento da gestão do ICMBio, reestruturamos setores para obter mais eficiência operacional; diminuimos o tempo de análise de processos, como é o caso das autorizações para o licenciamento; implementamos a gestão por competências, alinhada ao fluxo de capacitação dos nossos servidores; garantimos a execução responsável de 100% do orçamento, entre outras.

Por fim, concluo que os desafios e oportunidades em 2019 foram enormes. Entretanto, para garantir que cumpriríamos nosso dever institucional, trabalhamos arduamente, contando com profissionais dedicados e com instituições públicas parceiras comprometidas.



Desejo uma boa leitura,  
*Homero de Górges Cerqueira*



Imagem 1

## Sumário



### VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

- Conheça o ICMBio
- Estrutura Organizacional
- Modelo de Negócio
- Ambiente Externo
- Relacionamento com a Sociedade



### RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

- Gestão de Riscos
- Programa de Integridade



### GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

- Governança
- Planejamento Estratégico
- Alocação de Recursos



### RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

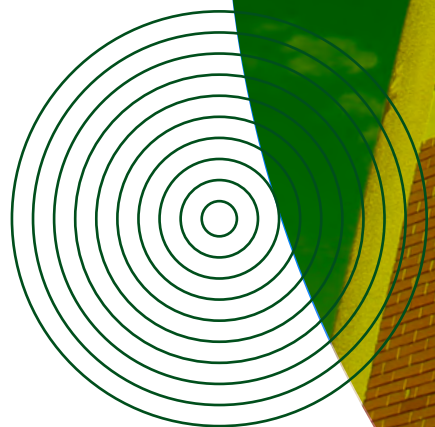
- Resultados
- Desempenho da Gestão
- Gestão Orçamentária e Financeira
- Gestão de Pessoas e Competências
- Gestão de Licitação e Contratos
- Gestão Patrimonial e Infraestrutura
- Gestão da Tecnologia da Informação
- Gestão de Custos e de Sustentabilidade



### INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS



**VISÃO GERAL  
ORGANIZACIONAL  
E AMBIENTE EXTERNO**  
CAPÍTULO 1



## Conheça o ICMBio

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio é uma autarquia em regime especial. Foi criado pela Lei nº 11.516/2007, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente – MMA. Integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama e é responsável pela gestão de cerca de 78,9 milhões de hectares terrestres (aproximadamente 9,1% do território brasileiro) e 92,5 milhões de hectares marinhos (distribuídos nas faixas de mar territorial, zona contínua e zona econômica exclusiva), compreendendo 334 unidades de conservação federais – UCs.

Compete ao Instituto executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, instituído pela Lei nº 9.985/2000, com as atribuições de propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União.

As unidades de conservação federais são áreas naturais objeto de conservação, que possuem recursos ambientais com características naturais relevantes, as quais têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, *habitat* e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente. Elas ainda asseguram às populações tradicionais o uso sustentável dos recursos naturais e propiciam às comunidades vizinhas o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis. Essas áreas estão sujeitas a normas e regras especiais.

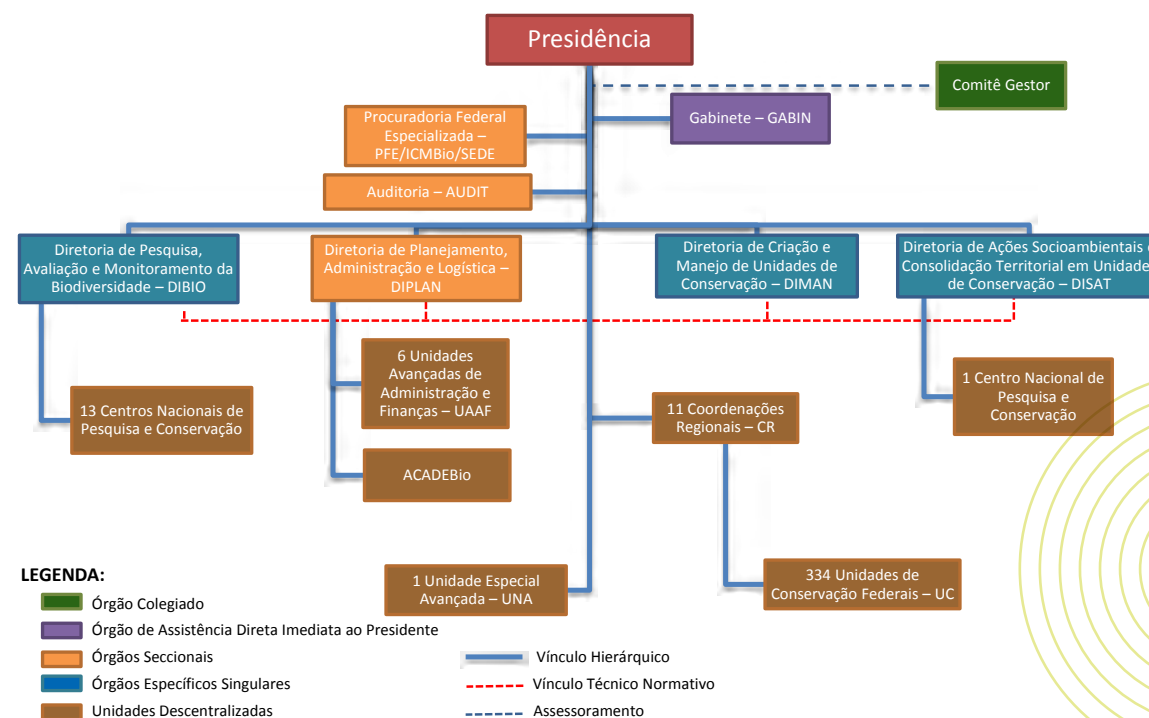
Cabe ainda ao ICMBio fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das UCs. As atuais 334 unidades de conservação federais gerenciadas pelo ICMBio estão distribuídas em todos os biomas brasileiros.

## Estrutura Organizacional

O ICMBio é uma entidade da administração indireta. Em 2019, a autarquia tinha sua estrutura disposta no Decreto nº 8.974/2017<sup>1</sup>, que aprovava a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto. A figura a seguir ilustra a estrutura regimental do ICMBio, de acordo com o mencionado Decreto de estrutura.

### ORGANOGRAMA

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE  
DECRETO 1.162, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018



Organograma 1

<sup>1</sup> O Decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020, aprovou uma nova estrutura regimental para o ICMBio.

## Modelo de Negócio

A Cadeia de Valor é uma ferramenta de diagnóstico e gestão que permite representar uma organização como um conjunto de subsistemas (atividades), com entradas (insumos), processos de transformação e saídas (produtos). Atualmente, o ICMBio não possui uma Cadeia de Valor formalmente definida. Porém, na tabela abaixo é apresentado o modelo de negócio do Instituto, elaborado a partir das informações da Carta de Serviços ao Usuário, que abrange fornecedores, insumos, processos, serviços, clientes e impacto, demonstrando, assim, como o Instituto gera valor público.

Fornecedores (Suppliers)	Insumos (Inputs)	Processos (Process)	Serviços (Outputs)	Clientes (Customer)	Impactos (Outcomes)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Órgãos do Poder Executivo</li> <li>• Órgãos do Poder Legislativo</li> <li>• Órgãos do Poder Judiciário</li> <li>• Órgãos de Controle</li> <li>• Organizações do Terceiro Setor</li> <li>• Organismos Internacionais</li> <li>• Pessoas Jurídicas</li> <li>• Cidadãos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Leis e Normas</li> <li>• Requerimentos</li> <li>• Decisões Judiciais</li> <li>• Recomendações e Determinações</li> <li>• Estudos</li> <li>• Demandas Administrativas</li> <li>• Solicitações Diversas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação, Planejamento e Avaliação de UC</li> <li>• Proteção</li> <li>• Uso Público e Negócios</li> <li>• Autorização para o Licenciamento</li> <li>• Pesquisa e Monitoramento</li> <li>• Consolidação Territorial</li> <li>• Gestão Socioambiental</li> <li>• Populações Tradicionais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação e gestão de Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN</li> <li>• Programa de Capacitação, Seleção e Contratação de Brigadistas de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais</li> <li>• Defesa Administrativa contra Auto de Infração</li> <li>• Visitação e Turismo Ecológico nas Unidades de Conservação</li> <li>• Autorização de Uso Público nas Unidades de Conservação</li> <li>• Autorização para Licenciamento Ambiental – ALA</li> <li>• Autorização para Pesquisa e Atividades Didáticas via Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – Sisbio</li> <li>• Portal da Biodiversidade</li> <li>• Contrato de Concessão de Direito Real de Uso – CDRU</li> <li>• Desapropriação de Imóveis Rurais (sobrepostos à Unidades de Conservação federais)</li> <li>• Doação de Imóveis Rurais (sobrepostos à Unidades de Conservação federais para fins de compensação de Reserva Legal)</li> <li>• Fornecimento de dados Geoestatísticos e Espaciais</li> <li>• Cadastro de Famílias</li> <li>• Perfil de Família Beneficiária</li> <li>• Produção e Uso Sustentável de Recursos Naturais</li> <li>• Educação Ambiental</li> <li>• Programa de Voluntariado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunidades Tradicionais</li> <li>• Órgãos Licenciadores de Meio Ambiente</li> <li>• Pesquisadores e Professores do Ensino Superior</li> <li>• Pessoas Jurídicas</li> <li>• Cidadãos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proteção do Patrimônio Natural</li> <li>• Promoção do Desenvolvimento Socioambiental</li> </ul>

Tabela 1



## Ambiente Externo

Na tabela abaixo, estão as principais oportunidades e ameaças identificadas na relação do ICMBio com o ambiente externo.

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assinatura de uma Declaração de Intenção entre o Ministério do Meio Ambiente – MMA e a Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional – Usaid: criação de um fundo de US\$100 milhões para o desenvolvimento econômico da Amazônia;</li> <li>• Ampliação do turismo em UC: maior interesse por parte da sociedade na prática de visitação às UCs, incluindo as que integram sítios reconhecidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO como patrimônios mundiais naturais e culturais;</li> <li>• Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica – ACT com a Association for the Conservation of Threatened Parrots – ACTP: execução da reintrodução da arariña-azul no seu ambiente natural visando à consecução de finalidade de interesse público e recíproco;</li> <li>• Decreto nº 10.147/2019: qualificação de unidades de conservação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização;</li> <li>• Permanência do Parque Nacional – PARNA do Iguaçu no rol de Sítios de Patrimônio da UNESCO; e</li> <li>• Decreto nº 9.985/2019: autoriza o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem – GLO e para ações subsidiárias nas áreas de fronteira, nas terras indígenas, em UCs e em outras áreas da Amazônia Legal, na hipótese de requerimento do Governador do respectivo Estado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contingenciamento orçamentário;</li> <li>• Ações de ameaça à integridade física das instalações e dos servidores do Instituto: ainda que tenham caráter episódico ou que estejam relacionados a determinadas regiões;</li> <li>• Incêndios florestais na Amazônia; e</li> <li>• Vazamento de óleo no litoral do Nordeste e Sudeste do País.</li> </ul>

Tabela 2



## Relacionamento com a Sociedade

### Ouvidoria

A Ouvidoria do Instituto é responsável por receber reclamações, denúncias, sugestões, elogios e demais manifestações dos cidadãos quanto aos serviços e atendimentos prestados pela autarquia.

A Ouvidoria funciona como uma ponte entre o cidadão e a administração pública. Desta forma, o Instituto fortalece a participação social na melhoria contínua dos serviços públicos prestados, aprimorando a gestão de políticas públicas ou combatendo a prática de atos ilícitos. Qualquer pessoa, física ou jurídica, pode fazer uma manifestação.

Em 2019, o ICMBio adotou o sistema E-Ouv, da Controladoria-Geral da União, que foi integrado por aquele órgão com o E-Sic, formando o Fala.Br. Foram recebidas 938 manifestações, das quais foram respondidas 817, com 99% de respostas dentro do prazo previsto pela Instrução Normativa CGU nº 5, de 18 de junho de 2018. Devido à insuficiência de elementos para encaminhamento (falta de clareza, informações genéricas etc.), 106 manifestações foram arquivadas e 15 continuam em tratamento, por se encontrarem dentro do prazo previsto pela citada instrução normativa.

A adesão integral ao Fala.Br proporcionou aumento da *accountability* por parte do Instituto, já que passou a ser possível o monitoramento de todos os recebimentos de manifestação e seus prazos de resposta, bem como do acompanhamento, por parte do cidadão, do andamento de sua solicitação.

O Painel Resolveu?, disponibilizado pela CGU (<http://paineis.cgu.gov.br/resolveu/index.htm>), informa que 59% dos cidadãos que responderam à avaliação proposta pelo sistema ficaram satisfeitos ou parcialmente satisfeitos com o atendimento da Ouvidoria do ICMBio.

É importante ressaltar que a Ouvidoria tem o papel de intermediar as demandas dos cidadãos com as áreas finalísticas do órgão, mas nem sempre a resposta que o órgão fornece é a que o cidadão gostaria de ouvir, podendo gerar, assim, a resposta de “não resolução da demanda”.

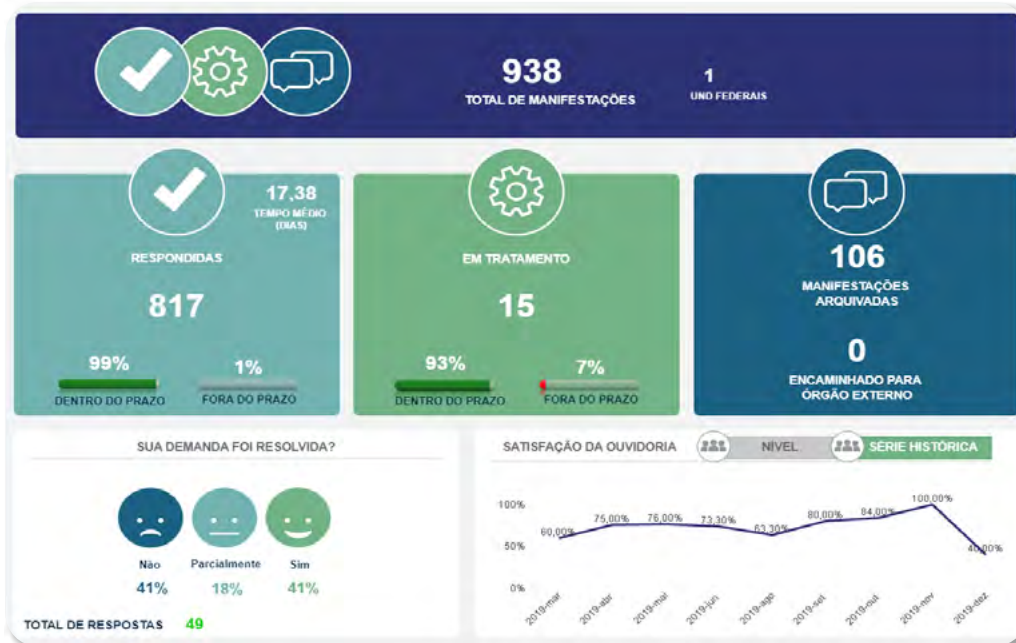


Imagem 2

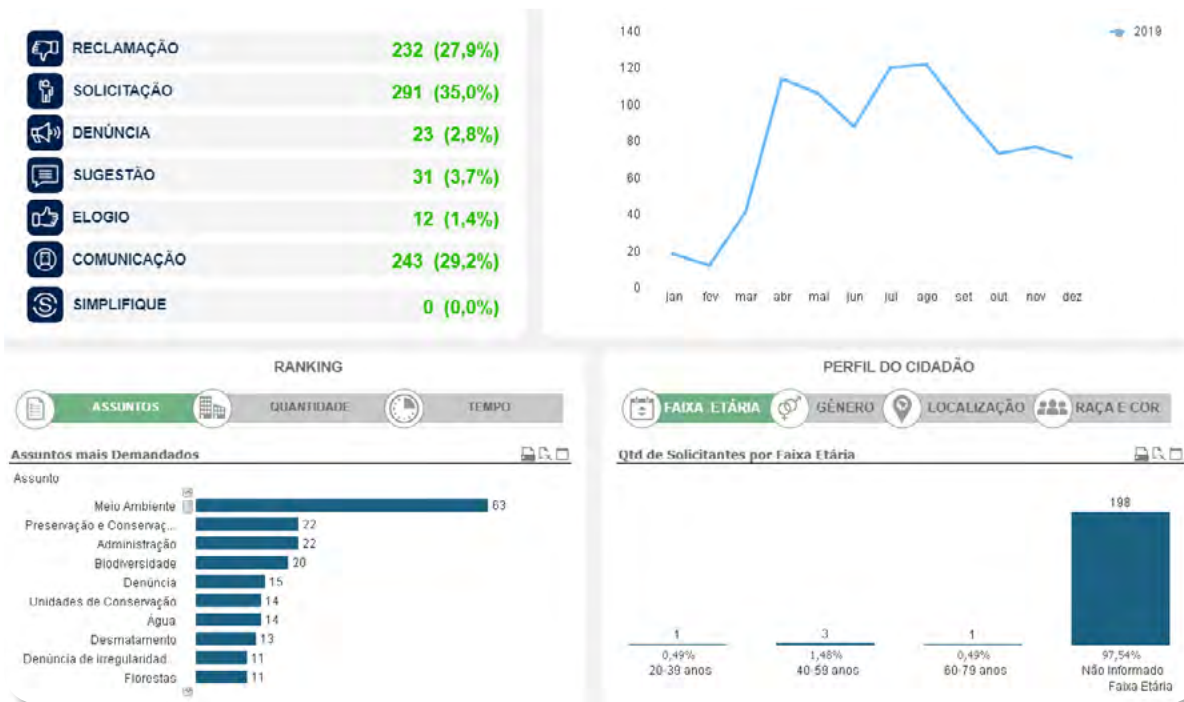


Imagem 3

### Serviço de Informação ao Cidadão – SIC

Por meio do E-Sic, foram recebidos no ICMBio 415 pedidos de acesso à informação, em uma média mensal de 34,58 pedidos, com resposta de 100% no prazo previsto pela Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei nº 15.527/2011). Houve um aumento de cerca de 24% de pedidos com relação ao exercício de 2018, o que sinaliza um maior interesse da sociedade por informações produzidas no âmbito do Instituto.

Dos 309 solicitantes, 255 fizeram um único pedido, com 625 questionamentos no total e 1,63 perguntas por pedido. O tempo médio de resposta foi de, aproximadamente, 14 dias, ficando, portanto, bem abaixo do que o permitido pela LAI (20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias). 93,20% dos solicitantes têm perfil de pessoa física, reforçando o interesse dos cidadãos sobre a atuação do ICMBio. Fonte: E-Sic, relatório extraído em 30/01/2020.

### Mídias Sociais

A divulgação das principais ações, notícias e atos administrativos do ICMBio nas redes sociais digitais aumentou a celeridade e o alcance da comunicação do Instituto no ano de 2019.

Para dar mais transparência entre a autarquia e a sociedade civil, a estratégia de criação de conteúdo e gerenciamento foi manter uma periodicidade de publicações alta, com seleção de pautas relacionadas ao interesse público e à agenda ambiental, com ampla variedade de temas e conteúdo em diversos formatos (fotos, cards, infográficos e vídeos), buscando privilegiar os canais de contato direto com o cidadão.

O ICMBio está presente oficialmente em quatro redes sociais digitais:

- Facebook: <https://www.facebook.com/ICMBio/>
- Instagram: <https://www.instagram.com/icmbio>
- Twitter: <https://twitter.com/icmbio>
- Youtube: <https://www.youtube.com/canalicmbio>



### Evolução da Redes Sociais em 2019

Número de Seguidores/Inscritos

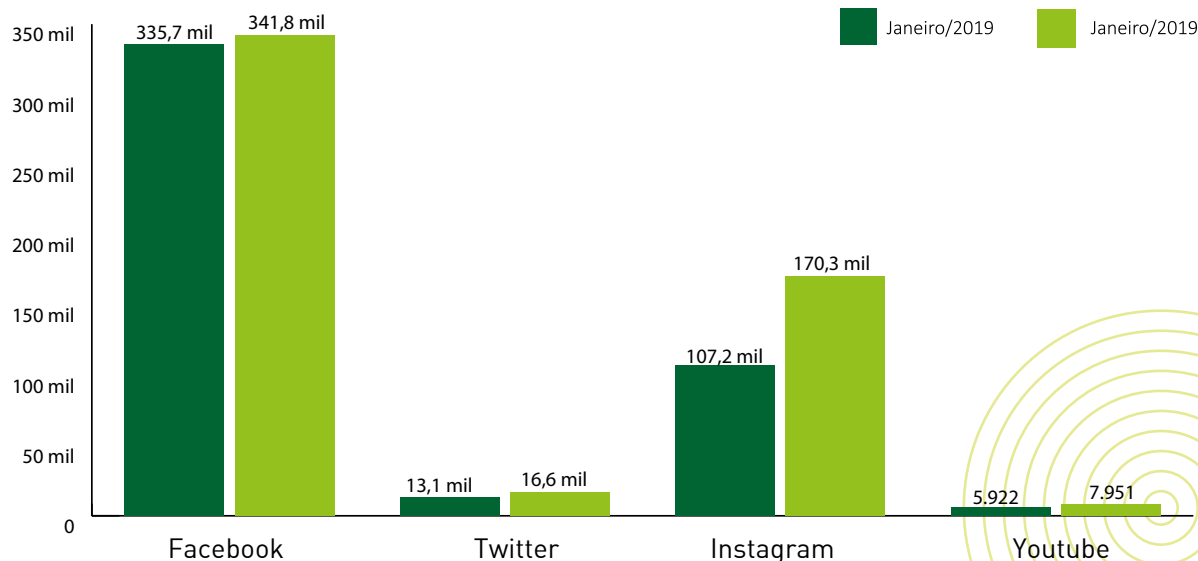


Gráfico 1

### Facebook

A página do ICMBio no Facebook tem um saldo de crescimento positivo – o que significa que a página cresce a cada dia, tanto em número de curtidas como em alcance. Isso é resultado da frequência de publicação na página – aproximadamente dez publicações por semana.

#### Número de curtidas na página do Facebook

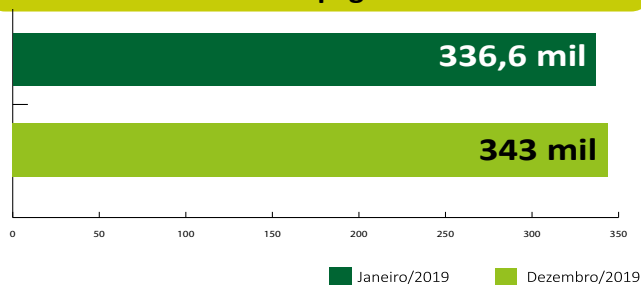


Gráfico 4

### Instagram

Em 2019, foram criadas 196 publicações para a página do ICMBio no Instagram. A página ganhou 63.115 novos seguidores, em uma média aproximada de 1.350 novos seguidores por semana.

### Youtube



- 192,6 mil visualizações
- 7,5 mil horas de vídeo exibidas

### Carta de Serviços

A **Carta de Serviços do Instituto** tem por objetivo facilitar e ampliar o acesso do cidadão aos serviços oferecidos, de forma a melhorar o controle social e a qualidade do atendimento.

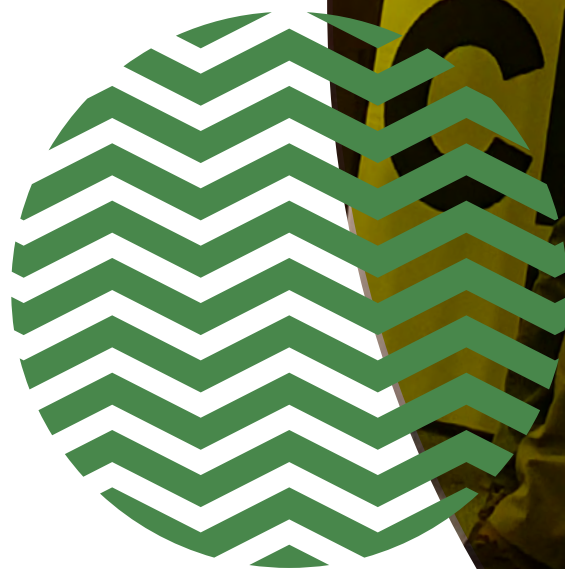


Imagem 2



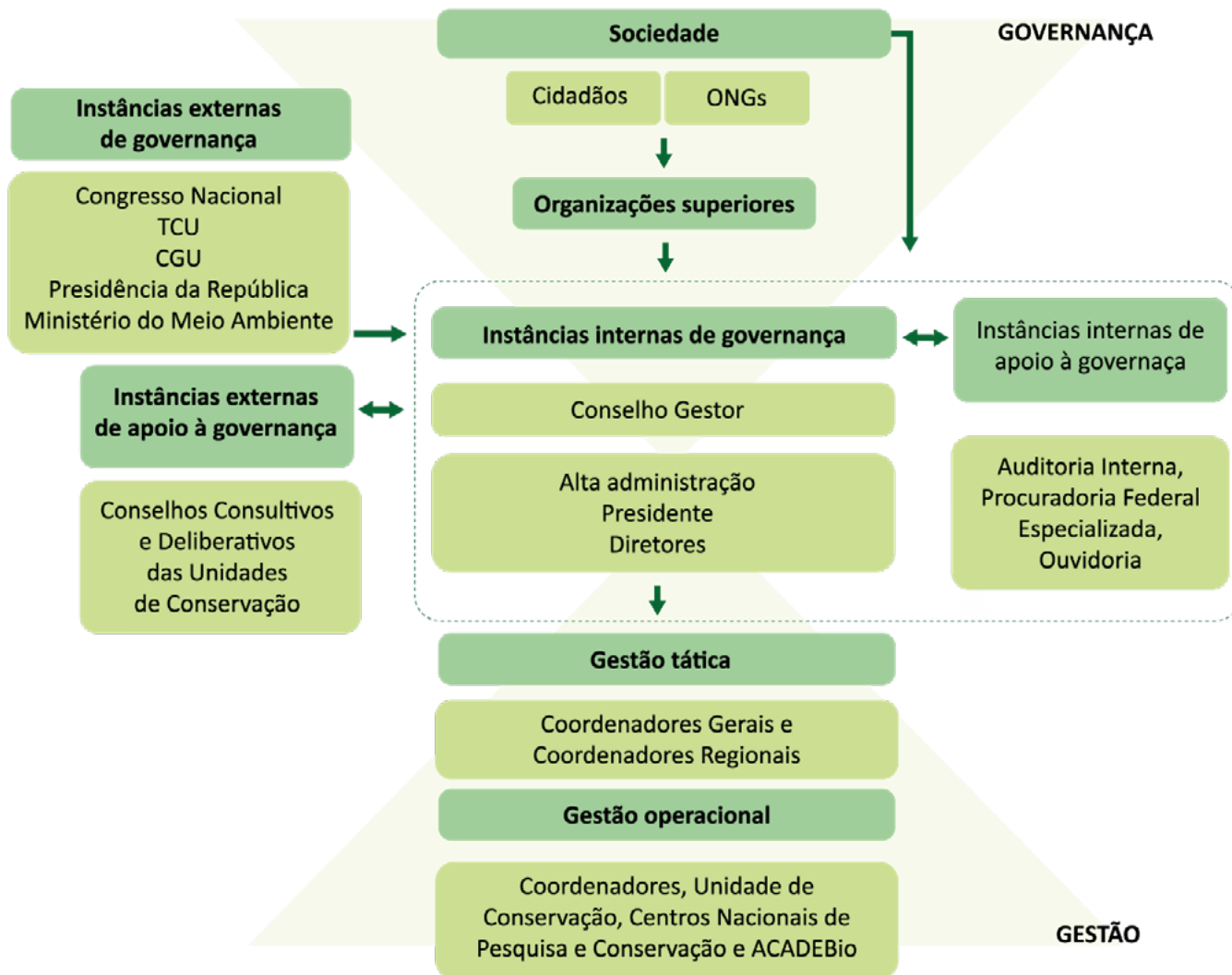
# GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

## CAPÍTULO 2



## Governança

O Modelo de Governança Corporativa do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade está representado na figura abaixo.



Organograma 2

## Planejamento Estratégico

O último Planejamento Estratégico do ICMBio teve sua vigência encerrada ao final do exercício de 2018.

No ano de 2019, ocorreram as mudanças do Chefe do Poder Executivo Federal, do Ministro de Estado do Meio Ambiente, da direção do Instituto (em dois momentos, sendo a primeira em janeiro e a segunda em abril).

Diante desse cenário, e para cumprir sua missão sem romper a série histórica de resultados, o Instituto decidiu que, durante o exercício de 2019, seus processos organizacionais seriam direcionados para alcançar os objetivos do Programa 2078 (Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade) do Plano Plurianual – PPA 2016-2019 do Governo Federal ainda vigente naquele exercício. Os quatro objetivos estratégicos finalísticos que norteavam a instituição tinham suas entregas diretamente vinculadas aos do PPA.

Assim, de forma a adequar a política pública ambiental federal às novas prioridades de governo e à nova configuração das estruturas organizacionais, o MMA, e suas entidades vinculadas (ICMBio, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ) iniciaram, em agosto, um esforço conjunto para elaborar um Planejamento Estratégico Integrado, alinhado à Estratégia Nacional de Desenvolvimento – ENDES e ao PPA. A diretriz era que ele fosse mais realista do ponto de vista orçamentário e da capacidade organizacional, com vigência no período de 2020 a 2023.

Planejamento Estratégico 2015-2018	Plano Plurianual 2016-2019
Objetivo 1 – Contribuir para a conservação das espécies, dos ecossistemas e da diversidade genética	Objetivo 1078 – Reduzir a ameaça à extinção de espécies da biodiversidade brasileira, recuperar suas populações e promover o conhecimento e o uso sustentável
Objetivo 3 – Ampliar o aproveitamento do potencial econômico dos ativos ambientais das unidades de conservação	Objetivo 1065 – Contribuir para a conservação do meio ambiente, por meio da elevação de renda e inclusão social e produtiva
Objetivo 2 – Contribuir para a integração e para o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação	Objetivo 1070 – Fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e consolidar as unidades de conservação federais
Objetivo 4 – Envolver a sociedade na gestão das unidades de conservação e na conservação da biodiversidade	

Tabela 5

## Alocação de Recursos

Para alcançar os objetivos estabelecidos para o exercício de 2019, o Instituto planejou a alocação de recursos conforme tabela a seguir:

Plano Plurianual 2016-2019	Lei Orçamentária Anual 2019	
	Ação Orçamentária	Previsão (R\$)
Objetivo 1078 – Reduzir ameaça à extinção de espécies da biodiversidade brasileira, recuperar suas populações e promover o conhecimento e o uso sustentável  Objetivo 1065 – Contribuir para a conservação do meio ambiente por meio da elevação de renda e inclusão social e produtiva  Objetivo 1070 – Fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e consolidar as unidades de conservação federais	20WN – Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico	19.809.567
	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	176.533.154
	214P – Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	29.335.973
	212H – Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais	1.500.000

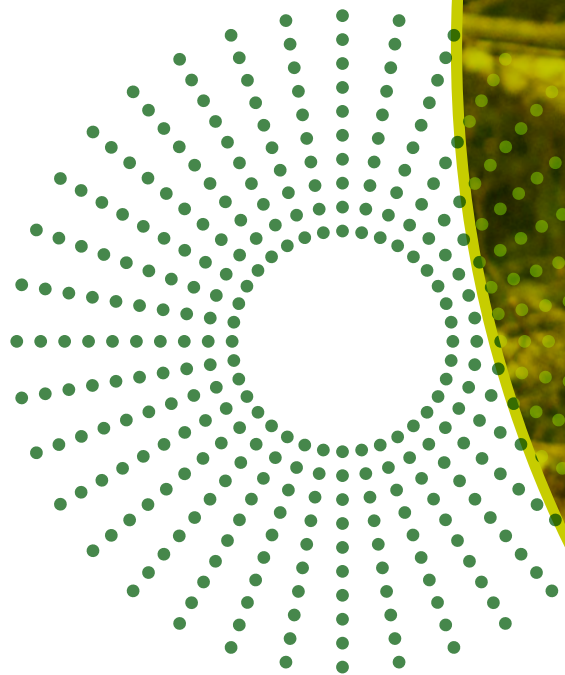
Tabela 6





# RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

## CAPÍTULO 3



## Gestão de Riscos

A gestão de riscos no ICMBio teve seu marco regulatório estabelecido pela Portaria ICMBio nº 182/2018, que instituiu a Política de Gestão de Riscos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Nela foram definidos princípios, objetivos, operacionalização e competências. Ainda em 2018, a Portaria ICMBio nº 1.030/2018 designou a unidade responsável por coordenar a estruturação, execução e monitoramento do Programa de Integridade no Instituto Chico Mendes.

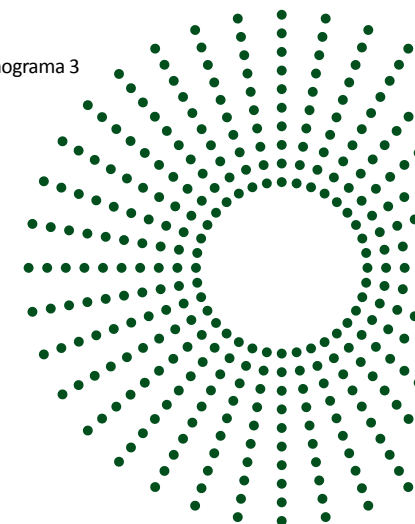
## Programa de Integridade

Em 2019, após avaliação da implementação da Política de Gestão de Riscos e do Programa de Integridade, a Auditoria Interna recomendou que o Instituto elaborasse um Plano de Ação para revisão das referidas normativas e implementação da Política e do Programa.

Assim, foi publicada a Portaria nº 818/2019, que instituiu uma nova unidade responsável pela coordenação da estruturação, execução e monitoramento do Programa de Integridade no âmbito do ICMBio. Quanto à implementação da Política de Gestão de Riscos, a nova normativa está em fase final de elaboração.



Organograma 3



# RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

## CAPÍTULO 4



## Resultados

**Objetivo:** Reduzir ameaça à extinção de espécie da biodiversidade brasileira, recuperar suas populações e promover o conhecimento e o uso sustentável

**Indicador:** Reduzir percentual da área atingida por incêndios em unidades de conservação federais

2017		2018		2019	
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta	Realizado
10%	24,80%	10%	32%	10%	20,63%

Tabela 7

Nos últimos anos, o ICMBio adotou o Manejo Integrado do Fogo – MIF como orientação para os trabalhos de gestão do fogo nas UCs. Sob essa orientação, o fogo é interpretado como um elemento de ligação entre as questões ecológicas e socioculturais. E, nessa perspectiva, o trabalho de prevenção de incêndios ajuda a gerir a articulação dos interesses dos atores sociais, suas necessidades e conhecimentos no manejo da paisagem, com fins produtivos e/ou conservacionistas. Ao estruturar as UCs para prevenir e combater os incêndios, o Instituto provê as condições institucionais para agregar parcerias na atuação do ICMBio, para integrar ações de

proteção e de desenvolvimento socioeconômico do território onde se localizam as UCs, de modo multitemático, somando competências e recursos e compartilhando responsabilidades.

No ano de 2019, foram registrados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, por meio do satélite NPP-375, 1.437.216 focos de calor em todo o território nacional, dos quais 63.680 nas UCs, o que corresponde a 4% da totalidade dos focos.

No somatório total, a área atingida por incêndios nas UCs, em 2019, foi 20,63% inferior à área média atingida por incêndios nos anos 2010, 2012 e 2014 (anos com elevada incidência de

incêndios e, por isso, usados como base de comparação). No total das UCs, 999.078 ha foram atingidos por incêndios. Analisando os dados por bioma, juntos, Amazônia e Cerrado compreenderam 94,76% do total de área atingida. Comparado com a média dos anos 2010, 2012 e 2014, na Amazônia houve aumento de 70.169 ha (54,09%), enquanto no Cerrado ocorreu redução de 339.906 ha (31,28%). Caatinga, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal tiveram, juntos, 52.411 ha atingidos por incêndio em 2019, o que representa 5,25% da área total atingida por incêndios em UCs no referido ano.

### Quantidade de focos de calor Ano 2019

(Satélite NPP 375)

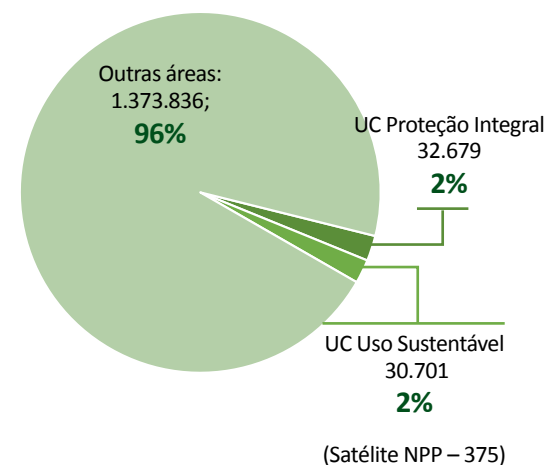


Gráfico 5

A Tabela 6 mostra as áreas atingidas por incêndios e as áreas manejadas com fogo em atividades preventivas nos biomas Cerrado e Amazônia.

Bioma	Incêndio (ha)	Média AAI (ha)	Prevenção (ha)	Varição Incêndio (%)	Varição Incêndio (ha)	% AAI no Bioma em Relação a AAI Total
Amazônia	199.884,49	129.715,60	37.130,93	54,09%	70.168,89	20,01%
Cerrado	746.781,83	1.086.688,02	157.025,53	-31,28%	-339.906,19	74,75%
Outros	52.411,56	42.425,34	574,69	23,54%	9.986,22	5,25%
Total	999.077,88	1.258.828,95	194.731,15	-20,63%	-259.751,08	100,00%

Tabela 8

No período de 2017 a 2019, apresentando uma tendência desejada no escopo do MIF, vem aumentando nas UCs a área manejada em ações preventivas. Esse manejo inclui o uso do fogo na confecção de aceiros, queimas prescritas, queimas controladas e gestão do fogo provocado por raios. Foram 167.075 ha em 2017, 210.852 ha em 2018 e 194.731 ha em 2019.

Foram realizados 75 cursos de formação de brigada em prevenção e combate a incêndios, ministrados por 60 instrutores do ICMBio, e contratados 1.021 brigadistas, para uma atuação direta em 92 unidades de conservação. Com a Lei nº 13.668/2018, em vigor, destes 1.021 brigadistas, 31 foram contratados por período de 12 meses para ampliar a capacidade institucional de atuação nas atividades de prevenção.

Para a gestão do fogo nas UCs, foram produzidos 42 planos de manejo integrado do fogo em 2018, enquanto em 2019 foram produzidos 197 planos, o que representa um acréscimo de 369,0 %.

Por sua vez, nas unidades sem presença de brigada contratada também houve planejamento de ações de prevenção e combate a incêndios no exercício de 2019, o que demonstra a compreensão da importância do planejamento das ações educativas, das interações positivas com as comunidades e instituições locais e do papel das brigadas voluntárias na gestão do fogo.

Foram realizados três intercâmbios em Manejo Integrado do Fogo no PARNA Campos Amazônicos, ESEC Serra Geral e PARNA da Chapada dos Guimarães, com a participação de 82 pessoas,

incluindo servidores, técnicos, gestores públicos do ICMBio, IBAMA, Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Organizações Estaduais de Meio Ambiente, Corpo de Bombeiros Militar, Universidades Federais e Organizações Não Governamentais – ONGs.

Esses eventos, além de serem voltados à troca de experiências e capacitação de servidores do ICMBio e de instituições parceiras nas ações de MIF, foram preparatórios para a participação do ICMBio no WildFire 2019 Brasil – 7ª Conferência Internacional sobre Incêndios Florestais, ocorrida em Campo Grande/MT, que contou com a presença de 63 servidores do ICMBio, entre efetivos e brigadistas. Os trabalhos apresentados na Conferência foram publicados no número especial da revista **Biodiversidade Brasileira – BioBrasil, Ano 9, Número 1, 2019**.



Imagem 3

No período de 24 de agosto a 24 de outubro, vigorou o Decreto nº 9.985/2019, autorizando o emprego das Forças Armadas para Garantia da Lei e da Ordem na Amazônia Legal, em especial para o levantamento e combate a focos de incêndios nas UCs, terras indígenas e áreas de fronteira. Por meio da Operação Verde Brasil, coordenada pelo Ministério da Defesa, o ICMBio contou com o apoio de diversos órgãos no combate aos incêndios nas UCs Amazônicas. Nesse âmbito, foram realizadas 11 operações Nível III (nível de acionamento para reforço de ação de combate ao incêndio III – com incremento de forças federais) e envolvimento direto de 715 pessoas, entre brigadistas, gestores ambientais, militares e bombeiros, nas UCs: PARNA da Chapada dos Guimarães e Esec Serra das Araras/MT, PARNA do Araguaia/TO, Reserva Biológica – REBIO Nascentes da Serra do Cachimbo/PA, PARNA Campos Amazônicos e PARNA Mapinguari/AM.

Em Nível III, foram realizadas operações também nos PARNAs Chapada dos Veadeiros/GO, Viruá/RR, da Serra do Cipó/MG e Monte Pascoal/BA. Os demais combates ocorridos foram executados em Nível II e I (nível de acionamento para reforço de ação de combate ao incêndio I – somente com a equipe da UC, e II – necessidade de forças regionais e estaduais), em escala regional e local.

### Perspectivas para os próximos exercícios

No que diz respeito às ações de redução do percentual da área atingida por fogo, o ICMBio buscará manter a rapidez na resposta aos incidentes de incêndios florestais; dar continuidade e aprimorar a capacitação de servidores e brigadistas em ações de planejamento, de prevenção, de combate, e no Sistema de Comando de Incidentes e monitoramento dos efeitos do fogo; e aumentar as ações de prevenção aos incêndios florestais por meio da contratação de brigadistas por maior período, conforme artigo 12 da Lei nº 11.516/2007.



**Indicador:** Percentual das espécies da fauna ameaçadas de extinção, com PAN

2017		2018		2019	
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta	Realizado
50%	44%	58%	66,6%	70%	69,2%

Tabela 9

Atualmente, das 1.173 espécies da Lista Oficial de Espécies Ameaçadas de Extinção, 812 estão contempladas em 47 Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de extinção – PAN vigentes. Em 2019, foram elaborados cinco PANs (PAN Pequenos Mamíferos de Áreas Abertas, PAN Pequenos Mamíferos de Áreas Florestais, PAN Aves Limícolas e Migratórias 2º ciclo, PAN Pequenos Felinos 2º ciclo, PAN Toninha 2º ciclo), acrescentando 31 espécies ameaçadas de extinção.

Ao longo do ano, 27 PANs foram monitorados; destes, cerca de 45% das ações estão em andamento dentro do prazo inicialmente estipulado ou já foram concluídas.

Dando continuidade ao aprimoramento da ferramenta e do processo PAN, foi realizada uma oficina inicial para análise e proposição de melhorias da metodologia de avaliação dos PANs, em conjunto com representantes de alguns Centros de Pesquisa e Conservação.

Além disso, para divulgação da ferramenta PAN, destaca-se a inclusão dos PANs no IX Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social – IX SAPIS, com a apresentação de trabalho sobre “A Participação Social na Construção de Estratégias de Conservação de Ecossistemas Marinhos e Costeiros” e do trabalho “Diversidade de Ações na Gestão de Conservação para Espécies Ameaçadas no Brasil: Sucessos e Oportunidades”, aceito para apresentação no Fórum Mundial da Biodiversidade, que ocorreu em fevereiro de 2020.

Dando continuidade ao processo de melhoria da divulgação dos PANs, foi desenvolvido um novo padrão para as páginas dos Planos no Portal do ICMBio, e foram publicados os Sumários Executivos

dos PANs: CERPAN, Herpetofauna do Sudeste, Herpetofauna do Sul, Aves da Caatinga e Mamíferos Aquáticos Amazônicos.

Das 45 oficinas planejadas no início de 2019, 30 oficinas foram executadas de forma concentrada no segundo semestre do ano. Apesar da concentração da agenda de trabalho no último semestre do ano, a Coordenação de Planos de Ação Nacional – COPAN, os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação – CNPC e os parceiros foram comprometidos com os PANs, sendo possível executar 87% do planejado para 2019. Atualmente, 812 espécies ameaçadas de extinção (69%) estão contempladas em 47 Planos de Ação Nacional.

### Implementação dos PANs - monitoria anual

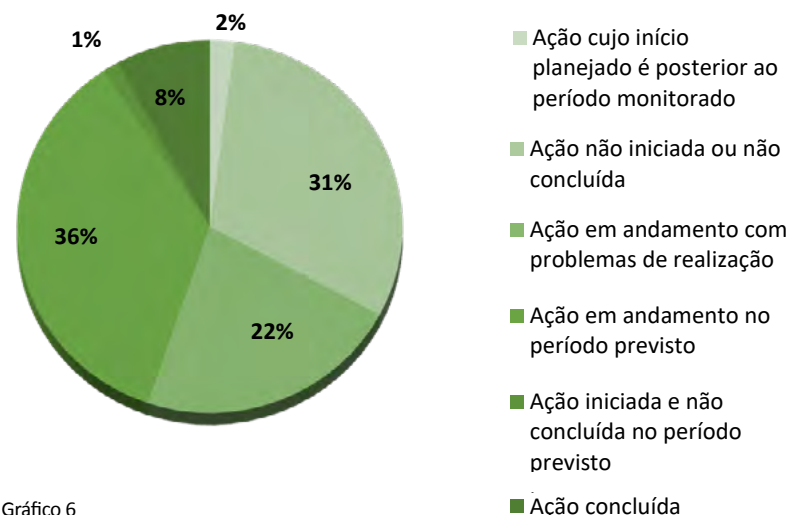


Gráfico 6





## Espécies ameaçadas de extinção contempladas em PANs

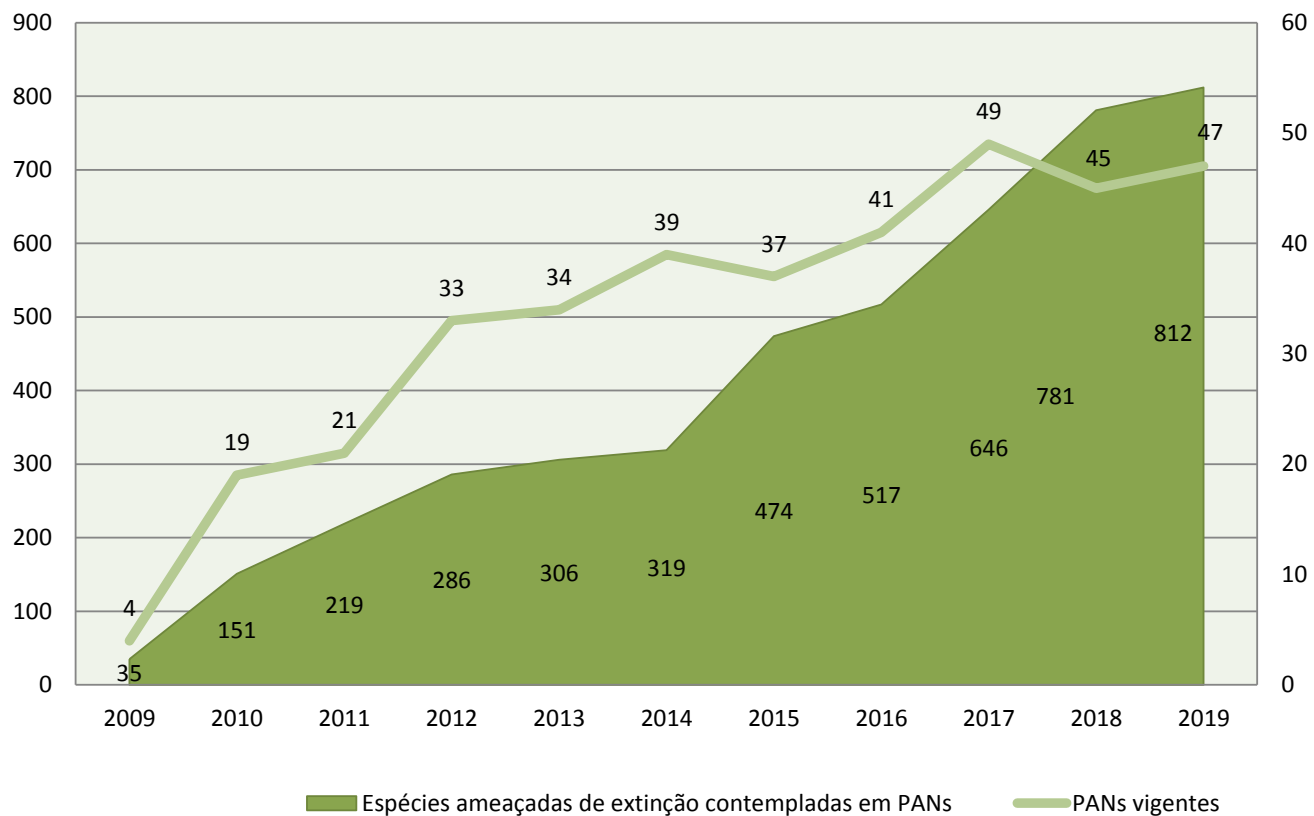


Gráfico 7

### Perspectivas para os próximos exercícios

A meta para 2020 é chegar a 72% das espécies ameaçadas de extinção em PANs. Este número será incrementado com a entrada de espécies de polinizadores ameaçados de extinção que terão PANs territoriais criados especificamente para eles.





**Indicador:** Implementar ações de fiscalização em unidades de conservação federais

2017		2018		2019	
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta	Realizado
495	495	480	580	480	751

Tabela 10

No que tange às ações de fiscalização, indica-se a consolidação das informações geradas pelas ferramentas de planejamento: Plano de Fiscalização Simplificado – PFIS e Planejamento de Ação de Fiscalização e de Monitoramento de Resultados – PLANAF (Relatório Consolidado), o que permite a obtenção de dados e informações a respeito do número total de ações de fiscalização executadas em 2019 e de seus desdobramentos.

De acordo com os Relatórios Consolidados de Ação de Fiscalização, foram executadas 751 ações de fiscalização nas unidades de conservação federais. O gráfico a seguir demonstra a distribuição, mês a mês, do número de ações e a média de dias gastos por ação. Dentre as operações, os principais ilícitos identificados foram a caça, o desmatamento e a retirada de produtos e subprodutos florestais de dentro de UCs. Para tanto, as ações de fiscalização demandaram a participação de 370 agentes de fiscalização do ICMBio, em seis ações por ano, em média.

**Distribuição do número de ações de fiscalização x Média de tempo gasto por ação em 2019**

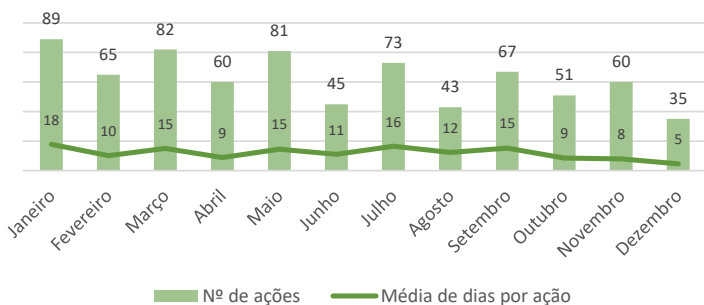


Gráfico 8

Em 2019, a Operação Integração, ação prioritária que buscou integrar frentes de ações de combate ao desmatamento em regiões sensíveis e com maior incidência de alertas de detecção nos Estados do Amazonas, Pará, Rondônia e Maranhão, aconteceu em três níveis de prioridade e obteve como resultado 56 operações, o que totalizou 1.186 dias em campo, quase R\$ 200 milhões em multas e mais de 43 mil hectares embargados.

Além da Operação Integração, também foi realizada a Operação Verde Brasil, que, por meio do Decreto nº 9.985/2019, alterado pelo Decreto nº 10.022/2019, estabeleceu e autorizou o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem, no período de 24 de agosto a 24 de outubro de 2019, com o objetivo de prevenir e reprimir delitos ambientais e de combater focos de incêndio. Durante esse período, mais de R\$ 20 milhões foram aplicados em multas, mais de 130 autos de infração foram lavrados e mais de 300 bens foram apreendidos.

Houve o início da implementação, em 2019, do Auto de Infração Eletrônico e Conciliação Ambiental (Decreto nº 9.760/2019). Foram capacitados 302 agentes de fiscalização em cursos relacionados ao Núcleo de Conciliação Ambiental – NUCAM, quais sejam: Curso de Atualização de Fiscais (agentes do ICMBio e do IBAMA), Curso de Formação Básica da Equipe de Avaliação Preliminar – EAP, Curso de Formação dos Servidores e Curso de Capacitação SICAFI Gestor.

Como parte dos esforços de aprimoramento e modernização das ações de fiscalização, foi realizado também o 2º Curso de Operador de Aeronaves Remotamente Pilotáveis – OARP-1.

### Perspectivas para os próximos exercícios

No que diz respeito à implementação de ações de fiscalização em unidades de conservação, o ICMBio buscará:

- manter o número de ações executadas e reduzir as taxas de desmatamento nas UCs;
- dar continuidade e aprimorar a capacitação dos agentes de fiscalização do ICMBio para garantir mais efetividade em campo; e
- consolidar as ferramentas dos sistemas eletrônicos de fiscalização para que atendam às demandas de maneira institucionalizada.



**Objetivo:** Contribuir para a conservação do meio ambiente por meio da elevação de renda e da inclusão social

**Indicador:** Estabelecer manejo sustentável de produtos da sociobiodiversidade em UCs de uso sustentável

2017		2018		2019	
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta	Realizado
15	17	18	18	19	20

Tabela 11

O uso sustentável da biodiversidade é considerado uma das estratégias integrantes da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB, ratificada pelo Brasil. Constitui, ainda, uma das modalidades da bioeconomia, frente de atuação vem ganhando cada vez mais visibilidade no contexto brasileiro.

Como parte dessa estratégia, o ICMBio implementa ações direcionadas ao desenvolvimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade, alinhado ao que preconiza o Plano Nacional de Desenvolvimento das Cadeias da Sociobiodiversidade – PNSBio.

Suas ações se desenvolvem mediante parceria com empresas, instituições privadas e comunitárias. No ano de 2019, a farinha de mandioca, essencial na dieta dos extrativistas da Amazônia, recebeu especial atenção das unidades de conservação de uso sustentável localizadas no sul do Amazonas. O suporte para o desenvolvimento da cadeia dos produtos da pesca artesanal oriundos das reservas extrativistas costeiras também foi outro destaque.

O ICMBio continuou o apoio a 20 cadeias produtivas distribuídas em 46 unidades de conservação:

**1. Castanha do Brasil:** RESEX Chico Mendes, RESEX Rio Ouro Preto, RESEX Rio Unini, RESEX do Rio Cautário, RESEX do Rio Ituxi, RESEX Cazumbá-Iracema, RESEX do Rio Cajari, RESEX do Rio Iriri, RESEX do Rio Xingu, RESEX Riozinho do Anfrísio, RESEX Médio Purus, RESEX Rio Cautário e Floresta Nacional – FLONA Saracá-Taquera;

**2. Pirarucu manejado:** RESEX do Rio Ituxi, RESEX Médios Purus, RESEX Rio Unini, RESEX do Rio Jutaí, RESEX do Baixo Juruá, RESEX do Médio Juruá e RESEX Auati-Paraná;

**3. Açai:** RESEX Terra Grande-Pracuúba, RESEX Arioca-Pruanã, RESEX Mapuá, RESEX Ipaú-Anilzinho, RESEX Verde para Sempre, RESEX Cazumbá-Iracema, RESEX Tapajós Arapiuns, RESEX Lago do Cuniã, RESEX do Rio Ouro Preto, RESEX Médio Juruá, RESEX Lago do Capanã Grande, RESEX Ituxi, RESEX Médio Purus, RESEX Gurupá-Melgaço, RESEX Rio Cajari, Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS Itatupã Baquiá, FLONA Tapajós, FLONA Macauã, FLONA Amapá e comunidades do entorno da FLONA Trairão, FLONA Itaituba I e FLONA Itaituba II;

**4. Seringa –** RESEX Chico Mendes, RESEX Médio Juruá, RESEX Cazumbá-Iracema, RESEX Rio Ouro Preto, RESEX Riozinho do Anfrísio, RESEX do Rio Iriri, RESEX do Rio Xingu, RESEX Tapajós Arapiuns, FLONA Tapajós e FLONA Macauã;

**5. Babaçu –** RESEX do Rio Iriri, RESEX do Rio Xingu, RESEX Riozinho do Anfrísio, RESEX Ciriaco, RESEX Mata Grande, RESEX Extremo Norte do Tocantins e RESEX Chapada Limpa;



- 6. Copaíba** – RESEX Chico Mendes, RESEX Alto Juruá, RESEX Cazumbá-Iracema, RESEX Ituxi, RESEX Médio Purus, RESEX Rio Cajari, RESEX Soure, RESEX Baixo Juruá, RESEX Médio Juruá, RESEX do Rio Cajari, RESEX do Rio Iriri, RESEX do Rio Xingu, RESEX Rio Unini, RESEX Riozinho do Anfrísio, RESEX Corumbau, FLONA Amapá, FLONA Tapajós, FLONA Macauã, FLONA Tefé e FLONA Crepori;
- 7. Andiroba** – RESEX Médio Juruá, RESEX Médio Purus, RESEX Ituxi, RESEX Riozinho do Anfrísio, FLONA Tapajós e RDS Itatupã-Baquiá;
- 8. Murumuru** – RESEX do Médio Juruá, RESEX Alto Juruá e RDS Itatupã Baquiá;
- 9. Buriti** – RESEX Chapada Limpa e RDS Geraizeiras;
- 10. Cacau Nativo** – RESEX Chico Mendes, FLONA Purus, RESEX Arapixi e RESEX Médio Purus e RESEX Canavieiras;
- 11. Jaborandi** – FLONA Carajás;
- 12. Mel de abelha nativa** – FLONA Tefé e FLONA Crepori;
- 13. Jacaré manejado** – RESEX Lago do Cuniã;
- 14. Manejo florestal sustentável comunitário** – RESEX Verde para Sempre, RESEX do Rio Ituxi, RESEX Chico Mendes, FLONA Tapajós, FLONA do Purus, RESEX Tapajós-Arapiuns e RESEX Mapuá;
- 15. Bacuri** – RESEX Chapada Limpa;
- 16. Caranguejo-uçá** – RESEX Delta do Parnaíba, 12 UCs do Salgado Paraense, RESEX Cururupu, RESEX Canavieiras, RESEX Bahia do Iguape, RESEX Cassurubá, RESEX Corumbau;
- 17. Pescado** – RESEX Marinhas do Salgado Paraense e Sul do Estado da Bahia;
- 18. Lula** – RESEX Arraial do Cabo;
- 19. Farinha de mandioca** – RESEX Ituxi e RESEX Tapajós – Arapiuns; e
- 20. Artesanato** – RESEX Cazumbá Iracema, RESEX Chico Mendes, RESEX Mãe Grande-Curuça, RESEX Soure, RESEX Unini, RESEX Corumbau, RESEX Canavieiras, RESEX Bahia do Iguape, RESEX Baixo Juruá e FLONA Tapajós).

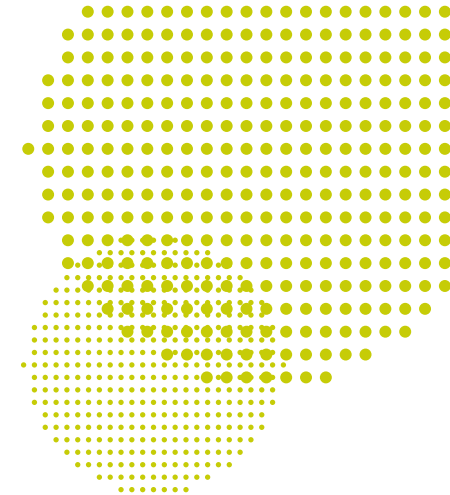
Tabela 12

Convém assinalar que, em 2019, das cadeias apoiadas, a da castanha do Brasil, do Açaí, do pirarucu manejado, assim como o manejo florestal sustentável comunitário contaram com a parceria técnica firmada entre o ICMBio e o Serviço Florestal dos Estados Unidos, com apoio da *Agency for International Development*.

O projeto de cooperação técnica BRA/08/023, executado em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, continuou com suas atividades de apoio ao planejamento de iniciativas produtivas locais, capacitações; elaboração de

instrumentos de gestão; realização de estudos; implementação de iniciativas de Turismo de Base Comunitária – TBC; e publicação de materiais de divulgação e sensibilização. Assinale-se, ainda, que o projeto deu suporte para o desenvolvimento da cadeia dos crocodilianos e a dos produtos do Cerrado, esta última na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes Geraizeiras e na Área de Proteção Ambiental – APA Nascentes do Rio Vermelho.

O TBC cada vez mais se constitui como fonte de renda para as famílias moradoras das reservas extrativistas. Com relação a essa



modalidade socioeconômica, em 2019 o ICMBio apoiou cinco cadeias produtivas, realizou a Oficina de Avaliação de Projetos de Turismo de Base Comunitária e publicou o Caderno de Experiências de Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais.

Em 2019, outro destaque foi o engajamento do Instituto em sintonia com a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA para a inclusão do pirarucu manejado como um dos produtos constantes da Política de Garantia de Preços Mínimos da Sociobiodiversidade – PGPMBio, o que resultou na sanção da Lei nº 13.881/2019. Essa era uma demanda há tempos apresentada pelas comunidades das reservas extrativistas. A PGPMBio oferece subvenção econômica aos extrativistas, como forma de favorecer a melhoria das condições de vida das comunidades, garantindo o preço mínimo a seus produtos. A integração dos esforços entre os órgãos envolvidos foi fundamental para a tramitação e publicação do novo marco legal. Em decorrência, a Portaria MAPA nº 313/2019, fixou o preço mínimo para o pirarucu de manejo para o Estado do Amazonas.

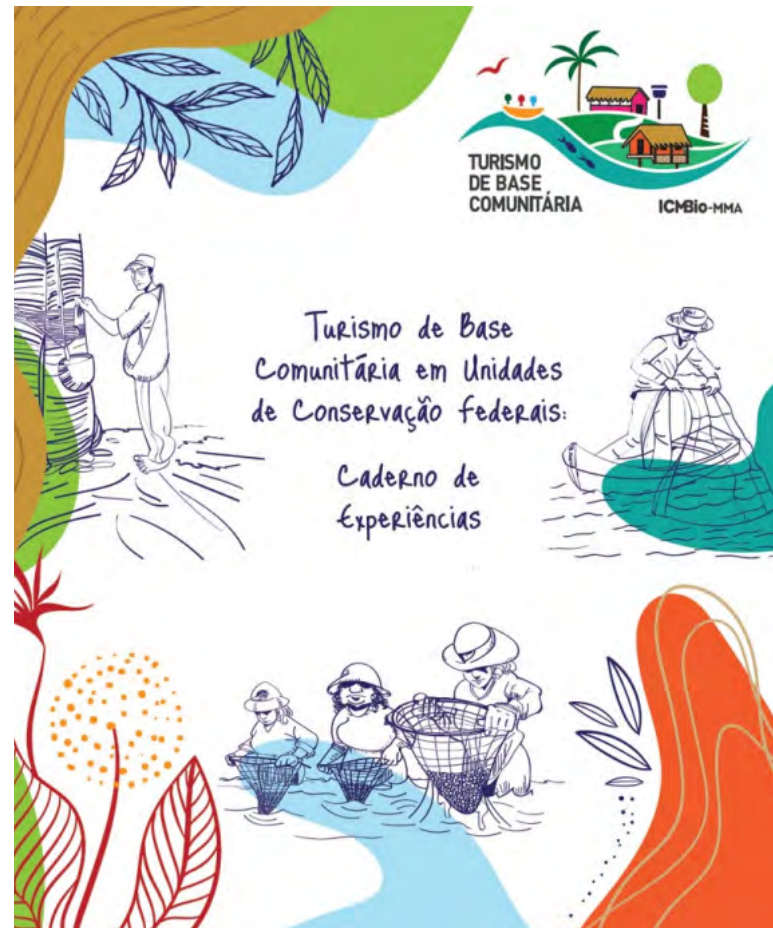


Imagem 4

**Indicador:** Visitantes registrados em UC (em milhões)

2017		2018		2019	
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta	Realizado
8,5	10,73	11	12,4	11,5	15

Tabela 13

A visitação em UCs tem crescido a cada ano e, mais uma vez, a meta institucional foi ultrapassada, alcançando o patamar de 15 milhões de visitas no exercício de 2019. O número se refere às visitas realizadas a 132 das 334 UCs em todo o Brasil.

O incremento constante da visitação está relacionado com o interesse da sociedade em conhecer o patrimônio natural brasileiro, e também com o esforço institucional para promover o ecoturismo e as oportunidades de recreação em contato com a natureza, buscando atender, cada vez com mais qualidade, os visitantes e aprimorando os sistemas de monitoramento da visitação.

Uma unidade de conservação bem estruturada e implementada é capaz de atrair o fluxo de visitantes para a região na qual está inserida. É nesta perspectiva que as concessões públicas têm se mostrado como uma estratégia fundamental para aprimorar a infraestrutura e os serviços de apoio à visitação. Em 2019, destaca-se a assinatura do contrato de concessão do PARNA de Itatiaia e a continuidade da implementação e operação de serviços concessionados em outras seis unidades, inclusive os PARNAs da Chapada dos Veadeiros e do Pau Brasil.



**Número de visitantes em Unidades de Conservação de 2000 a 2019**

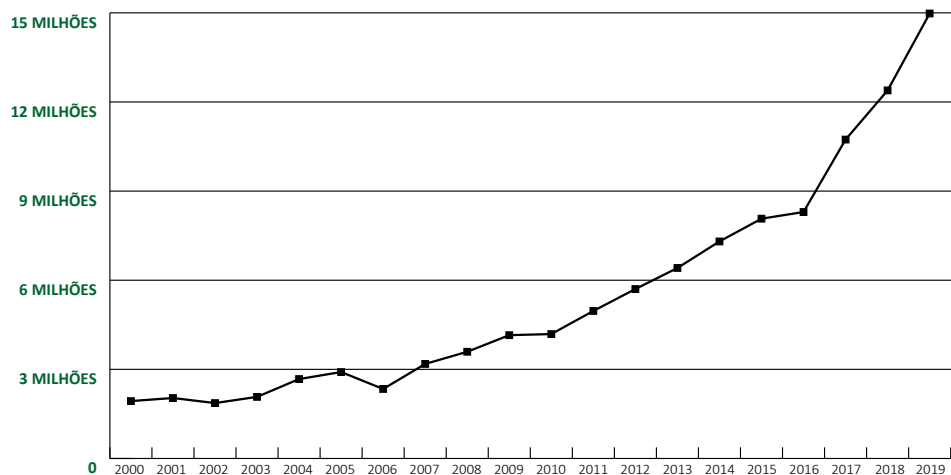


Gráfico 9

**Número de Unidades de Conservação Monitoradas 2000 a 2019**

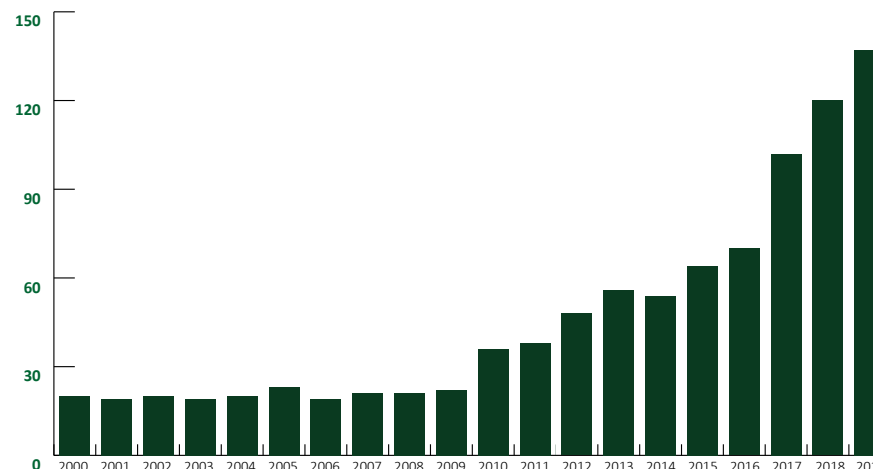


Gráfico 10

Por sua importância, a agenda de concessões em UC passou a ser atendida pelo Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI com a qualificação dos PARNAs de Iguaçu, de Jericoacoara e de Lençóis Maranhenses para a carteira do PPI que propiciará prioridade nacional na concessão desses Parques. **(Decreto nº 10.147/2019)**.

Com o propósito de dar celeridade e formalidade aos negócios de operadores e pequenos empreendedores de serviços turísticos, foi aperfeiçoado o processo de autorizações para a prestação de serviços de apoio à visitação, com a publicação de portarias nacionais que regulamentam a condução de visitantes, o transporte aquaviário, a comercialização de alimentos, a locação de equipamentos e o transporte terrestre.

Essas normas também proporcionaram a racionalização do fluxo de autorizações para prestação de serviços, com a redução do número de etapas, de 22 para 9, nas autorizações não onerosas, e de 25 para 11, nas autorizações onerosas, diminuindo o número de dias para obtenção de autorizações.

A realização de eventos esportivos, culturais e religiosos, entre outros, nas UCs ganhou estímulo com a publicação de instrução normativa que regulamenta o assunto **(Instrução Normativa nº 5/2019)**.

Todo esse esforço se traduz em resultados à sociedade e à economia brasileira. **Este estudo** realizado em 2019 mostra que cada real investido no ICMBio produziu R\$ 15 em benefícios econômicos para o Brasil.

## Normativos sobre prestação do serviço e eventos em UC

### Portaria 769 (10/12/2019)

Dispõe sobre normas e procedimentos administrativos para autorização da prestação do serviço de condução de visitantes em unidades de conservação federais.

### Portaria nº 770 (10/12/2019)

Dispõe sobre normas e procedimentos administrativos para autorização da prestação do serviço de transporte aquaviário de passageiros para fins turísticos em unidades de conservação federais.

### Portaria nº 771 (10/12/2019)

Dispõe sobre normas e procedimentos administrativos para autorização da prestação do serviço de comercialização de alimentos em unidades de conservação federais.

### Portaria nº 772 (10/12/2019)

Dispõe sobre normas e procedimentos administrativos para autorização de locação de equipamentos para fins turísticos em unidades de conservação federais.

### Portaria nº 774 (10/12/2019)

Dispõe sobre normas e procedimentos administrativos para autorização da prestação de serviço comercial de transporte terrestre de passageiros para fins turísticos em unidades de conservação federais.

### Instrução Normativa nº5 (23/09/2019)

Regulamenta a realização de eventos nas unidades de conservação federais sob gestão do ICMBio.

Tabela 14

### Perspectivas para os próximos exercícios

A perspectiva é de renovar os esforços para o crescimento no índice de visitantes em unidades de conservação, despertando ainda mais o interesse da sociedade pelo patrimônio natural brasileiro, promovendo o ecoturismo e a recreação em contato com a natureza. Assim a realização de eventos esportivos, culturais e religiosos gera empregos e renda na região das UCs, possibilitando, em médio e longo prazo a contribuição deste Instituto para o incremento e desenvolvimento das economias locais e nacional de maneira sustentável e com preservação ambiental.





**Indicador:** Hectares de UC de uso sustentável com planos de manejo florestal sustentável comunitário

2017		2018		2019	
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta	Realizado
120.000	98.597	120.000	123.885	135.000	165.405

Tabela 15

Com referência ao Manejo Florestal Sustentável Comunitário – MFS realizado pelas populações tradicionais beneficiárias de UC de uso sustentável, cabe registrar que se trata de uma modalidade econômica vinculada à bioeconomia. O ICMBio tem a responsabilidade de regulamentar, promover e licenciar a atividade florestal comunitária no interior das RESEX, RDS e FLONAs que abrigam população tradicional reconhecida. É o que estabelece o Decreto nº 6.874, de 5 de junho de 2009, que instituiu o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar – PMCF, e o Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar – PAMFC, regulamentado no âmbito do Instituto por meio da Instrução Normativa ICMBio nº 16/2011.

Entre as atividades desenvolvidas em 2019, destacam-se a capacitação dos manejadores em práticas de exploração de impacto reduzido; a organização social e produtiva, principalmente em torno de cooperativas; e as estratégias para a busca de mercados mais justos, incluindo a adoção de certificação. Atualmente estão em execução 14 Planos de Manejo Florestal Sustentável

Comunitário – PMFS Comunitários autorizados em oito unidades de conservação federais das categorias RESEX e FLONA localizadas na região da BR 163 (FLONA Tapajós e RESEX Tapajós Arapiuns), interflúvio Tapajós/Xingu (RESEX Verde para Sempre), Região do Marajó (RESEX Mapuá), sul do Estado do Amazonas (RESEX do Rio Ituxi e FLONA do Purus) e na RESEX Chico Mendes, no Estado do Acre. Em 2020, a finalização dos dois processos autorizativos (um na RESEX Verde para Sempre e outro na RESEX Arioca Pruanã) permitirá o desenvolvimento dessa cadeia produtiva.

Foram autorizados pelo ICMBio 165.405,7149 hectares sob regime de manejo florestal sustentável comunitário, com potencial de beneficiar 628 famílias das comunidades locais.

No ano de 2019, manteve-se a tendência de crescimento na área sob manejo florestal comunitário. Conseqüentemente, o volume de madeira autorizada para o manejo também cresceu 49,9% em relação ao volume autorizado no ano de 2018. Vide gráfico e tabela a seguir:





### Oferta anual de madeiras dos PMFS comunitários

(\* Em 2019 POA autorizados até o mês de junho)

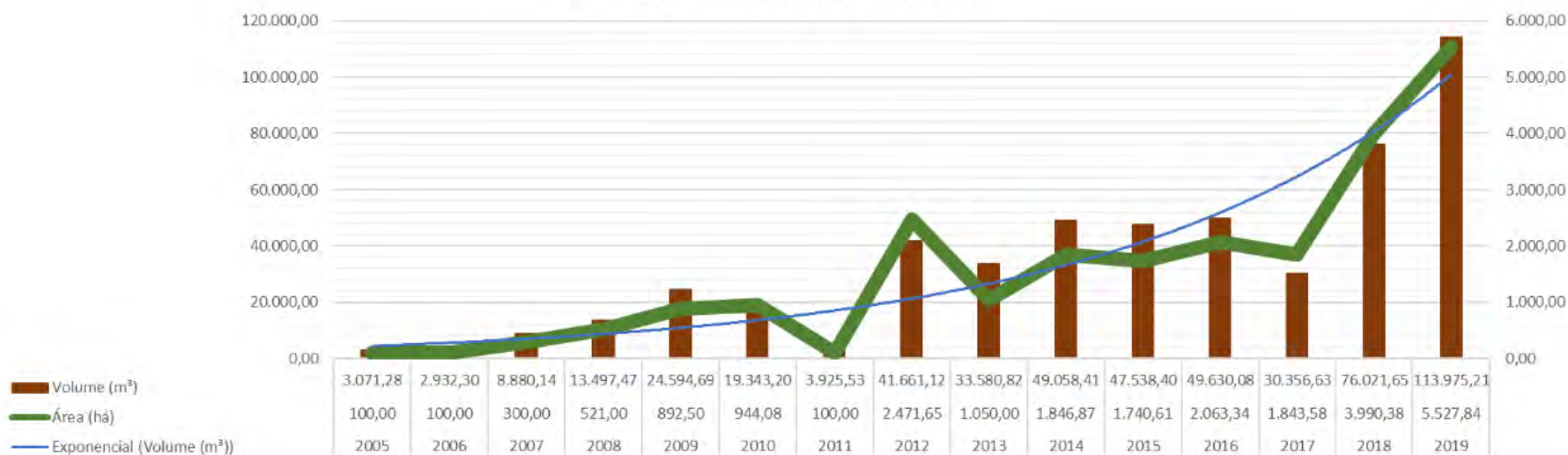


Gráfico 11



### Quantidade de área e volume de madeira por manejo florestal comunitário

Ano	Área (ha)	Volume (m <sup>3</sup> )	Valor de referência por ano (R\$/m <sup>3</sup> )	Estimativa de faturamento anual dos empreendimentos comunitários (R\$)
2005	100	3.071,28	253,17	777.569,69
2006	100	2.932,30	253,17	742.383,51
2007	300	8.880,14	301,77	2.679.794,28
2008	521	13.497,47	79,98 *	1.079.519,33
2009	892,5	24.594,69	137,41	3.379.613,22
2010	944,08	19.343,20	149,86	2.898.757,11
2011	100	3.925,53	199,93	784.817,64
2012	2.471,65	41.661,12	187,24	7.800.631,97
2013	1.050,00	33.580,82	181,32	6.088.954,38
2014	1.846,87	49.058,41	260,00	12.755.186,60
2015	1.740,61	47.538,40	311,00	14.784.442,40
2016	2.063,34	49.630,08	345,50	17.147.192,64
2017	1.843,58	30.356,63	275,60	8.366.287,23
2018	3.990,38	76.021,65	279,90	21.278.459,84
2019	5.527,84	113.975,21	365,50	41.657.939,26
<b>Total</b>	<b>23.491,85</b>	<b>518.066,93</b>		<b>142.221.549,08</b>

Tabela 16

Obs.:

- Os valores de referência (coluna 4) e os da estimativa de faturamento (coluna 5) dos anos de 2005 a 2016, e do ano de 2019, são baseados em informações fornecidas pela Cooperativa Mista da Floresta Nacional do Tapajós – COOMFLONA, e podem não representar a totalidade de todos os empreendimentos. Os valores de 2017 e 2018 são as médias dos contratos firmados entre a COOMFLONA e a Cooperativa Mista Agroextrativista Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Rio Arimum.
- Na maioria dos casos, a renda gerada para as famílias dos empreendimentos provém da remuneração por trabalho executado (operação de máquina, motosserrista etc.). Em empreendimentos mais consolidados, a renda é complementada pela divisão dos lucros. Fundos comunitários provenientes dos recursos obtidos com a venda da madeira beneficiam indiretamente as famílias, por meio das atividades comunitárias de saúde, educação, investimento e proteção.

A região da BR 163 onde estão localizadas a FLONA Tapajós e a RESEX Tapajós-Arapiuns tem se mostrado como referência para as iniciativas de manejo florestal comunitário, o que contribui para diminuir a pressão sob a floresta, vez que se trata de área em que o desmatamento sempre foi intenso.

## Perspectivas para os próximos exercícios

- A ênfase no desenvolvimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade, alinhada ao fortalecimento da bioeconomia, será continuada, em virtude do potencial que possui para a composição da renda familiar.
- Dentro desse objetivo, destacam-se as seguintes perspectivas:
  - ampliação da parceria com órgãos executores de políticas públicas federais – p. ex. o MAPA, a CONAB, o Ministério da Cidadania – como também as agências estaduais de fomento dos estados da Amazônia. Os municípios em que se localizam as UCs serão envolvidos, notadamente quanto à construção de infraestrutura, capacitação e captação de recursos públicos. A parceria com instituições de pesquisa, de suporte ao desenvolvimento de micro e pequenas empresas, de produção, beneficiamento, distribuição e comercialização será crucial para a consolidação e o aprimoramento das cadeias apoiadas;
  - capacitação de gestores das UCs e de representantes de associações e cooperativas comunitárias, para o desenvolvimento de competências socioprodutivas;
  - engajamento crescente com o setor empresarial, como com redes de supermercados, atacadistas, chefes de cozinha renomados em cidades de maior visibilidade, como Rio de Janeiro e São Paulo. Essas parcerias com o setor empresarial promoverão a inserção dos produtos da sociobiodiversidade tanto no mercado nacional como em alguns mercados estrangeiros, notadamente a Europa e os Estados Unidos, o que é bem visto pelo Serviço Florestal Americano;
  - investimento na ampliação de parcerias com instituições da sociedade civil, em virtude de sua capilaridade, especialmente no nível local, assim como na captação de recursos extraordinários;
  - investimento na ampliação da capacidade de gestão de associações e cooperativas comunitárias, para que tenham condições de acessar linhas de crédito e oportunidades de subsídio e de financiamento diferenciadas; e
  - investimento na divulgação e promoção dos produtos da sociobiodiversidade, a fim de ampliar a visibilidade e o conhecimento do consumidor sobre as singularidades desses produtos, que, ao mesmo tempo, são importantes para a geração de renda e para a conservação da biodiversidade.



**Objetivo:** Fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e consolidar as unidades de conservação federais

**Indicador:** Hectares de terras regularizadas no interior de UC

2017		2018		2019	
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta	Realizado
1.700.000	584.346	200.000	145.493	200.000	11.785

Tabela 17

A regularização fundiária é uma das mais importantes frentes de trabalho para consolidar as UCs. Trata-se de processo naturalmente complexo. Abrange a desapropriação, a indenização e a incorporação de imóvel privado ao patrimônio público, assim como o repasse de terras públicas, seja as do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, seja as da Secretaria de Patrimônio da União – SPU, para a administração do Instituto Chico Mendes.

Seguindo a Instrução Normativa ICMBio nº 02/2009, em 2019 a desapropriação foi executada basicamente por meio de recursos de compensação ambiental. Em termos de desapropriação e indenização (i.e. terra e benfeitorias), seja pela via administrativa, seja pela judicial, foram 22 imóveis rurais transferidos para o ICMBio, cuja área total somou 5.745,4152 hectares, ao valor de R\$ 40.976.160,08 distribuídos da seguinte forma: R\$ 33.825.706,00 provenientes de recursos do orçamento geral da União, R\$ 6.327.979,47 do Fundo de Compensação Ambiental – FCA e R\$ 822.474,58 decorrentes de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC. Os imóveis desapropriados se referem a 10 unidades de conservação, sendo 8 PARNAs (Catimbau, Itatiaia, Aparados da Serra, da Serra Geral, da Serra das Lontras, da Serra da Canastra e da Lagoa do Peixe, de Jurubatiba); e duas REBIOS (de Pedra Talhada e da Mata Escura).

O mecanismo da Compensação de Reserva Legal – CRL, regulado pela Instrução Normativa ICMBio nº 05/2016, está presente em 45 UCs, abrangendo 366 imóveis habilitados, o que corresponde

a, aproximadamente, 630.000 hectares. No que tange à doação desses imóveis habilitados, em 2019 foram recebidos 48 imóveis, cuja área soma 6.039,91 hectares, que elevam o total de áreas doadas para 70.000 hectares.

Somando-se as áreas regularizadas mediante o instrumento da compensação por reserva legal (6.039 hectares, distribuídos por 48 imóveis) e as da desapropriação e indenização (5.7452 hectares, distribuídos em 22 imóveis), em 2019 foram regularizados 11.875 hectares, abrangendo 70 imóveis em 14 unidades de conservação: 11 PARNAs (do Catimbau, de Itatiaia, Aparados da Serra, da Serra Geral, da Serra das Lontras, da Serra da Canastra, da Lagoa do Peixe, de Jurubatiba, Cavernas do Peruáçu, de Ilha Grande e Grande Sertão Veredas), 2 REBIOS (de Pedra Talhada e da Mata Escura); e a FLONA do Iquiri.

Ainda que a meta de 11.875 hectares regularizados esteja aquém da prevista, convém mencionar que o Instituto reforçou algumas das medidas administrativas. É uma dessas medidas a elaboração do sistema de gestão das etapas e das peças técnicas dos processos de regularização fundiária, denominado SIGTERRA. Quando estiver instalado, integrar-se-á ao Sistema Eletrônico de Informação – SEI, adotado pelo Governo Federal para a tramitação dos processos administrativos. Em 2019, foi realizado o saneamento no banco de dados geoespaciais da “malha fundiária”, que reúne informações dos imóveis rurais dentro de cada uma das



unidades de conservação. Essa malha, seguindo parâmetros técnicos, periodicamente precisa passar por ajustes, em virtude da contínua atualização dos dados dos imóveis.

Além disso, destacam-se a padronização e normatização dos processos e a capacitação dos servidores como outras formas de conferir celeridade, o que se comprova pela maior capacidade de tramitação dos processos. Enquanto em 2018 tramitaram cerca de 2.500 processos, em 2019 esse número subiu para 10.046, compreendendo demarcação, sinalização e verificação dos limites. A demarcação consiste na materialização, em campo, do limite descrito no ato legal de criação ou retificação da unidade. Exige trabalho de georreferenciamento do perímetro e de confecção de memorial descritivo com coordenadas espaciais precisas e detalhadas de cada trecho e a criação das peças técnicas necessárias. Em 2019, três unidades de conservação contaram com ações de demarcação: duas RESEX (Chico Mendes e Chapada Limpa); e o PARNA Marinho de Fernando de Noronha. A previsão é que sejam concluídas no próximo exercício fiscal.

Quanto à sinalização de limites, convém afirmar que a instalação de placas em vários pontos no perímetro da unidade de conservação é fundamental para dar publicidade sobre sua exata localização. Em 2019, 17 unidades de conservação contaram com essa atividade, processo que terá continuidade em 2020.

A verificação dos limites consiste na checagem em campo, na análise e na reinterpretação dos memoriais descritivos oficiais das UCs, mediante uso de sistemas de informações geográficas. Desse resultado decorre a atualização das informações, em banco de dados, além de seu envio para sistemas disponíveis de consulta pública, como é o caso do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC, gerido pelo Ministério do Meio Ambiente. No ano de 2019, foram verificados os limites de 18 UCs. Devido à complexidade desse processo, está prevista,

para 2020, a publicação de uma instrução normativa que regule o tema.

### Perspectivas para os próximos exercícios

A implantação do mencionado SIGTERRA figura-se como medida com elevada capacidade de acelerar – garantindo confiança – a tramitação dos processos de regularização fundiária. Numa única plataforma, estarão reunidos os documentos e o georreferenciamento dos imóveis integrados aos processos, o que dará agilidade à análise e às demais providências.

Será priorizada a capacitação dos servidores. Assim, está em fase final de elaboração a disponibilização de um curso completo de regularização fundiária na modalidade a distância – EAD, o que ampliará o número de alunos, com menor custo e maior alcance. Em associação a essa estratégia, novas turmas serão abertas em cursos presenciais, para as quais já estão em andamento tratativas quanto a recursos financeiros.

**Indicador:** UC com plano de manejo publicado exceto, Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN

2017		2018		2019	
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta	Realizado
184	182	190	195	208	198

\*Dados cumulativos

Tabela 18

De 2018 a 2019, foram concluídos planos de manejo de unidades de conservação em todas as coordenações regionais e contemplando todos os biomas brasileiros.

Em 2019, excetuando-se as RPPNs, foram elaborados 12 planos de manejo e revisados outros 16, sendo nove por meio de revisão geral e sete por meio de revisão pontual. O gráfico a seguir demonstra a distribuição das UCs trabalhadas em 2019, a relação com o total de UCs contempladas com o instrumento, assim como a comparação com o total de UCs criadas, por categoria.

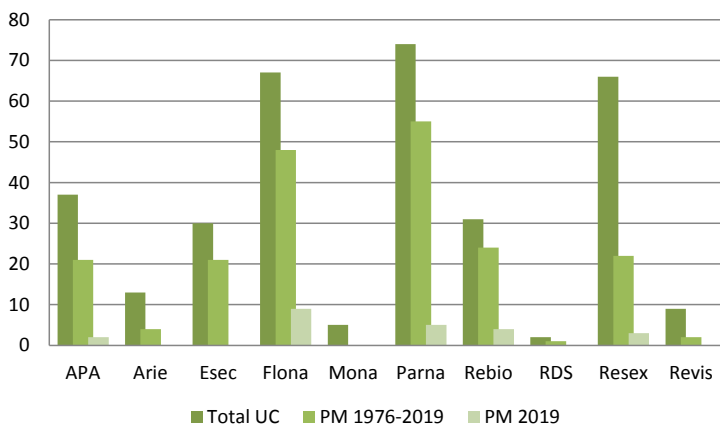


Gráfico 12

Dos planos de manejo finalizados, nove portarias foram publicadas, sendo três de novos planos de manejo, fazendo com que um total de 198 UCs possuam o instrumento atualmente. Com relação às RPPNs, seis delas tiveram seus planos de manejo publicados.

A tabela 16 traz a relação de UCs com portarias de elaboração ou revisão de plano de manejo publicadas em 2019.

**Relação de UC com portarias de elaboração ou revisão de plano de manejo publicadas em 2019, em ordem cronológica**

UC	Portaria
RPPN Maria Maria	nº 16, de 14/01/2019, DOU de 01/02/2019
RPPN Reserva Volta Velha - Pe. Piet van der Aart	nº 76, de 21/02/2019, DOU de 26/02/2019
RPPN Papagaio-de-peito-roxo	nº 77, de 21/02/2019, DOU de 26/02/2019
Flona de Assungui (Revisão)	nº 59, de 04/02/2019, DOU de 06/03/2019
Flona do Tapajós (Revisão)	nº 238, de 28/05/2019, DOU de 29/05/2019
RPPN Cícero Almeida	nº 261, de 17/06/2019, DOU de 10/07/2019
Parna Serra da Capivara	nº 363, de 30/07/2019, DOU de 01/08/2019
Parna Aparados da Serra (Revisão Pontual)	nº 405, de 16/08/2019, DOU de 19/08/2019
RPPN Olho D'Água do Tronco	nº 503, de 13/09/2019, DOU de 18/10/2019
Parna do Caparaó (Revisão Pontual)	nº 478, de 09/09/2019, DOU de 24/10/2019
RPPN Chico Bimbino	nº 531, de 23/09/2019, DOU de 29/10/2019
Parna Pantanal Matogrossense (Revisão Pontual)	nº 633, de 25/20/2019, DOU de 08/11/2019
RESEX Cassurubá	nº 566, de 04/10/2019, DOU de 08/11/2019
Flona de Açu	nº 571, de 07/10/2019, DOU de 28/11/2019
REBIO Córrego Grande (Revisão)	nº 600, de 17/10/2019, DOU de 06/12/2019

Tabela 19

Sendo o indicador relativo aos novos planos de manejo publicados, a meta não foi atendida, apesar do esforço ter se mostrado estável, pois não houve relevante alteração no número de oficinas de plano de manejo realizadas em 2019 (15 oficinas), comparado a 2018 (16 oficinas), tendo um leve aumento no número de processos finalizados: 22 em 2018 e 28 em 2019.



Imagem 5 - Oficina de elaboração do plano de manejo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, realizada em 2019.

O resultado demonstra o aumento da eficiência pretendida com a adoção da nova metodologia de elaboração e revisão dos planos de manejo, consolidada por meio da **Instrução Normativa nº 07/2017** e do **Roteiro Metodológico para Elaboração e Revisão de Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais**.

Outro resultado esperado e alcançado com a implantação da nova metodologia é a qualificação da participação social no processo de planejamento. Nos anos de 2018 e 2019, durante as oficinas de plano de manejo realizadas, sem contar a etapa preparatória, mais de 685 pessoas construíram os planos de manejo das unidades de conservação federais facilitados pelo ICMBio, sendo 35% mulheres e 65% homens.

Do total, 41% representando o Estado (exceto instituições de ensino e pesquisa), 13% representando instituições de ensino e pesquisa, 34% representando entidades da sociedade civil ou comunitários e 12% representando o setor produtivo (mercado).

#### Igualdade de gênero nas oficinas de plano de manejo

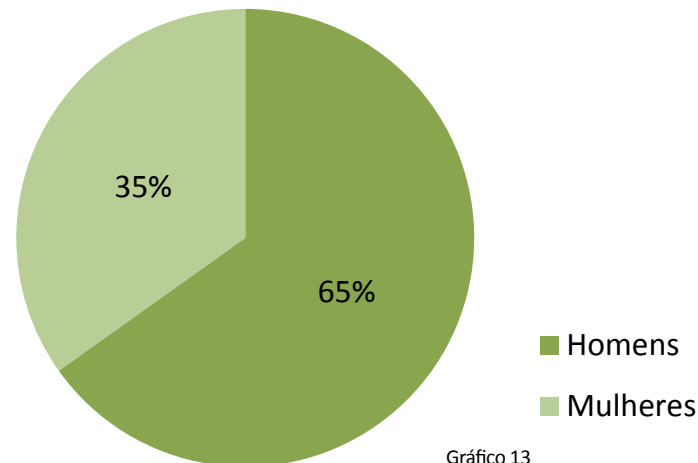


Gráfico 13

#### Participação de setores da economia nas oficinas de plano de manejo

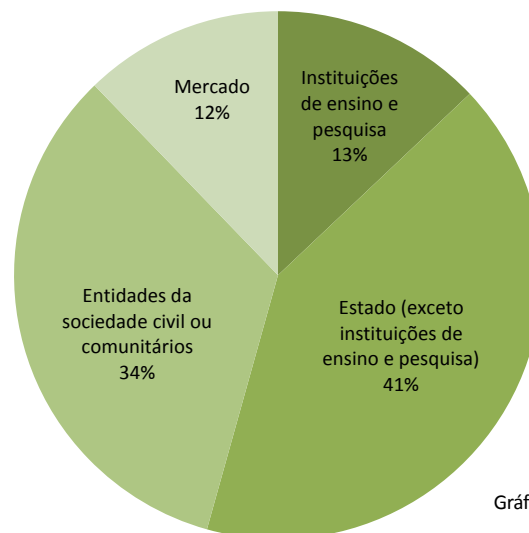


Gráfico 14



Dentro do setor produtivo, houve atuação de 47% do setor primário, 9% do setor secundário e 44% do setor terciário, cujas atividades estão subdivididas no gráfico 15. É importante ressaltar que os setores produtivos são também representados por entidades da sociedade civil ou comunitários, o que não foi contabilizado nessa primeira aferição. O aprimoramento do detalhamento e a coleta de dados para melhor demonstração da representatividade da participação nas oficinas de plano de manejo estão previstos para 2020.

**Quantitativo da participação de setores do mercado\* nas oficinas de plano de manejo - 2018/2019**

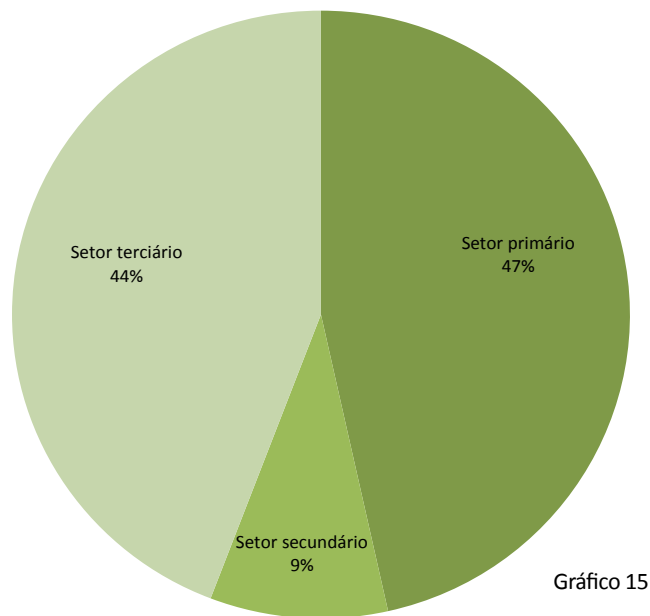


Gráfico 15

**Representatividade do setor terciário**

comércio 7,9%  
prestação de serviços 92,1%

**Representatividade do setor primário**

agricultura/pecuária 47,5%  
extrativismo mineral 2,5%  
extrativismo vegetal/animal 50%

**Representatividade do setor secundário**

indústria 37,5%  
construção civil 37,5%  
geração de energia 25%

\*Não estão contabilizados os setores do mercado representados por entidades da sociedade civil ou comunitários

O reflexo dessa composição de setores, somada à abordagem metodológica atual, tem gerado satisfação entre os envolvidos. Os documentos são elaborados em consonância com o contexto e com as prioridades locais das UCs, criando um sentimento coletivo de compartilhamento de responsabilidades para a gestão das unidades como bens públicos.

Em relação à necessidade de fortalecimento do alinhamento institucional para a elaboração de planos específicos e o aprimoramento do catálogo de produtos e serviços, foi realizada a Oficina de Planejamentos Específicos e Validação do Catálogo de Produtos e Serviços do ICMBio, com 58 representantes de diferentes setores do Órgão, que teve como objetivos o alinhamento institucional sobre os planejamentos específicos, a validação da matriz de planejamentos específicos, a definição de responsáveis institucionais e parceiros para a elaboração e implementação desses planejamentos, o levantamento situacional das coordenações do ICMBio sobre planejamentos específicos e a validação do catálogo de produtos e serviços. A execução desses objetivos promoverá maior clareza e condições para que o ICMBio possa continuar aprimorando tecnicamente a elaboração e revisão dos planos de manejo, resolvendo os problemas enfrentados pelas diferentes categorias de UCs. No ano de 2020, serão realizadas discussões individuais com vários setores do ICMBio para refinar os encaminhamentos do evento e finalizar a atualização do Catálogo de Serviços.

Quanto à necessidade de capacitação contínua na nova metodologia para aprimoramento da capacidade institucional e fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, em 2019 foram instruídas 31 pessoas no modo “observadores da oficina de plano de manejo”<sup>2</sup>, sendo 13 servidores federais, 8 servidores de Estados e Municípios e 10 representantes de outros setores.

<sup>2</sup> O observador é um convidado da oficina de plano de manejo que não tem participação ativa, mas acompanha o andamento dos trabalhos, familiariza-se com a abordagem metodológica e é envolvido em sessões de discussão e avaliação sobre o evento e o método, possibilitando sua capacitação concomitantemente com o processo de elaboração do documento.



## RPPN

A RPPN é uma unidade de conservação criada por iniciativa de proprietários rurais com o objetivo de conservar a diversidade biológica de suas propriedades.

O Instituto Chico Mendes também apoia a gestão de 698 RPPNs, sendo que, destas, 10 foram criadas em 2019. Além disso, foram realizadas as vistorias para a criação de 12 RPPNs, e analisados e aprovados seis planos de manejo de RPPN.

## SAMGe

Considerando que a gestão das unidades de conservação está vinculada aos seus respectivos planos de manejo, é importante para este indicador a contribuição institucional proporcionada pelo **Sistema de Monitoramento e Avaliação – SAMGe**. Em 2018, com a implementação do Sistema em uma plataforma web, ampliou-se a participação das equipes das unidades de conservação nos ciclos de diagnóstico da ferramenta, o que permitiu uma maior transparência na apresentação dos dados e informações disponibilizadas, principalmente por meio dos painéis dinâmicos de resultados, favorecendo a exposição do impacto positivo decorrente da implementação da política pública relacionada com a gestão de espaços territoriais com características especiais.

## Perspectivas para os próximos exercícios

Para 2020 e 2021, são esperadas a consolidação e a formalização de uma trilha de aprendizagem sobre elaboração e revisão de planos de manejo, com etapas à distância e presenciais, e módulos de conhecimento sobre a construção dos documentos e facilitação das oficinas.

Em relação às RPPNs, a principal perspectiva para o fortalecimento da iniciativa é a finalização do módulo de elaboração e análise de planos de manejo no Sistema de Gestão da Categoria RPPN, o Sistema Informatizado de Monitoria de RPPN – SIMRPPN, para otimizar o tempo e o esforço de análise, bem como o compartilhamento do sistema para Estados e Municípios, de modo a integrar todo o Sistema Nacional de RPPN.

Quanto ao SAMGe, a evolução do processo de aplicação do Sistema para os próximos ciclos está orientada para o suporte aos Projetos Especiais (GEF-MAR, GEF-Terrestre, Arpa, Gestão Florestal), com enfoque no planejamento, monitoramento e diagnóstico, assim como nas ações de capacitação focadas no aprimoramento do preenchimento da ferramenta e interpretações das informações presentes nos painéis dinâmicos.

## Índice de efetividade

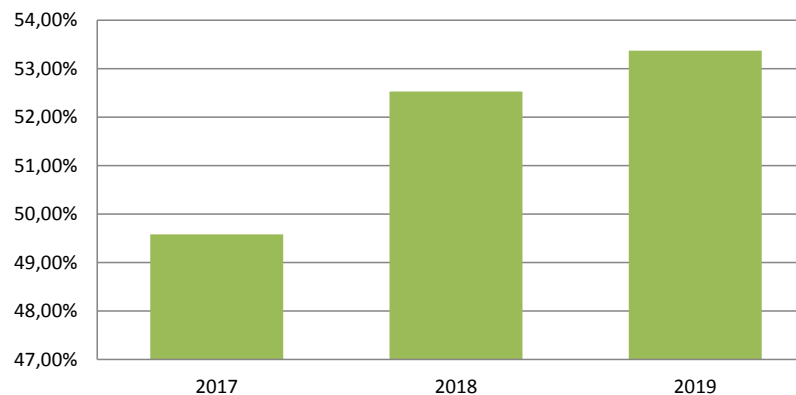


Gráfico 16

No ciclo de 2019, o diagnóstico contou com a participação de 316 unidades, o que corresponde a 94,6% das unidades de conservação sob a gestão do ICMBio, apresentando o índice de efetividade de gestão na ordem de 53,37%, enquadrando na escala de “Moderada Efetividade”. Cabe destacar que 22,45% (75) das UCs federais estão na escala de “Efetivas”, 66,76% (223) em “Moderada Efetividade”, e 5,38% (18) em “Reduzida Efetividade”.

**Indicador:** UC com conselho gestor instituído e UC com reunião de conselho gestor realizada a partir de 2018

2017		2018		2019	
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta	Realizado
280	281	140	151	160	220

Tabela 20

Em 2019, ocorreram 220 reuniões dos conselhos gestores, superando a meta estabelecida, de 160 reuniões. Para sua realização, 60% do custeio veio de fonte orçamentária, enquanto o restante decorreu da alocação de recursos provenientes de projetos especiais e articulações locais. É importante ressaltar que o indicador de número de reuniões de conselho é a forma mais simples de aferição do funcionamento dessas instâncias tão importantes de participação social nas UCs.

A criação e qualificação dos conselhos gestores das unidades de conservação constituem uma das principais estratégias adotadas pelo ICMBio. Nessa estratégia, os conselhos das unidades de conservação recém-criadas recebem especial atenção, tendo em vista que a instalação e o funcionamento dessas instâncias colegiadas constituem medida necessária para a consolidação da área protegida. Convém frisar que a existência dos conselhos está prevista na Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, como determinado no capítulo sobre meio ambiente, na Constituição Federal.

Atualmente, há 284 conselhos gestores formalmente instituídos. Houve também a criação de um novo conselho, decorrente da fusão de outros dois. Como conselho integrado, responde por duas unidades de conservação. Esse arranjo institucional modificou o número total de 285 para 284.

Em 2019, o ICMBio deu continuidade ao Programa de Voluntariado. Ocorreram 27 novas adesões de unidades organizativas (centros de pesquisa, escritórios administrativos e unidades de conservação). Com essas, o total de unidades que aderiram ao Programa subiu para 232. Também em 2019, o sistema de gestão

do Programa registrou a inscrição de 16.729 novos voluntários, o que elevou para 23.798 o total de voluntários inscritos até o momento. São números que evidenciam o potencial de participação social na gestão das unidades de conservação, mediante o engajamento direto, livre e sem remuneração, de milhares de pessoas.

Outra frente de atuação destinada à gestão integrada do território, com a participação direta da sociedade local, é a educação ambiental, que tem o objetivo de promover o desenvolvimento de competências para a participação social qualificada dos atores na gestão da biodiversidade. A educação ambiental também estimula a integração e a governança conjunta de diferentes áreas. O Instituto elabora e executa os projetos político-pedagógicos específicos para a realidade das unidades de conservação, ainda que esses possam ser úteis para outras territorialidades. Enquanto em 2018 foram realizadas 218 ações de educação ambiental e sensibilização, envolvendo 197 UCs, em 2019 o número de ações subiu para 265, em 243 UCs. Entre tais iniciativas desenvolvidas, destacam-se: capacitação de formadores ambientais e de conselheiros das UCs, capacitação de jovens para exercer o protagonismo na conservação ambiental; sensibilização dos visitantes das áreas protegidas; e uso da comunicação com finalidade educativa. Mulheres, jovens, extrativistas e os conselheiros das UCs são o público prioritário. Ao todo, 83.454 pessoas receberam ações de educação e sensibilização ambiental.

Com relação à superação e gestão dos conflitos territoriais, a atuação em áreas que possuem interfaces territoriais, isto é, entre UCs e territórios de comunidades tradicionais, foi mantida em 2019. A celebração dos Termos de Compromisso – TCs, instrumentos em



que são pactuadas responsabilidades e ações entre os envolvidos, favorece a redução do nível de tensão entre a gestão da UC e as comunidades locais, em muitos casos convertendo conflitos em parcerias sinérgicas. Em 2019, foram firmados cinco TCs em cinco PARNAs: da Serra dos Órgãos, de Itatiaia, da Lagoa do Peixe, do Jaú e dos Lençóis Maranhenses.

### Perspectivas para os próximos exercícios

Para 2020, será ampliado o número de conselhos de UCs submetidos à aplicação do protocolo de monitoramento e avaliação da efetividade dos conselhos gestores (ferramenta criada entre os anos de 2018 e 2019 e em fase final de testes). O objetivo é produzir diagnóstico sobre o funcionamento e a efetividade desses colegiados, o que favorecerá a posterior consolidação desse protocolo como ferramenta para acompanhamento e avaliação.

Seguindo os principais modelos de governança nacional e internacionalmente reconhecidos, serão elaborados materiais didáticos, assim como serão realizadas capacitações para os conselheiros, garantindo maior efetividade na sua participação na gestão das unidades.

Além disso, a estratégia de criação de conselhos integrados terá continuidade, como meio de ampliar e fortalecer os Núcleos de Gestão Integrada – NGIs em escala nacional.

Quanto às ações de educação ambiental, seguindo o que estabelece a Instrução Normativa nº 19/2018, que regula a elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos Mediados pela Educação Ambiental – PPEA, serão elaborados e executados novos projetos, sendo que o monitoramento e a avaliação são atividades permanentes. Ocorrerá também a divulgação do marco regulatório dos PPEAs.

Os processos de formação de educadores ambientais terão continuidade, tanto em capacitações no Centro de Formação em

Conservação da Biodiversidade – ACADEBio, quanto nos territórios das unidades de conservação.

Estão previstas a elaboração e a divulgação de material impresso contendo as diretrizes e a metodologia de monitoramento e avaliação dos processos de educação ambiental, que são úteis para as capacitações previstas.

A segunda chamada de projetos de educação ambiental também será uma estratégia para ampliar a educação ambiental nas unidades descentralizadas do ICMBio.

Para 2020, está previsto o lançamento do Programa Agentes de Sensibilização Ambiental – ASAs, que visa qualificar interessados que desejem atuar como mobilizador, sensibilizador e promotor de iniciativas que guardem estreita relação com a conservação da biodiversidade. O Programa pretende capacitar os agentes a acolherem e encaminharem as demandas das comunidades envolvidas no que concerne à conservação ambiental. Como público prioritário de atuação do Programa, estão as lideranças e jovens, os educandos e educadores e os gestores locais.

Como ferramenta de integração com o ASAs, em 2019 o jogo virtual Guardiões da Natureza começou a ser elaborado. Esse jogo será uma ferramenta para estimular os agentes a conhecer, integrar e promover as unidades de conservação, cientes da sua importância, oportunidades e desafios. O lançamento e a divulgação do Guardiões da Natureza estão previstos para 2020.

Tendo por referência o planejamento estratégico, no âmbito do Programa de Voluntariado, o foco central será o aumento da capacidade de inserção de voluntários na gestão pública da biodiversidade, adotando as unidades de conservação como polo das ações. Estão previstos dois grandes eventos nacionais de mobilização de voluntários em articulação com Estados e Municípios. Nessas ocasiões e em outras, será difundido o Guia Metodológico de Processos Formativos em Emergências Ambientais, que tem o objetivo de apoiar o engajamento adequado de voluntários em



atividades de sensibilização ambiental e nas ações destinadas a mitigar os impactos dos desastres ambientais.

Os TCs deverão continuar como a principal ferramenta a ser utilizada para lidar com situações de colisão de direitos entre comunidades residentes ou usuárias de recursos naturais em unidades de conservação. As equipes locais do Instituto serão apoiadas para lidar com os casos em que há conflitos territoriais, com ênfase na obtenção de consenso, base para a assinatura dos termos de compromisso. Também é esperada a estruturação de mecanismos de monitoramento da efetividade dos TCs já firmados, esforço necessário para que se mantenha o controle sobre os efeitos da assinatura desses acordos e a possibilidade de ajustes que o monitoramento eventualmente demonstre serem necessários. Em continuidade aos trabalhos de 2019, devem ser assinados ainda no início de 2020 TCs com comunidades tradicionais dos PARNAs dos Lençóis Maranhenses e do Jaú. Além desses, há algumas outras demandas avançando para a possível assinatura de TCs, como REBIO Guaporé e indígenas da aldeia Palhal, PARNA da Serra do Divisor e indígenas Nawa; PARNA da Serra da Canastra e canastreiros; PARNA da Chapada Diamantina e moradores do Vale do Pati, dentre outros.



**Indicador:** Projetos de pesquisa científica autorizados

2017		2018		2019	
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta	Realizado
-	2.740	-	2.923	-	3.344

Tabela 21

A pesquisa, o monitoramento, a autorização e a informação em biodiversidade são alvos de uma política de planejamento institucional em diversos níveis, com destaque para o **Plano Estratégico de Pesquisa e Gestão da Informação sobre Biodiversidade – PEP-ICMBio**, que correlaciona o planejamento estratégico do ICMBio com as demandas de conhecimento necessárias para conferir maior efetividade às ações realizadas, e para o **Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade – Programa Monitora**, que contribui para avaliar a efetividade do Sistema de Unidades de Conservação, o uso e manejo nas unidades de conservação geridas pelo Instituto Chico Mendes e as estratégias de conservação das espécies ameaçadas de extinção em todo o território nacional.

Por meio do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – Sisbio, o ICMBio autoriza pesquisas em unidades de conservação federais e cavernas, fora delas, quando envolverem a coleta de material zoológico ou de plantas ameaçadas.

Em 2019, foi regularizada a situação de várias solicitações de pesquisa submetidas ao Sisbio que estavam em análise desde 2018. Assim, embora o número de solicitações submetidas por pesquisadores tenha permanecido quase estável (progredindo de 3.124, em 2018, para 3.138, em 2019), houve aumento do número de solicitações autorizadas, de 2.923 para 3.344.

De modo a cumprir a finalidade de fomentar e executar programas de pesquisa, prevista no seu planejamento estratégico, no PEP-ICMBio e na própria legislação, o ICMBio autorizou, em 2019, cerca de 103 pesquisas propostas pelas suas unidades de

conservação e seus centros de pesquisa, além de ter promovido seminários em 12 unidades e dois centros, incentivando o debate e a aproximação com o público. No fomento à pesquisa, o Instituto conduz, desde sua criação, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Pibic, tendo contado com a participação de 36 estudantes de todo o Brasil até julho de 2019 (biênio 2018/2019), sendo que o Encontro de Iniciação Científica foi realizado em setembro, em Brasília. Do biênio 2019/2020, participam 39 estudantes.

Por meio da Chamada CNPq/ICMBio/FAPs nº 18/2017, lançada em conjunto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e com algumas Fundações Estaduais de Apoio à Pesquisa, 24 projetos ligados à gestão da biodiversidade estão sendo realizados em unidades de conservação da Caatinga e da Mata Atlântica desde 2018, com cerca de R\$ 3,9 milhões oriundos da compensação ambiental. Em 2019, houve uma reunião com todos os coordenadores desses projetos, na qual foram avaliadas as ações e fornecidos subsídios para o alcance dos objetivos da Chamada neste período final de desenvolvimento, previsto para 2020.

Além do Sisbio, o ICMBio tem desenvolvido sistemas de informação de biodiversidade para apoiar diversos processos; em alguns casos, esses sistemas fornecem serviços e disponibilizam ferramentas aos gestores, aos tomadores de decisão e à sociedade como um todo. O Portal da Biodiversidade, lançado em 2015, que disponibiliza registros de ocorrência de espécies dos bancos de dados do ICMBio, está passando por uma reformulação e será integrado ao Sistema



de Informações Georreferenciadas do ICMBio. Em conjunto com o IBAMA, em iniciativa do Projeto Monitoramento Participativo da Biodiversidade (apoio do Instituto de Pesquisas Ecológicas e USAID), o ICMBio trabalhou no desenvolvimento de um sistema para gerir e armazenar dados de biodiversidade gerados no âmbito do licenciamento ambiental federal (com lançamento previsto para meados de 2020).

No tocante à divulgação científica, o Instituto publica, desde 2011, a revista Biodiversidade Brasileira – BioBrasil. Em 2019, foram lançadas duas edições (uma temática, sobre Diagnóstico e Manejo de Áreas Úmidas em Áreas Protegidas, e outra especial, com os resumos da Wildfire Conference). Para 2020, além da atribuição do Digital object identifier – DOI, o sistema utilizado pela revista será atualizado, disponibilizando novas funcionalidades. Além disso,

visando ampliar sua estratégia de divulgação, a revista, com novo Conselho Editorial, passará a receber artigos em fluxo contínuo, o que trará mais visibilidade para a publicação.

Em 2019, o ICMBio ampliou seu Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade para 89 unidades de conservação. Cada unidade aderida a esse sistema exige um enorme esforço de trabalho na forma de capacitação e organização de oficinas, tendo havido 25 eventos de capacitação, oficinas e reuniões, além do lançamento de 45 produtos de apoio (apostilas e publicações). Também no âmbito do projeto de Monitoramento Participativo da Biodiversidade está sendo desenvolvido o Sistema de Monitoramento da Biodiversidade – SisMonitora para sistematizar os processos associados ao monitoramento.

### Perspectivas para os próximos exercícios

Os planos, programas e sistemas de pesquisa e monitoramento da biodiversidade já têm contribuído e, com as ações em curso, irão contribuir ainda mais, para a utilização de dados e informações que, por um lado, tornarão mais efetivas as estratégias de conservação conduzidas pelo ICMBio e, por outro, permitirão que a sociedade e os órgãos de controle conheçam e utilizem as informações sobre biodiversidade.

Com a conclusão dos projetos conduzidos na citada Chamada nº 18/2017, o ICMBio terá subsídios para aprimorar o investimento nas ações de pesquisa financiadas. Ao longo de 2020, está programado o início do investimento de R\$ 3,4 milhões em ações de pesquisa em unidades de conservação marinhas do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná.

As normas sobre pesquisa e monitoramento da biodiversidade estão em processo de revisão, com a previsão de sua união e racionalização.



## Desempenho da Gestão

### GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Lei Orçamentária Anual de 2019 – LOA/2019 consignou ao ICMBio dotação orçamentária no valor total de R\$ 883.204 mil, que, após suplementações, resultou em uma dotação final da ordem de R\$ 901.163 mil, conforme demonstrado a seguir.

Integram a dotação orçamentária do ICMBio recursos originários da compensação ambiental, objeto de destaque específico ao final deste tópico de Gestão Orçamentária e Financeira.

#### Dotação Orçamentária Ajustada

Em R\$ mil

Despesas Fixadas LOA/2019	Suplementações	Despesas Totais Autorizadas/2019
R\$ 883.204	R\$ 17.959	R\$ 901.163

Tabela 22

#### Execução Orçamentária

A execução orçamentária do Instituto ocorre nas unidades gestoras da Sede e nas unidades gestoras descentralizadas.

Da dotação atualizada, disponibilizada ao ICMBio em 2019, no valor de R\$ 901.163 mil, foram concedidos destaques a outros Órgãos Federais no valor de R\$ 186.328 mil, por meio de Termos de Execução Descentralizada – TEDs celebrados pelo Instituto, visando à execução de ações de interesse deste e consecução dos objetos previstos nos respectivos programas de trabalho, respeitada fielmente a classificação funcional programática.

Os valores empenhados da dotação atualizada foram de R\$ 883.766 mil, liquidados R\$ 834.161 mil e pagos R\$ 805.698 mil.

#### Execução Financeira

Os valores pagos no exercício de 2019 totalizaram R\$ 805.698 mil, relativos a pagamentos dos empenhos processados no exercício de 2019, e R\$ 75.693 mil de obrigações oriundas de empenhos processados em anos anteriores (restos a pagar processados e não processados).





## Detalhamento da Execução Orçamentária e Financeira

A tabela a seguir detalha a execução orçamentária e financeira por Grupo de Despesa e Programa de Governo.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - EXERCÍCIOS DE 2018 E 2019														
DETALHAMENTO	2018						2019						Em R\$ Mil	%
Grupo de Despesa	Dotação Atual (a)	Destaque Concedido (b)	Empenhado (.c)	Liquidado (d)	Pago (e)	RP Pago * (f)	Dotação Atual (g)	Destaque Concedido (h)	Empenhado (i)	Liquidado (j)	Pago (k)	RP Pago * (l)	Varição (m)=k-e	Varição (n)=k/e
INVERSOES														
FINANCEIRAS	15.528,95	582,38	14.946,57	14.946,57	14.946,57		208.594,85	174.769,14	208.594,85	205.088,02	204.635,10		189.688,53	1269%
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>29.908,43</b>		<b>27.443,13</b>	<b>2.008,86</b>	<b>2.008,66</b>	<b>8.305,96</b>	<b>14.943,17</b>		<b>14.942,40</b>	<b>1.876,61</b>	<b>1.873,55</b>	<b>25.796,85</b>	<b>- 135,12</b>	<b>-7%</b>
OUTRAS DESPESAS														
CORRENTES	244.970,34	8.140,74	232.295,39	205.966,60	203.362,71	20.774,23	263.071,15	11.197,75	260.067,01	227.213,17	223.664,92	25.581,88	20.302,21	10%
<b>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>398.331,14</b>	<b>71,89</b>	<b>391.420,49</b>	<b>387.188,92</b>	<b>362.760,84</b>	<b>140,07</b>	<b>414.553,87</b>	<b>359,25</b>	<b>400.161,95</b>	<b>399.982,99</b>	<b>375.524,43</b>	<b>24.314,81</b>	<b>12.763,60</b>	<b>4%</b>
Total Geral	688.738,85	8.795,00	666.105,57	610.110,95	583.078,78	29.220,26	901.163,04	186.326,14	883.766,22	834.160,79	805.698,00	75.693,55	222.619,22	38%
	2018						2019						Em R\$ Mil	%
Programa de Governo	Dotação Atual (a)	Destaque Concedido (b)	Empenhado (.c)	Liquidado (d)	Pago (e)	RP Pago * (f)	Dotação Atual (g)	Destaque Concedido (h)	Empenhado (i)	Liquidado (j)	Pago (k)	RP Pago * (l)	Varição (m)=k-e	Varição (n)=e/k
PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	71.167,31	-	70.957,59	70.789,02	65.238,46	-	89.546,51	-	88.386,08	88.361,38	80.882,33	5.550,56	15.643,87	24%
<b>OPERACOES ESPECIAIS:</b>	<b>654,26</b>	<b>654,26</b>	-	-	-	-	<b>181.835,82</b>	<b>181.835,82</b>	<b>181.835,82</b>	<b>181.835,82</b>	<b>181.835,82</b>	-	181.835,82	100%
BIODIVERSIDADE	-	-	-	-	-	134,56	-	-	-	-	-	15,35	-	0%
<b>MUDANCA DO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>140,69</b>	<b>42,48</b>	<b>42,48</b>	<b>536,46</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>- 42,48</b>	<b>0%</b>
CONSERVACAO E USO SUSTENTAVEL	221.201,46	7.796,19	207.597,22	158.131,00	156.892,69	25.235,65	221.975,67	4.240,33	220.689,65	182.737,25	180.506,16	48.452,53	23.613,47	15%
<b>PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO</b>	<b>395.715,83</b>	<b>344,55</b>	<b>387.410,08</b>	<b>381.148,46</b>	<b>360.905,16</b>	<b>3.313,59</b>	<b>407.805,04</b>	<b>250,00</b>	<b>392.854,67</b>	<b>381.226,34</b>	<b>362.473,70</b>	<b>21.675,11</b>	1.568,54	0%
Total Geral	688.738,85	8.795,00	666.105,57	610.110,95	583.078,78	29.220,26	901.163,04	186.326,14	883.766,22	834.160,79	805.698,00	75.693,55	222.619,22	38%

\* RP Pago: Restos a Pagar Processados e Não Processados Pagos

Tabela 23

Observa-se que o ICMBio contou com uma dotação orçamentária 23% maior no exercício de 2019 em relação a 2018 (R\$ 688.739 mil em 2018, e R\$ 901.163 mil em 2019). O acréscimo deve-se principalmente à ação orçamentária do Governo “Pagamento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) Devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas”, integrante de inversões financeiras, que apresentou acréscimo nos pagamentos relativos a 2019 de 1.269% quando comparados a 2018.

O aumento dessa despesa obrigatória justifica-se por haver decisões judiciais que demandaram a alocação de recursos para o exercício de 2019. Em 2018, a dotação da mencionada ação totalizava R\$ 654 mil, passando para R\$ 181.835 mil em 2019.

Constata-se da execução financeira um aumento entre os valores totais executados e pagos nos exercícios de 2018 e 2019,

considerando pagos R\$ 583.079 mil em 2018, e R\$ 805.698 mil em 2019, uma variação percentual positiva da execução financeira de 38%, também em função da ação de pagamento de precatórios, sendo em 2019 um total de R\$ 181.835 mil pagos com essa finalidade.

Em contrapartida, constata-se variação negativa em 2019 de 7% em relação a 2018, originária de pagamentos a menor relativos a “Equipamentos e Material Permanente e Obras e Instalações”, integrantes do grupo “Investimentos”. Em 2018 estes investimentos contaram com dotações de R\$ 29.908 mil em 2018 e de R\$ 14.943 mil em 2019, e valores empenhados de R\$ 27.443 mil em 2018 e de R\$ 14.942 mil em 2019.

Os valores relativos aos exercícios de 2018 e 2019 das Dotações Autorizadas, dos Valores Empenhados e Pagos, constantes da tabela precedente, são destacados nos gráficos a seguir.

### Execução Orçamentária e Financeira Anual

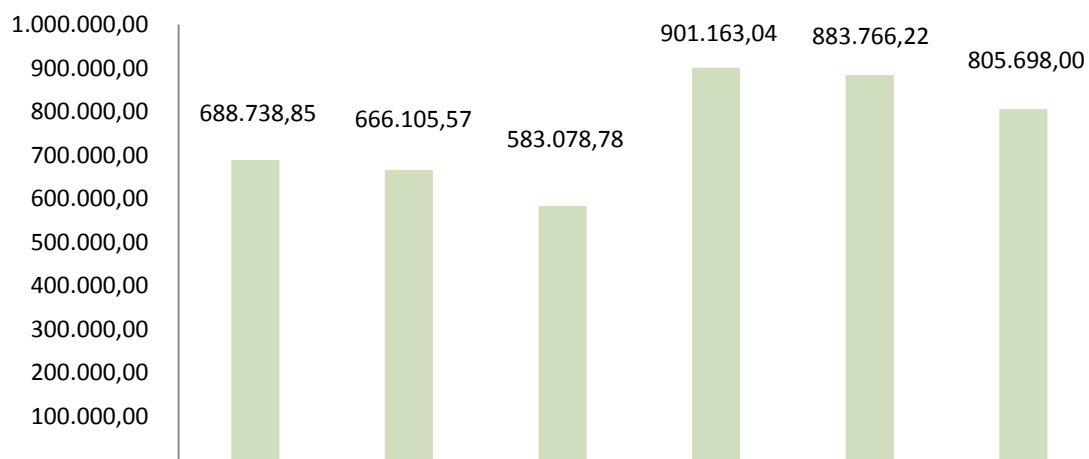


Gráfico 17





**Execução orçamentária e financeira por grupo de despesa (dotações atualizadas, valores empenhados e pagos)**

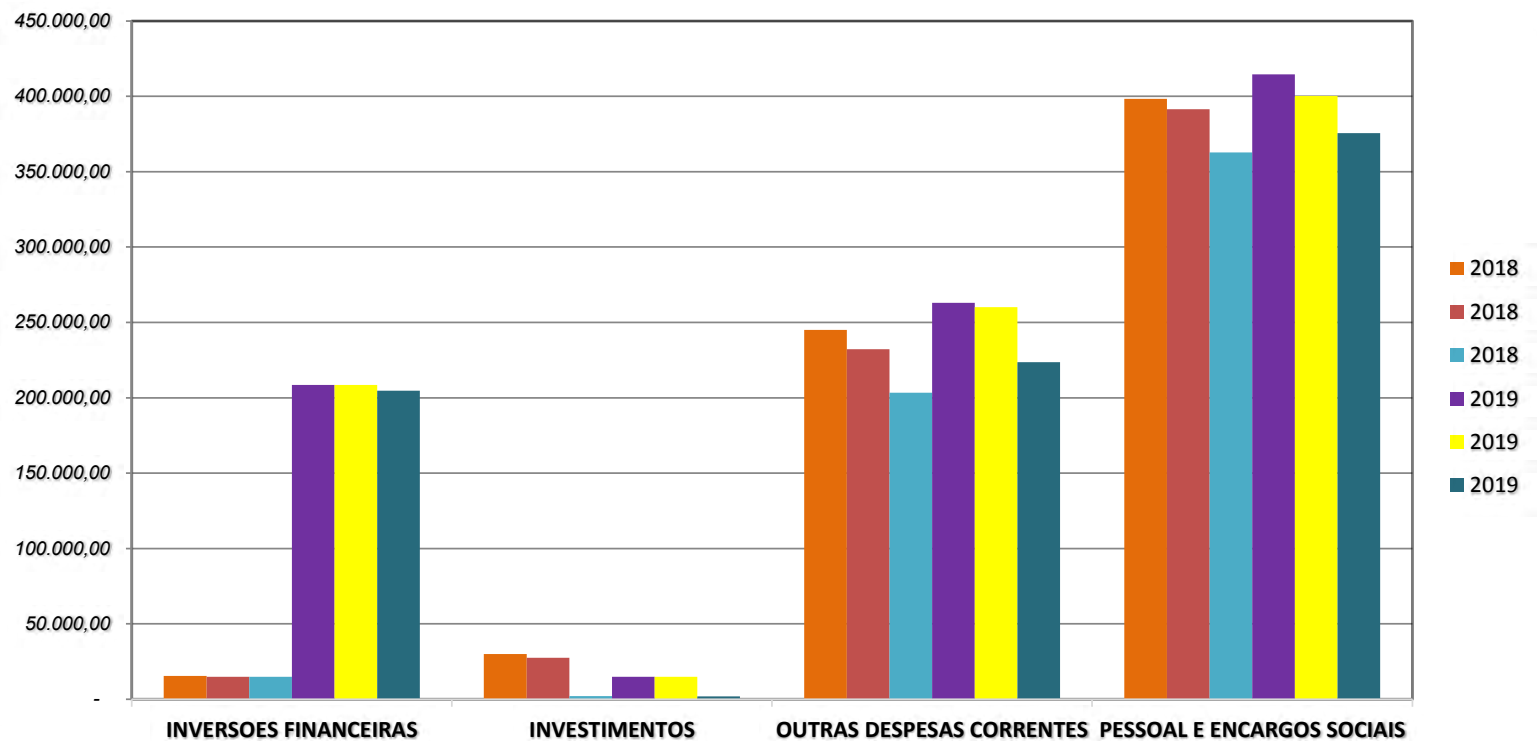


Gráfico 18

**Detalhamento por Elemento de Despesa e Ação Orçamentária**

Nas tabelas a seguir, são detalhadas as execuções orçamentária e financeira relativas ao exercício de 2019.

## Detalhamento por grupo e elemento de despesa

Execução por Grupo e Elemento de Despesa - Exercício 2019						
Em R\$ 1.000						
Grupo da Despesa	Código	Elemento de Despesa	Empenhado	Liquidado	Pago	RP Pago
Inversões Financeiras	91	Sentenças Judiciais	174.845,74	174.845,74	174.845,74	-
	61	Aquisição de Imóveis	33.749,11	30.242,28	29.789,36	-
	<b>Subtotal</b>		<b>208.594,85</b>	<b>205.088,02</b>	<b>204.635,10</b>	<b>-</b>
Investimentos	51	Obras e Instalações	10.801,07	1.120,55	1.118,07	1.035,42
	52	Equipamentos e Material Permanente	3.384,92	639,84	639,26	24.761,15
		Outros	756,42	116,22	116,22	-
	<b>Subtotal</b>		<b>14.942,40</b>	<b>1.876,61</b>	<b>1.873,55</b>	<b>25.796,57</b>
Outras Despesas Correntes	39	Outros Serviços de e Terceiros PJ - Op.Int.Orc.	108.549,85	89.836,43	89.201,35	9.158,58
	37	Locação de Mão-de-Obra	61.861,04	54.987,32	54.635,28	8.462,77
	40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - pl	20.198,49	18.920,06	18.905,35	88,41
	04	Contratação por Tempo Determinado - Pes.Civil	16.475,28	16.475,28	15.448,85	920,30
	46	Auxílio-Alimentação	8.682,76	8.682,76	7.988,55	760,86
	93	Indenizações e Restituições	7.836,65	7.714,97	7.393,28	425,77
	33	Passagens e Despesas com Locomoção	7.045,58	5.225,25	5.207,39	51,97
	91	Sentenças Judiciais	6.798,96	6.798,96	6.798,96	-
		Outros	22.618,42	18.572,14	18.085,92	5.713,22
	<b>Subtotal</b>		<b>260.067,01</b>	<b>227.213,17</b>	<b>223.664,92</b>	<b>25.581,88</b>
Pessoal e Encargos Sociais	11	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	246.347,03	246.347,03	229.981,87	18.265,77
	01	Aposent.RPPS, Reser.Remunera.e Refor.Militar	78.168,56	78.143,87	71.390,42	4.883,01
	13	Obrigações Patronais	49.436,04	49.431,24	49.431,24	-
		Outros	26.210,32	26.060,85	24.720,90	1.166,03
	<b>Subtotal</b>		<b>400.161,95</b>	<b>399.982,99</b>	<b>375.524,43</b>	<b>24.314,81</b>
<b>Total Geral</b>			<b>883.766,22</b>	<b>834.160,79</b>	<b>805.698,00</b>	<b>75.693,27</b>

Tabela 24

Na tabela **Execução por Grupo e Elemento de Despesa – Exercício de 2019**, são identificados os gastos de maior relevância executados pelo ICMBio em 2019. À exceção dos gastos com Pessoal, em valores executados e pagos no exercício, destacam-se os seguintes registros em “Outras Despesas Correntes”: “Outros Serviços de Terceiros PJ”, no valor de **R\$ 108.549 mil** e “Locação de Mão-de-Obra”, no valor de **R\$ 61.861 mil**.



## Detalhamento por Grupo e Ação Orçamentária

Ação Governo	Ação Governo	Grupo Despesa	Grupo Despesa	Despesas empenhadas (controle empenho)	Despesas liquidadas (controle empenho)	Despesas pagas (controle empenho)	Restos a pagar pagos (PROC e N PROC)
181	Aposentadorias e pensões civis da união			78.168.559,45	78.143.865,94	71.390.416,93	4.883.011,92
				8.563.305,08	8.563.305,08	7.900.243,45	606.525,94
				741.441,44	741.441,44	678.897,50	58.224,71
				912.771,48	912.771,48	912.771,48	2.796,68
				<b>Subtotal</b>	<b>88.386.077,45</b>	<b>88.361.383,94</b>	<b>80.882.329,36</b>
0005	Sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios)	5	Inversões financeiras	174.769.142,29	174.769.142,29	174.769.142,29	0,00
		3	Outras despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
		3	Outras despesas correntes	6.707.425,74	6.707.425,74	6.707.425,74	0,00
		1	Pessoal e encargos sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
		1	Pessoal e encargos sociais	359.247,48	359.247,48	359.247,48	0,00
			<b>Subtotal</b>	<b>181.835.815,51</b>	<b>181.835.815,51</b>	<b>181.835.815,51</b>	<b>0,00</b>

Tabela 25

Ação Governo	Ação Governo	Grupo Despesa	Grupo Despesa	Despesas empenhadas (controle empenho)	Despesas liquidadas (controle empenho)	Despesas pagas (controle empenho)	Restos a pagar pagos (PROC e N PROC)
20WM		5	Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
		5	Inversões financeiras	33.749.109,01	30.242.278,73	29.789.358,51	0,00
				76.596,99	76.596,99	76.596,99	0,00
		4	Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
				0,00	0,00	0,00	280,00
				0,00	0,00	0,00	0,00
				640.200,00	0,00	0,00	0,00
				6.600.227,12	1.120.551,24	1.118.072,78	1.035.422,78
				1.440.184,33	515.839,61	515.254,83	24.166.871,72
		20WM	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	3	Outras despesas correntes	0,00	0,00
0,00	0,00					0,00	459.096,24
637.074,61	637.074,61					637.074,61	0,00
110.647,33	110.647,33					110.312,63	0,00
0,00	0,00					0,00	396.810,00
695.541,62	695.541,62					612.004,65	0,00
321.812,33	316.119,98					316.119,98	1.045.343,58
1.300,00	1.300,00					1.300,00	0,00
1.724.896,09	1.081.185,93					1.079.287,97	32.972,98
282.421,81	200.927,07					189.913,41	8.040,00
632.566,28	610.832,01					609.593,01	19.667,73
36.583.381,43	31.855.612,98					31.573.680,37	7.309.562,92
64.325.661,84	52.510.287,89					52.470.100,97	3.149.623,35
12.616.912,34	12.472.360,07					12.459.463,79	46.823,88
359.800,00	0,00					0,00	1.499.866,28
263.166,61	186.420,22					185.726,09	3.868,39
84.033,75	84.033,75	84.033,75	0,00				
1.854.822,01	1.614.292,99	1.613.852,35	213.650,62				
2.279.416,98	2.178.326,80	2.175.556,80	77.244,14				
0,00	0,00	0,00	0,00				
		<b>Subtotal</b>		<b>165.279.772,48</b>	<b>136.510.229,82</b>	<b>135.617.303,49</b>	<b>39.480.497,54</b>

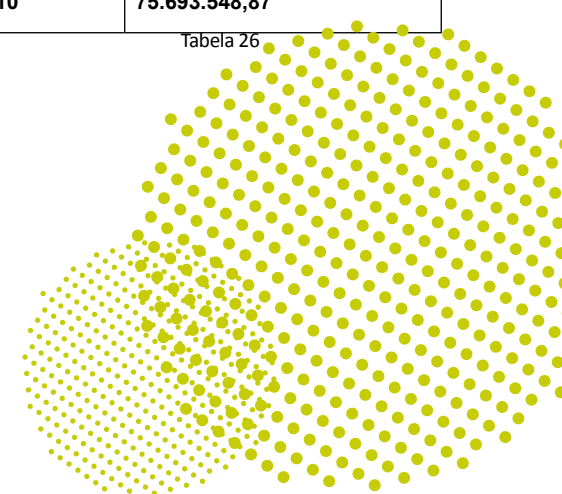
Ação Governo	Ação Governo	Grupo Despesa	Grupo Despesa	Despesas empenhadas (controle empenho)	Despesas liquidadas (controle empenho)	Despesas pagas (controle empenho)	Restos a pagar pagos (PROC e N PROC)	
20WN	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	4	Investimentos	86.821,01	78.740,12	78.740,12	370.093,03	
			3	Outras despesas correntes	339.623,45	339.623,45	339.045,59	0,00
					3.016.865,02	396.760,00	396.760,00	1.207.700,00
					896.491,61	730.842,45	730.842,45	86.008,23
					764.099,09	547.957,92	545.570,63	5.419,05
					0,00	0,00	0,00	4.573,96
					163.156,51	148.739,80	148.739,80	0,00
					5.352.286,10	4.549.424,52	4.518.613,18	744.807,00
					7.725.961,52	4.305.376,53	4.168.560,42	1.433.674,60
					135.737,50	8.450,00	8.450,00	3.850,00
					18.532,92	9.284,83	9.284,83	0,00
					322.877,34	311.941,22	311.941,22	1.097,69
			198.167,89	191.954,88	191.954,88	29.105,56		
	<b>Subtotal</b>		<b>19.020.619,96</b>	<b>11.619.095,72</b>	<b>11.448.503,12</b>	<b>3.886.329,12</b>		
214P	Fiscalização ambiental e prevenção e combate a incêndios florestais	3	Outras despesas correntes	0,00	0,00	0,00	1.144.230,75	
				0,00	0,00	0,00	0,00	
				16.475.275,01	16.475.275,01	15.448.845,71	461.207,08	
				2.331.127,81	2.331.127,81	2.309.828,01	0,00	
				1.717.379,12	1.717.379,12	1.715.697,62	0,00	
				2.617,00	2.617,00	2.617,00	420.994,78	
				1.100.551,71	883.850,52	877.801,46	8.294,57	
				1.204.169,84	1.195.756,93	1.084.624,02	91.969,41	
				13.530.959,05	11.974.854,82	11.973.878,15	2.972.247,77	
				0,00	0,00	0,00	0,00	
				1.500,00	1.500,00	1.500,00	0,00	
				18.558,93	18.558,93	18.558,93	1.780,44	
				7.121,73	7.001,73	7.001,73	330,00	
	<b>Subtotal</b>		<b>36.389.260,20</b>	<b>34.607.921,87</b>	<b>33.440.352,63</b>	<b>5.101.054,80</b>		

Ação Governo	Ação Governo	Grupo Despesa	Grupo Despesa	Despesas empenhadas (controle empenho)	Despesas liquidadas (controle empenho)	Despesas pagas (controle empenho)	Restos a pagar pagos (PROC e N PROC)
09hb	Contribuição da união, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais	1	Pessoal e encargos sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
				48.750.657,10	48.745.857,88	48.745.857,88	0,00
				15.542,92	15.542,92	15.542,92	0,00
				<b>Subtotal</b>	<b>48.766.200,02</b>	<b>48.761.400,80</b>	<b>48.761.400,80</b>
2000	Administração da unidade	4	Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
				4.200.842,94	0,00	0,00	0,00
				1.857.909,98	45.260,31	45.260,31	224.186,00
				116.217,00	116.217,00	116.217,00	0,00
		3	Outras despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
				552.331,54	552.331,54	549.729,60	0,00
				0,00	0,00	0,00	115.200,00
				250.000,00	0,00	0,00	122.100,00
				21.690,20	21.690,20	19.840,20	594,62
				3.456.030,07	2.712.258,98	2.704.726,44	5.283,82
				0,00	0,00	0,00	11.946,53
				1.280.716,79	1.280.716,79	1.182.145,86	165.168,88
				19.925.374,58	18.582.282,62	18.542.982,02	393.047,86
				22.967.267,81	21.045.912,81	20.588.810,19	458.804,87
				7.445.837,95	6.439.254,13	6.437.434,55	37.732,80
				1.467.008,64	1.300.762,21	1.300.762,21	88.942,55
				6.000,00	6.000,00	6.000,00	0,00
				1.770.138,13	1.754.870,61	1.754.870,61	50.358,62
				1.732.506,84	1.718.253,99	1.718.253,99	2.344,50
					<b>Subtotal</b>	<b>67.049.872,47</b>	<b>55.575.811,19</b>
2004	Assistência médica e odontológica aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes	3	Outras despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
				34.733,90	34.733,90	32.858,75	0,00
				3.416.182,47	3.416.182,47	3.123.552,07	305.401,18
				142.214,30	142.214,30	142.214,30	19.293,53
			<b>Subtotal</b>	<b>3.593.130,67</b>	<b>3.593.130,67</b>	<b>3.298.625,12</b>	<b>324.694,71</b>



Ação Governo	Ação Governo	Grupo Despesa	Grupo Despesa	Despesas empenhadas (controle empenho)	Despesas liquidadas (controle empenho)	Despesas pagas (controle empenho)	Restos a pagar pagos (PROC e N PROC)
20tp	Ativos civis da união	1	Pessoal e encargos sociais	628.763,23	628.763,23	570.359,55	24.634,57
				246.347.031,83	246.347.031,83	229.981.874,10	18.265.771,18
				685.384,54	685.384,54	685.384,54	0,00
				1.106.289,07	1.106.289,07	1.024.595,76	63.889,49
				38.397,68	38.397,68	34.726,48	2.964,11
				9.338.435,28	9.335.743,95	9.310.249,29	84.723,19
			4.506.126,38	4.359.350,41	3.914.266,86	322.273,08	
	<b>Subtotal</b>		<b>262.650.428,01</b>	<b>262.500.960,71</b>	<b>245.521.456,58</b>	<b>18.764.255,62</b>	
212b	Benefícios obrigatórios aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes	3	Outras despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
				1.001.382,10	1.001.382,10	923.270,57	83.498,10
				8.682.757,90	8.682.757,90	7.988.554,81	760.862,91
				306.563,26	306.563,26	281.332,05	28.015,85
				119.864,17	119.864,17	119.864,17	0,00
			481.220,31	481.220,31	435.199,27	26.729,76	
	<b>Subtotal</b>		<b>10.591.787,74</b>	<b>10.591.787,74</b>	<b>9.748.220,87</b>	<b>899.106,62</b>	
216h	Ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos	3	Outras despesas correntes	<b>203.252,29</b>	<b>203.252,29</b>	<b>176.960,64</b>	<b>11.340,16</b>
<b>Total</b>				<b>883.766.216,80</b>	<b>834.160.790,26</b>	<b>805.698.001,10</b>	<b>75.693.548,87</b>

Tabela 26



### Execução Financeira

Dos valores pagos em 2019, totalizando R\$ 881.391 mil, 91% se referem aos pagamentos do exercício, e 9% de restos a pagar de exercícios anteriores.



Gráfico 19

### Compensação Ambiental

Superado o contexto de indefinição normativa a partir da pacificação de aspectos relevantes afetos à compensação ambiental com a publicação da Lei nº 13.668/2018, o exercício de 2019 foi caracterizado pela sedimentação dos procedimentos administrativos para cumprimento da obrigação, com ênfase no Fundo de Compensação Ambiental – FCA.

Sendo uma medida reparadora imposta aos empreendedores, nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, para apoio à implantação ou manutenção de unidade de conservação (conforme previsão no artigo 36 da Lei nº 9.985/2000 e regulamentada pelos artigos 31 a 34 do Decreto nº 4.340/2002), a compensação ambiental no âmbito do Instituto Chico Mendes pode ser cumprida optando-se por uma das duas modalidades de execução: “execução direta”, sendo esta a execução por meios próprios pelo empreendedor; ou “execução pelo Fundo de Compensação Ambiental”, por meio de aporte de recursos no fundo privado.

Para além destas modalidades de execução, ainda se encontra vigente a execução de uma parcela orçamentária da compensação ambiental, oriunda da antiga modalidade de “execução indireta”, gerenciada à época pela Caixa Econômica Federal, que foi internalizada no Tesouro Nacional em 2017.

Sendo assim, existem três tipos de execução de recursos de compensação ambiental em curso:

- execução via OGU\*;
- execução direta; e
- execução pelo FCA.

\*Ressalta-se que a “execução via OGU” se refere apenas ao passivo de recursos existentes no Orçamento Geral da União oriundos da antiga “execução indireta” tratada na Instrução Normativa ICMBio nº 10, de 05/12/2014, não sendo possível a celebração de novos TCCAs nessa modalidade.

### Execução via Orçamento Geral da União – OGU

No exercício de 2019, a execução dos recursos de compensação ambiental internalizados no Tesouro Nacional correspondeu a R\$ 33.044 mil. A seguir, o gráfico apresenta os dados de execução segundo as ações de aplicação (art. 33 do Decreto nº 4.340/2002).

Execução OGU 2019 por ação de aplicação (em R\$ mil)

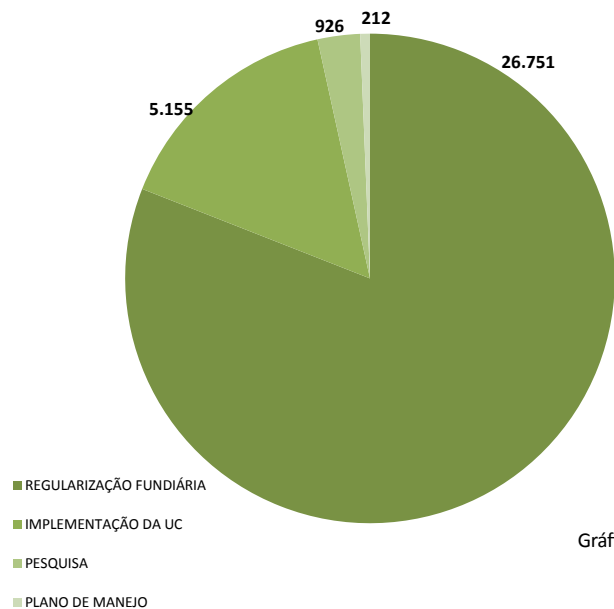


Gráfico 20

**Legenda:**

**Regularização fundiária:** Decreto nº 4.340/2002, art. 33, inciso I - regularização fundiária e demarcação das terras;

**Plano de manejo:** Decreto nº 4.340/2002, art. 33, inciso II - elaboração, revisão ou implantação de plano de manejo;

**Implementação da UC:** Decreto nº 4.340/2002, art. 33, inciso III - aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade, compreendendo sua área de amortecimento;

**Criação:** Decreto nº 4.340/2002, art. 33, inciso IV - desenvolvimento de estudos necessários à criação de nova unidade de conservação; e

**Pesquisa:** Decreto nº 4.340/2002, art. 33, inciso V - desenvolvimento de pesquisas necessárias para o manejo da unidade de conservação e área de amortecimento.

### Histórico de Execução Anual – Contas Escriturais/OGU

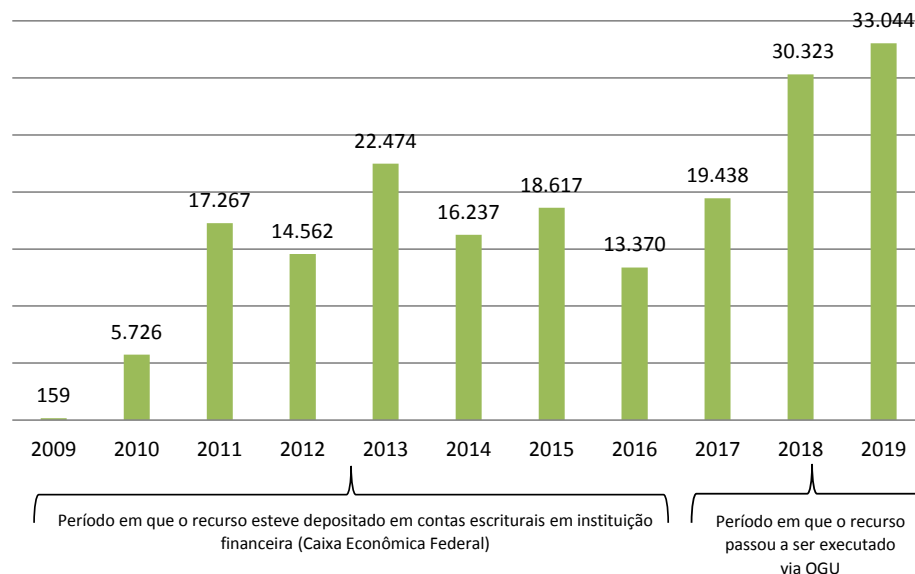


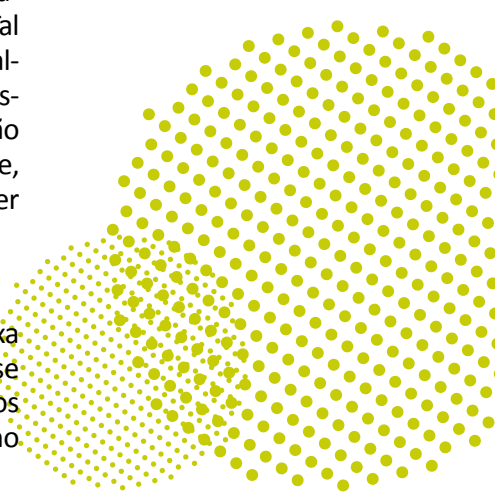
Gráfico 21

### Modalidade Direta

A modalidade de execução direta não apresentou evolução quanto à disponibilização de novos recursos, uma vez que não foram celebrados Termos de Compromisso que contemplassem esta modalidade. Tal situação decorreu da baixa adesão pelos empreendedores, especialmente devido à criação do Fundo de Compensação Ambiental, previsto na Lei nº 13.668/2018, que se tornou a modalidade de execução preferencial. Não foram celebrados novos Termos nessa modalidade, bem como não foi identificada execução, no ano de 2019, de quaisquer recursos do único Termo de Compromisso vigente.

### Fundo de Compensação Ambiental

Com a publicação da Lei nº 13.668, de 2018, foi criado, pela Caixa Econômica Federal, o Fundo de Compensação Ambiental, que se configurou como principal modalidade de execução elegida pelos empreendedores para cumprimento da compensação ambiental no exercício de 2019.



Durante o exercício observado, todos os Termos de Compromisso de Compensação Ambiental celebrados pelo Instituto Chico Mendes previram o FCA como modalidade de cumprimento. Ao todo, foram celebrados 60 Termos, o equivalente a um montante R\$ 608.895 mil.

Destaca-se que, em razão dos procedimentos estabelecidos na **Instrução Normativa nº 3/2018**, que prevê opção de parcelamento da obrigação da compensação ambiental quando selecionada a modalidade do FCA, o montante depositado correspondeu a R\$ 364.849 mil.

O elevado volume de recursos depositados deve-se ao aprimoramento dos procedimentos administrativos introduzidos pela referida instrução normativa, bem como pela adoção do Sistema de Compensação Ambiental – SISCOMP desde de fevereiro de 2019, que permitiu sistematizar os procedimentos junto aos empreendedores, imprimindo celeridade ao fluxo de celebração de Termo de Compromisso. Além desse fluxo, o SISCOMP também engloba o acompanhamento da execução da parcela orçamentária dos recursos de compensação ambiental.

Em 2019, não houve execução dos recursos do FCA. Não obstante, foram realizados procedimentos de planejamento de execução do recurso, com a realização da 1ª Oficina de Planejamento, em outubro de 2019, que culminou com a elaboração de uma versão piloto do Planejamento Anual de Execução – PAE), cujo escopo beneficia duas unidades de conservação, com valor total de R\$ 13.512 mil. Também já foi dado início ao PAE 2020, que contemplará 30 unidades de conservação, no valor total de R\$ 25.118 mil. A previsão é que ocorra a execução dos planejamentos no exercício de 2020.

### Recursos Disponíveis no Fundo de Compensação Ambiental

Abaixo, apresenta-se a distribuição do montante existente no FCA, conforme posição atualizada até 31 de dezembro de 2019:

**Saldo Disponível FCA por ação de aplicação (em R\$ mil)**

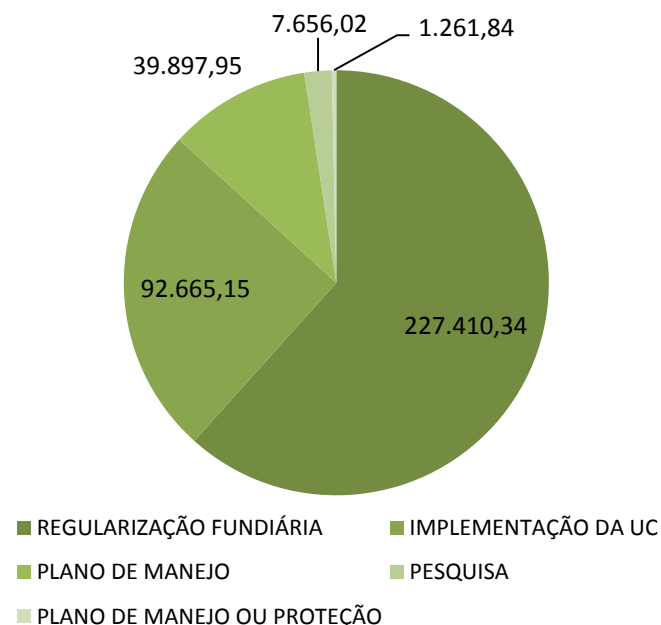


Gráfico 22

## GESTÃO DE PESSOAS E COMPETÊNCIAS

Em conformidade com a Lei nº 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o ICMBio observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo Governo Federal e órgãos de controle (TCU e CGU). Nesse contexto, aplica as normas publicadas pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Órgão Central do SIPEC, que normatiza e orienta as unidades de gestão de pessoas do executivo federal.

Ademais, mediante dados obtidos no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, no Sistema de Gestão de Acesso – SIGAC e no Sistema de Gestão de Pessoas – SIGEPE são realizadas auditorias preventivas periodicamente, de modo a evitar e corrigir eventuais inconsistências que poderiam ser identificadas pelos órgãos de controle.

Além disso, periodicamente são realizados apontamentos pelos órgãos de controle e pela Auditoria Interna deste Instituto, solicitando esclarecimentos e adoção de providências, quando necessário.

Dentre os apontamentos mais relevantes realizados pelo TCU em 2019, pode ser citada a acumulação irregular de cargos e o descumprimento de jornada de trabalho; ademais, foram recadastrados 337 processos de aposentadoria do SISAC no E-Pessoal, todos devidamente tratados/em andamento no sistema mencionado.

A avaliação da conformidade nos processos de Gestão de Pessoas é realizada por meio dos indicadores:

- 1 - controle e acompanhamento da entrega das Declarações de Bens e Renda;
- 2 - controle e acompanhamento dos registros de informação no Sistema Integrado de Admissões e Concessões – SISAC;

3 - atendimento das determinações e recomendações dos órgãos de controle;

4 - acompanhamento dos processos instruídos a título de reposição ao Erário; e

5 - acompanhamento de concessões, licenças e benefícios.

Todos os servidores entregaram a Declaração de Bens e Rendas ou autorizaram seu acesso, conforme dispõe a Lei nº 8.730/1993.

Os atos de admissão, concessão de pensão civil e aposentadoria foram registrados no SISAC, conforme instrução Normativa TCU nº 55/2007. Foram instaurados processos para reposição de valores recebidos indevidamente por servidores, aposentados e beneficiários de pensão civil, nos termos da Orientação Normativa SGP/MP nº 5/2013.

Por fim, a área de Gestão de Pessoas atendeu a diversas solicitações realizadas pela Auditoria Interna e pelo Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, nos termos da Lei nº 12.527/11.

### **Avaliação da Força de Trabalho e Estratégias de Recrutamento e Alocação de Pessoas**

Ao longo dos mais de 12 anos de existência, o ICMBio tem buscado constituir equipes em suas UCs, com destaque na Amazônia Legal. Contudo, mesmo possuindo extensa abrangência no território nacional e notória importância ambiental, a maioria das unidades de conservação apresentam grande déficit de servidores em exercício, devido à falta de infraestrutura de muitas cidades, ao grau de complexidade de gestão das UCs, entre outros fatores.

Assim, com a carência de servidores locais muitas ações são inviabilizadas e impossibilitadas de atendimento. O Instituto coordena e acompanha ações de proteção em caráter permanente em nível nacional, especialmente na Amazônia Legal e na extensão de toda a BR-163 (rodovia que se estende do extremo norte do Pará até



o Estado do Rio Grande do Sul). Essas ações demandam grande parte do recurso de fiscalização e, conseqüentemente, grande contingente de servidores para viabilizar sua execução. As equipes locais dessas regiões enfrentam dificuldades para atender à grande demanda de fiscalização, seja por atividades de campo, seja por ações da área meio. Desta forma, são mobilizados, anualmente, em média 300 servidores de diversas localidades do País, aumentando as despesas das atividades. Além das citadas demandas permanentes, há necessidades pontuais que surgem frequentemente, exigindo imediata e rápida mobilização de servidores.

Assim, o atual corpo técnico institucional é extremamente reduzido, conforme demonstrado abaixo:

Servidores Ativos Permanentes Lotados nas Diferentes Instâncias do ICMBio em Setembro de 2019		
Instâncias	Número	Porcentagem
Unidades de Conservação	804	59%
Sede Brasília	268	17,70%
Centro de Pesquisa e Conservação	214	14,10%
Coordenação Regional	85	5,60%
Unidade Avançada de Administração e Finanças	31	2%
Núcleo de Conciliação Ambiental	22	1,50%
<b>Total Geral</b>	<b>1514</b>	<b>100%</b>

Tabela 27

É importante destacar que, somente no ano de 2019, foram aposentados 140 servidores, o que representa, aproximadamente, 10% do quadro funcional ativo, e instituídas 15 pensões civis.

A previsão é de que 30% do quadro de pessoal do ICMBio adquira tempo para a aposentadoria nos próximos 5 anos.

Com intuito de diminuir o impacto negativo da ausência de servidores em determinadas áreas, o ICMBio tem se dedicado à melhoria da gestão da força de trabalho com a consolidação dos Núcleos de Gestão Integrada – NGIs e com a formação da Unidade Especial Avançada – UNA. Os NGIs são formados pelo agrupamento de UCs contíguas ou próximas com objetivos de manejo complementares

ou similares, que podem ser geridas sob uma mesma perspectiva macroterritorial, destinados a proporcionar mais eficiência, eficácia e efetividade na conservação da biodiversidade e no uso sustentável dos recursos naturais nessas áreas protegidas. Assim como o NGI, a UNA visa maximizar os resultados de conservação por meio da otimização gerencial, dos ganhos em escala, da maior racionalidade e eficiência administrativa e da melhor alocação de recursos humanos.

Atualmente, o ICMBio dispõe de, aproximadamente, 894 servidores lotados em unidades de conservação, para gerir 171.424.217,35 hectares de áreas federais protegidas. A situação relatada é agravada pela grande quantidade de processos de aposentadorias, que, em curto prazo, representam grande redução do quadro de pessoal.

Servidores Ativos Permanentes no ICMBio nos Meses de Janeiro/2012, Novembro/2017 e Setembro/2019

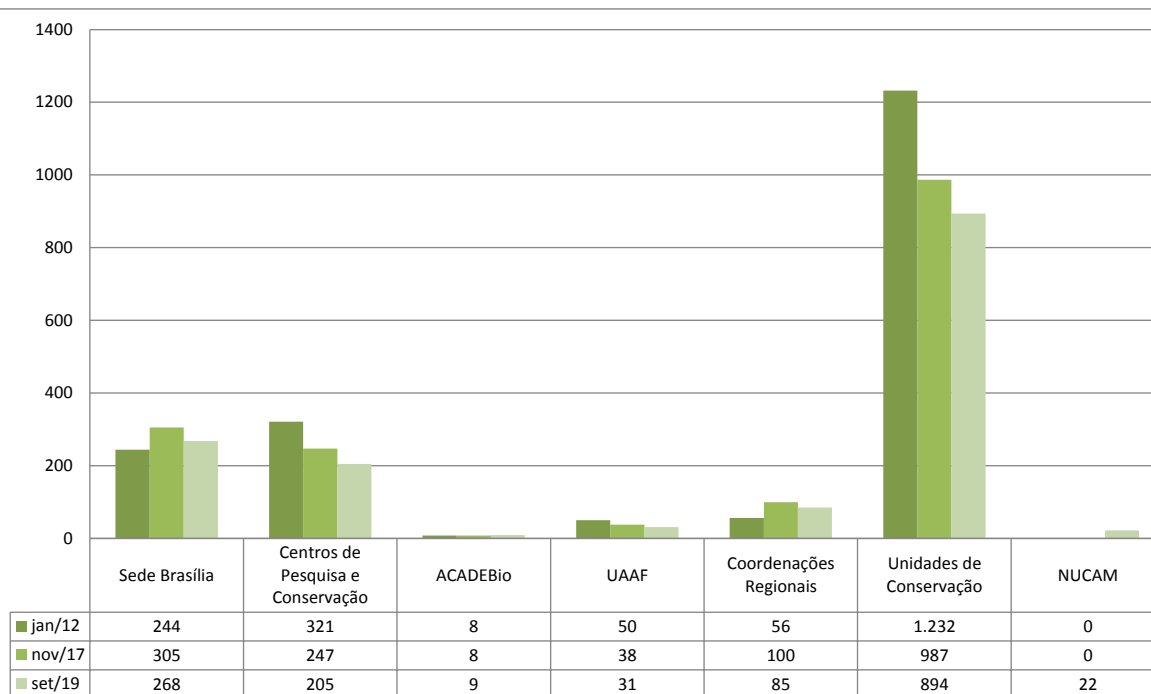


Gráfico 23

Abaixo está demonstrada a evolução do déficit de servidores do ICMBio diante do quantitativo de áreas protegidas, por hectares, excluindo as áreas inerentes às UCs marinhas:

**Evolução de Quantitativo de Servidores (Ativo Permanente) no ICMBio e da Área Protegida em UCs Federais no Período 2008-2019**  
(Excluindo UCs marinhas de 2018)

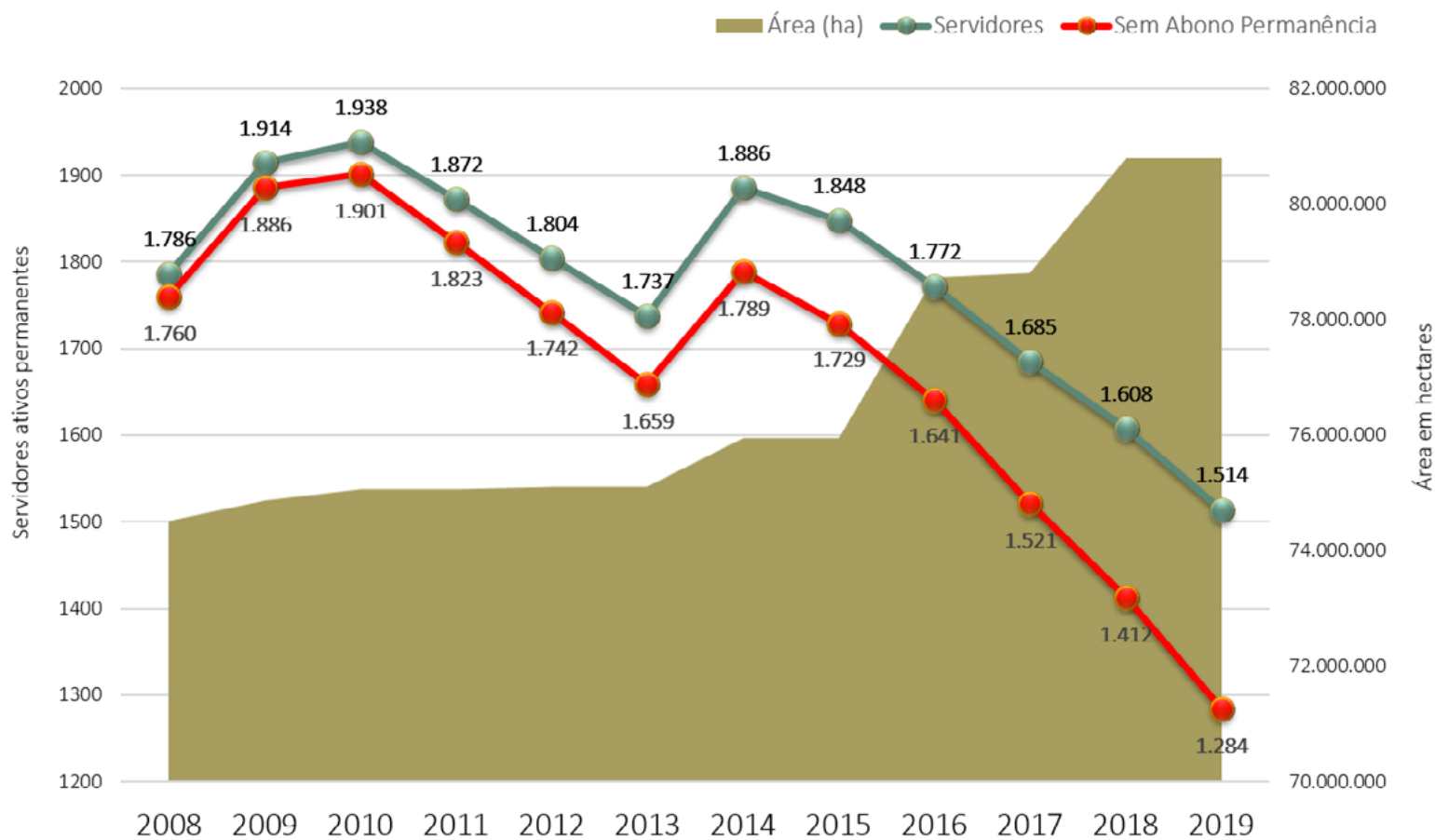


Gráfico 24

Assim, em 2018 foi solicitado ao Ministério do Meio Ambiente que fizesse tratativas junto ao então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, atual Ministério da Economia, visando à solicitação de autorização para a abertura de concurso público, de âmbito nacional, de modo a repor o déficit de pessoal existente no quadro de pessoal desta Autarquia. Todavia, o pleito de solicitação de autorização para abertura de concurso público foi indeferido.

Desta forma, o Instituto está analisando a implementação de alternativas para a melhoria do desempenho institucional, como a ampliação dos Núcleos de Gestão Integrada e de outras Unidades Especiais Avançadas, destacando que, atualmente, está em análise a criação de mais 30 NGIs para reunir, aproximadamente, 84 UCs.

Ademais, é preciso destacar que o Instituto, até o momento, já realizou mais de 60 solicitações ao Ministério da Economia de movimentação de servidores para composição da força de trabalho de que trata o § 7º do art. 93 da Lei nº 8.112/1990, e Portaria MP nº 193/2018, ainda em trâmite.

Esses esforços institucionais objetivam o incremento e o melhor aproveitamento do corpo técnico e qualificado dos servidores, compartilhando a gestão das unidades pertencentes a determinada NGI ou UNA, de forma a obter ganhos institucionais mais qualitativos na conservação da biodiversidade, diante do cenário de déficit de servidores nos quadros de pessoal desta Autarquia.

É de se destacar a publicização do **Painel de Força de Trabalho do ICMBio**



Imagem 6

### Movimentações Internas

Como estratégia institucional para adequação do quadro de servidores, o ICMBio realizou alguns processos de remoções internas.

Em 2019, foram removidos 181 servidores em todas as modalidades de remoção, conforme o gráfico abaixo:

### Movimentações Internas

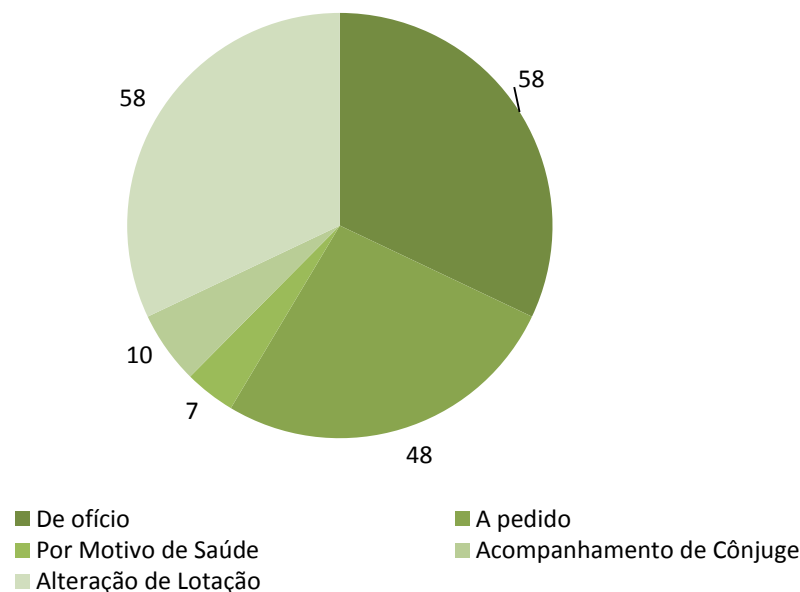


Gráfico 25



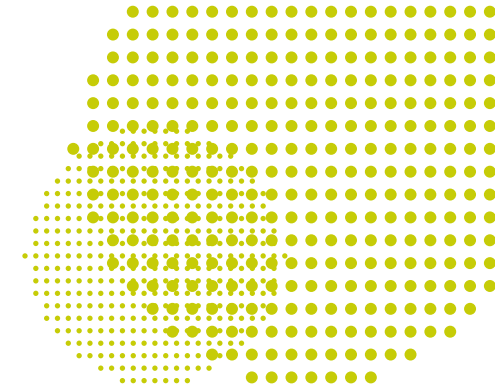
As alterações de lotação se deram, em sua maioria, na Sede do ICMBio, em Brasília/DF, por motivo de reorganização administrativa, não gerando custos à administração.

As remoções a pedido foram analisadas pelo Comitê de Remoção, buscando equilibrar os interesses do Instituto e dos servidores. Essa modalidade de remoção também não gera ônus para a administração.

As remoções de ofício ocorreram no interesse da administração, em sua maior parte para composição dos Núcleos de Conciliação Ambiental, por estratégia do Ministério do Meio Ambiente, amparada pelo Decreto nº 9.760/2019, que alterou o Decreto nº 6.514/2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração dessas infrações.

Ao longo de 2019, foram realizados 13 recrutamentos para remoção de servidores, resultando em 35 movimentações internas consolidadas.

Dentre os recrutamentos realizados, destaca-se o Recrutamento para os Núcleos de Conciliação Ambiental, para os quais foram removidos 29 servidores para atuarem nas equipes de conciliação ambiental em cada um dos Estados da Federação.



## Redistribuição

Em 2019, foram formalizados dez processos de redistribuição, sendo efetivadas, até o final do ano, duas redistribuições.

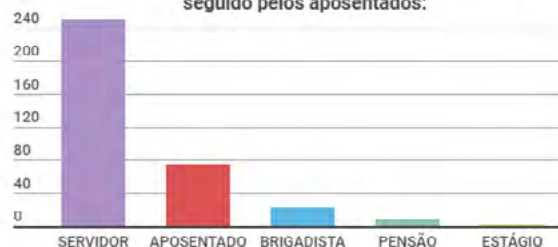
# INVESTIMENTO DE PESSOAL - 2019



Atualmente o ICMBio gerencia mensalmente a folha de pagamentos de 2.500 pessoas. Decorrente das contratações de brigadistas, esse quantitativo é variável podendo chegar a 3.500. A divisão dessa força de trabalho é realizada por situação funcional, conforme representada abaixo:



O ICMBio realizou em 2019 despesas de pessoal em torno de 356 milhões. Conforme representado abaixo, os servidores ativos consomem a grande maioria dos recursos, seguido pelos aposentados:



## REEMBOLSO DE PESSOAL

São 33 empregados públicos de 7 empresas diferentes atuando no ICMBio. O reembolso das remunerações dessa força de trabalho movimenta anualmente o valor médio de **4 milhões e 800 mil reais**.

Em 2019, foram realizadas aproximadamente 13 milhões de despesas de pessoal relacionadas a benefícios.

Mensalmente é processado em média de 2.275 benefícios, entre eles os auxílios transportes, alimentação e moradia, pré-escolar e assistência médica.

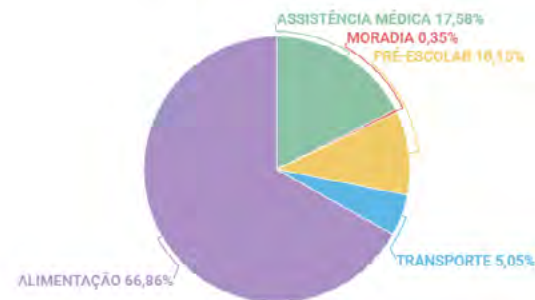


Imagem 7

## Avaliação de Desempenho e Remuneração

A Avaliação de Desempenho é a ferramenta da Gestão do Desempenho que tem a finalidade de avaliar e validar o comportamento dos servidores no exercício do seu cargo, tendo como referência as metas pactuadas no Plano de Trabalho da Equipe – PTE.

É de realização obrigatória em junho de cada ano, no Módulo de Avaliação de Desempenho – AD do SIGEPE, e terá efeitos financeiros na composição da Gratificação de Desempenho de Atividade de Especialista Ambiental – GDAEM, prevista na Lei nº 11.156/2005, bem como impactará na progressão funcional/promoção na carreira.

<b>Servidores avaliados</b>	<b>1.691</b>
Reconsiderações	8
Recursos	5

Tabela 28

### Progressão Funcional e Promoção

O desenvolvimento dos servidores na carreira de Especialista em Meio Ambiente ocorre por meio da progressão funcional/promoção, sendo aplicada a todos os servidores ativos que ainda não alcançaram a última classe/padrão previstos na Lei nº 10.410/2002. São requisitos para a concessão: interstício de um ano, avaliação de desempenho e capacitação – esta apenas no caso da promoção. Abaixo estão os dados do ano de 2019:

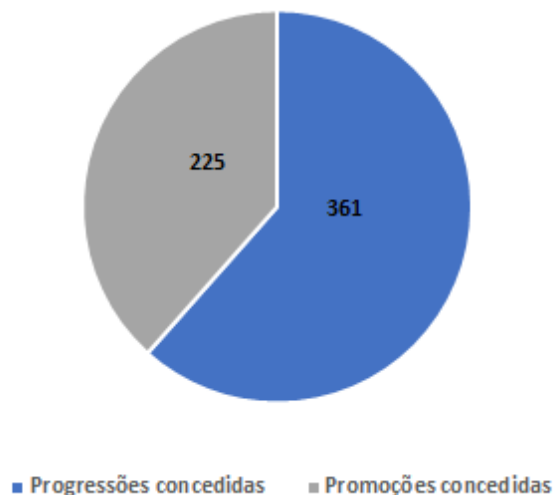


Gráfico 26

### Estágio Probatório

No exercício de 2019, treze servidores conquistaram a estabilidade, não havendo mais nenhum servidor em estágio probatório no Instituto.

### Gestão por Competências

O programa de implantação do modelo de Gestão por Competências no Instituto está dividido em cinco projetos: mapeamento de competências, capacitação por competências, recrutamento e seleção por competências, avaliação de desempenho por competências e

mobilidade por competências. A implantação teve início no ano de 2018, com o projeto de mapeamento de competências, resultado da celebração do Termo de Execução Descentralizada – TED 01/2018 com a Universidade Federal do Pará – UFPA. No ano de 2019, o projeto de capacitação por competências foi utilizado para elaboração do Plano Anual de Capacitação – PAC.

Ademais, em maio de 2019 foi finalizado o **Projeto de Mapeamento de Competências, resultando na entrega do Relatório Final.**

Por fim, foi confeccionado o Dicionário de Competências, que será disseminado após cada novo ciclo de mapeamento.

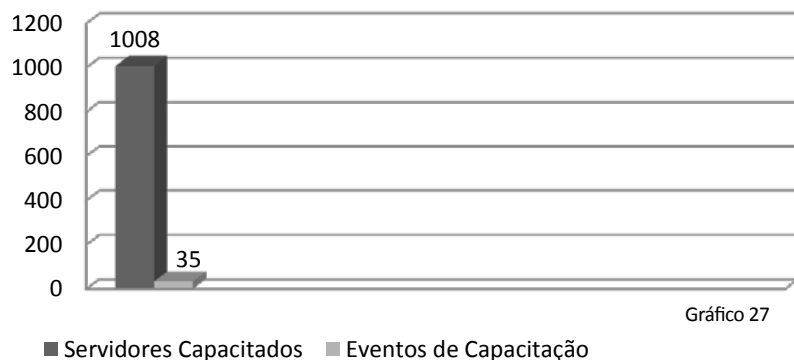
### Capacitação



Imagem 8

Em 2019, foram investidos, aproximadamente, **R\$ 4.489.894,81 em ações de capacitação** previstas no Plano Anual de Capacitação, executados, principalmente, pela ACADEBio para servidores da Autarquia e parceiros, tendo sido capacitadas 1.008 pessoas em 35 cursos, sendo cinco do Núcleo de Conciliação Ambiental.

### CAPACITAÇÕES DO ANO DE 2019



Para o desenvolvimento de cursos a distância, foram investidos R\$ 528.688,28 por meio do Projeto BRA/08/023 – PNUD, que possibilitou:

- a proposta metodológica realizada com um ambiente virtual de aprendizagem totalmente estruturado para o recebimento dos conteúdos de 20 cursos planejados em 2018;
- a contratação de nove consultores para estudos e elaboração de materiais didáticos para 13 cursos na modalidade de ensino a distância;
- a contratação de uma empresa para realização de revisão pedagógica, ortográfica, *design* instrucional e gráfico, de 20 cursos, além de transpor esses conteúdos para o formato EAD na plataforma. Destaca-se que dos 20 materiais previstos em 2018, foram elaborados 19 em 2019, sendo 7 totalmente concluídos e aprovados para abertura de turmas. Até o final do ano, foram abertas quatro turmas, num total de 616 pessoas capacitadas, incluindo servidores do Instituto, sociedade, servidores municipais, estaduais e federais, bem como parceiros nacionais e internacionais.

Em cumprimento ao Decreto nº 9.991/2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e Instrução Normativa nº 201/2019, foi elaborada proposta de Plano de Desenvolvimento de Pessoas para 2020, com base nas lacunas de competências mapeadas junto aos servidores e chefias.

Tal documento, após aprovação do Comitê Gestor de Capacitação e Direção do ICMBio, foi encaminhado ao Ministério da Economia para análise e posterior implementação.

### Programa de Estágio

O estágio é uma etapa importante no processo de desenvolvimento e aprendizagem do estudante, pois propicia, na prática, a aquisição de conhecimentos e habilidades relacionados com a profissão escolhida.

Somado a isso, permite a troca de ideias, experiências e atitudes com servidores e colaboradores do Instituto, conciliando o conhecimento escolar/acadêmico à experiência vivencial do ambiente de trabalho.

O ICMBio é um laboratório multidisciplinar com ambientes diversos, o que proporciona ao estagiário aprendizado permanente e constante. No ano de 2019, foram disponibilizadas 250 vagas de estágio, conforme o seguinte quantitativo por mês:

Mês	Nível Médio	Nível Superior	Quantitativo de Estagiários Ativos
Jan/19	34	137	171
Fev/19	21	119	140
Mar/19	21	118	139
Abr/19	21	115	136
Mai/19	26	130	156
Jun/19	30	140	170
Jul/19	30	139	169
Ago/19	31	142	173
Set/19	32	152	184
Out/19	32	152	184
Nov/19	32	171	203
Dez/19	33	171	204

Tabela 29



## Desafios

No cumprimento de sua missão institucional, atualmente um dos maiores desafios do ICMBio reside no quadro de servidores, muito aquém de suas necessidades.

Como apresentado anteriormente, o ICMBio dispõe de, aproximadamente, 1.500 servidores efetivos, dos quais cerca de 894 servidores lotados em unidades de conservação e cerca de 1.100 brigadistas para 334 unidades de conservação no ano de 2019, que apoiam a gestão de 78.763.278 hectares de áreas federais protegidas terrestres, e 92.660.939 hectares de áreas federais protegidas marinhas, totalizando 171.424.217 hectares de áreas protegidas, que correspondem a 33,5% do território brasileiro.

Ademais, é importante registrar que o ICMBio, mesmo contendo uma estrutura presente em todos os Estados Federativos, não possui unidades organizacionais descentralizadas e responsáveis pela gestão de pessoas, ficando toda área de pessoal centralizada na Sede do Instituto, em Brasília.

## Ações Futuras

Como ações futuras, destacam-se:

- busca de alternativas para ampliação da força de trabalho do Instituto e de incentivos à fixação de servidores em unidades de difícil provimento;
- efetivação da Gestão por Competências nos diversos subsistemas do ICMBio;
- realização do novo ciclo de Mapeamento de Competências via Sistema de Gestão de Competências – GESTCOM;
- celebração do contrato de Gestão da Escola Corporativa e de Governo – ACADEBio; e
- efetivação de nova estrutura organizacional da área de Gestão de Pessoas.



## GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

### Licitações e Compras

Em 2019, foram realizadas licitações voltadas à contratação de serviços, como locação de *pick-ups*, vigilância eletrônica, terceirização, *coworking*, entre outros. Diversas são as demandas de contratação para as unidades organizacionais do Instituto Chico Mendes, destacando-se a contratação de empresa para execução indireta de serviços terceirizados, a contratação de serviços de Tecnologia da Informação – TI e a aquisição de veículos. De forma geral, foram realizados os seguintes procedimentos de aquisição:

- 13 pregões eletrônicos concluídos;
- 63 processos de dispensa de licitação concluídos; e
- 4 processos de inexigibilidade de licitação concluídos.

### Licitações Voltadas à Contratação de Serviços de TI

1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de chip com conexão de voz e dados e fornecimento de smartphone em regime de comodato a prestação de serviço de locação de impressoras móveis e *Powerbank* em condições de operação e uso do sistema de auto de infração eletrônico, abrangendo: manutenção e assistência técnica dos equipamentos; prestação de informações e auxílio técnico para utilização dos recursos e para reposição dos equipamentos em caso de extravio, furto, roubo ou danos.

2. Contratação de empresa especializada para execução de serviço de manutenção, assistência e suporte técnico para Storage.

Justificam-se as contratações relevantes de TI para o funcionamento administrativo do ICMBio, bem como pela necessidade

de prover sistemas de informação para o Instituto e suas unidades, além de prover a infraestrutura física para o funcionamento das atividades institucionais das unidades na Sede e unidades descentralizadas.

Ainda foram licitados 60 veículos *pick-ups* para atendimento de demandas finalísticas do ICMBio.

### Conformidade Legal

As unidades contratantes do ICMBio contam com assessoria jurídica da Procuradoria Federal Especializada – PFE/AGU, o que garante a conformidade das contratações com as normas, principalmente com as Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 e as instruções normativas do então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com destaque à IN nº 04/2014 SEGES/MP e à IN nº 05/2017 SLTI/MP.

Dispõe, ainda, de funcionários terceirizados de apoio jurídico para garantir uma ação célere, eficaz e significativa dos trabalhos realizados, dotando as ações de segurança jurídica.

### Compras Diretas – Justificativas

Entre as contratações diretas, destacam-se serviços de TI, especialmente para atender à Coordenação de Tecnologia da Informação. A dispensa de licitação dessas contratações justifica-se pela manutenção da continuidade da prestação dos serviços de produção de sistemas e suporte técnico necessário, e baseiam-se no inciso XVI do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993.

Além dos serviços de TI, destacam-se as contratações com fornecedoras de energia elétrica e água, justificadas pelo fornecimento exclusivo.



Vale ressaltar que as dispensas para aquisições diversas foram realizadas por meio de Cotação Eletrônica no **Portal de Compras do Governo Federal**.

### Contratações mais Relevantes

Entre as contratações mais relevantes estão os contratos de TI, os de concessão e uso público. Entre os contratos nacionais da Sede, destacam-se os contratos de almoxarifado virtual, manutenção preditiva total, abastecimento e manutenção de frota, terceirização administrativa, vigilância e limpeza e conservação.

### Detalhamento dos Gastos das Contratações por Tipos de Serviços Contratados para o Funcionamento Administrativo\*

- Tecnologia da informação (5 contratos): R\$ 21.324.760,38
- Serviços de apoio administrativo, técnico, recepção e motorista: R\$ 28.586.013,58
- Vigilância ostensiva: R\$ 51.325.012,07
- Limpeza e conservação: R\$ 17.238.195,36
- Serviços de almoxarifado virtual: R\$ 9.029.541,80\*
- Locação de imóveis: R\$ 8.135.286,13
- Serviços de água e esgoto, energia elétrica, telecomunicações e telefonia: R\$ 4.976.307,18
- Passagens e despesas com locomoção: R\$ 4.867.255,69
- Fretes e transportes de encomendas: R\$ 3.605.802,25
- Manutenção e conservação de veículos: R\$ 3.048.847,26
- Manutenção e conservação de bens imóveis: R\$ 2.894.286,03
- Fornecimento de alimentação: R\$ 851.331,64
- Serviços de copa e cozinha: R\$ 757.214,88
- Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos: R\$ 172.099,11

\* Computadas as despesas ordinárias de operações, descontando-se os pedidos de Restos à Pagar não processados para 2020.

### Desafios

O principal desafio da gestão de licitações e contratos no ICMBio consiste nas diferentes e específicas particularidades e necessidades de cada unidade do Instituto, devido à sua capilaridade, para atendimento das 334 unidades de conservação, acrescentando-se centros de pesquisa, coordenações regionais e unidades avançadas de administração e finanças. Outro contratempo é a recorrente restrição orçamentária no âmbito da administração pública federal, o que exige contínua adaptação das unidades contratantes a fim de manter a qualidade dos serviços prestados, dispendendo de menos recursos financeiros. Além desses, entre as dificuldades enfrentadas pelo ICMBio na gestão de licitações e de contratos estão a falta de pessoal qualificado para atuar na área administrativa; o elevado número de servidores administrativos evadindo por diversas razões, dentre elas a relevante quantidade de aposentadorias concedidas ou iminentes.

Já na gestão de contratos, o desafio é fazer um controle de vigências diante da carência de recursos tecnológicos de controle de gestão, bem como lidar com o volume de trabalho, incompatível com o número de colaboradores, de forma a atender com a devida eficácia.

Na fiscalização de contratos, o Instituto esbarrou na carência de servidores, o que causa acúmulo de contratos com atestos pendentes e não aptos à liquidação, o que reflete diretamente na apropriação e liquidação da despesa (que depende do devido atesto dos fiscais para que, então, possam realizar a etapa que lhes compete).

### Controle de Riscos nas Contratações Essenciais

A Coordenação de Gestão de Contratos tem atuado no âmbito das contratações pela efetividade da implementação dos Controles Internos da Gestão e da Política de Gestão de Riscos e,



consequentemente, pelo cumprimento da IN Conjunta MP/CGU nº 01/2016. Na hipótese de que existam, no órgão ou na entidade, áreas que tenham a responsabilidade de apoiar e instrumentalizar a gestão de riscos e a implementação de controles, tais áreas deverão atuar na facilitação e no monitoramento do processo de gerenciamento de riscos e no acompanhamento da implementação dos controles mitigadores dos riscos identificados, sem que sejam eximidas as responsabilidades de todos os agentes do órgão ou da entidade em relação ao monitoramento e tratamento dos riscos específicos. As ações correicionais estão sendo implementadas em todas as rotinas das fases de contratação, sobretudo nos aspectos de gestão e execução contratual, especialmente para fins de liquidação de despesas, apropriações, pagamentos, glosas e demais atividades de acompanhamento.

#### **Ações Futuras**

Como ações futuras, estão:

- contratações nacionais feitas pela Sede;
- encerramento das atividades especializadas da Portaria ICMBio nº 828/2018; e
- realização de atividades regionais das UAAs com competência complementar de contratação, a critério da Sede.





## GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

### Controle de Bens

Principais processos de patrimônio no ano de 2019:

Ord	Processos	Qtde/ano
1	Processos de desfazimentos analisados	110
2	Processos de doação concluídos	17
3	Bens móveis incorporados às UCs (Doações e aquisições via pregão)	704
4	Veículos das UCs relacionados para leilão	224
5	Incorporação de imóveis ao Instituto	112

Tabela 30

### Processos de Desfazimento

Do total de processos de desfazimento, 15% já tiveram as doações concluídas e 85% estão em andamento.

### Percentual de Processos de Desfazimento

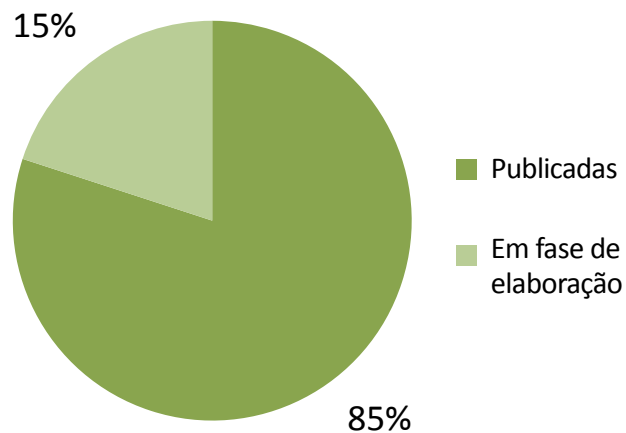


Gráfico 28

### Bens Incorporados ao Patrimônio do Instituto

#### Evolução dos Bens Incorporados

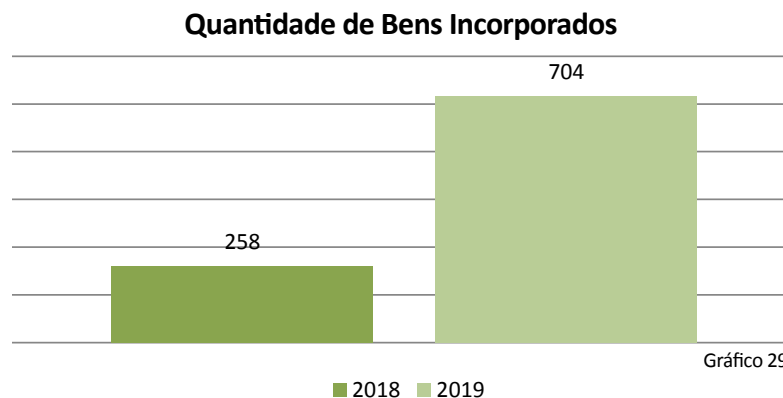


Gráfico 29

Em relação aos imóveis, cumpre destacar que, conforme consta no Cadastro no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, 112 imóveis foram incorporados pelo Instituto no decorrer do exercício, bem como houve registro de 24 requerimentos de imóveis da União por meio do Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis – SISREI da Secretaria do Patrimônio da União – SPU.

### Gestão de Frotas

A gestão de frotas envolve o plano anual de aquisições, abastecimento, manutenção e os desfazimentos.

#### Evolução da Frota do ICMBio

Fonte: PAAV 2019

DEMONSTRATIVO EVOLUÇÃO DA FROTA				
	2016	2017	2018	2019
Barcos	1/9	1/9	229	114
Motos/Quadriciclos	69	102	102	135
Veículo Leve (Fiesta, Uno, Gol, Parati etc)	276	282	282	369
Veículo Tração 4 x 4	822	843	973	1177
Utilitários (Caminhões/Van.s/etc)	77	83	83	84
TOTAIS	1 423	1 489	1669	1879

Tabela 31



### Idade Média da Frota

DEMONSTRATIVO IDADE MÉDIA DA FROTA		
GRUPO	QUANTIDADE EXISTENTE	IDADE MÉDIA
Barcos	114	14,00
Motos/Quadríciclos	135	13,00
Veículo Leve (Fiesta, Uno, Gol, Parati Etc)	369	14,00
Veículo Tração 4x4	1177	10,00
Utilitários (Caminhões/Van's/etc)	84	19,00
TOTAIS	1.879	14,00

Tabela 32

A gestão de manutenção e equipamentos de veículos automotores do Instituto passou a ser feita pela Sede no dia 24 de outubro de 2019, apresentando dados expressivos acerca do orçamento utilizado, referente ao Contrato nº 03/2018 de manutenção de frota.

### Veículos Recebidos em Doação

VEÍCULOS RECEBIDOS EM DOAÇÃO	
PROCESSO DE REFERÊNCIA	INSTITUIÇÃO DOADORA
02070.001979/2018-72	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E ENAP
02070.019771/2016-48 Aguardando regularização junto ao DETRAN para transferência ao ICMBio, incorporação patrimonial e cadastramento no sistema MAXIFROTA	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DE FOZ DO IGUAÇU
02070.002695/2019-84 02070.007653/2018-59 – Processo para regularização documental DETRAN – Aguardando Transferência dos veículos para o ICMBio, incorporação patrimonial e cadastramento no sistema MAXIFROTA	TERMO DE DOACAO DE BENS Nº 004/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO PRO-NATUREZA - FUNATURA
02070.002690/2019-51 02070.007653/2018-59 - Processo para regularização documental DETRAN - Aguardando Transferência dos veículos para o ICMBio, incorporação patrimonial e cadastramento no sistema MAXIFROTA	TERMO DE DOACAO DE BENS Nº 004/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO PRO-NATUREZA - FUNATURA
02070.002692/2019-41 02070.007653/2018-59 - Processo para regularização documental DETRAN Aguardando Transferência dos veículos para o ICMBio, incorporação patrimonial e cadastramento no sistema MAXIFROTA	TERMO DE DOACAO DE BENS Nº 004/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO PRO-NATUREZA - FUNATURA
02070.002918/2019-11 02070.007653/2018-59 Processo para regularização documental DETRAN - Aguardando Transferência dos veículos para o ICMBio, incorporação patrimonial e cadastramento no sistema MAXIFROTA	TERMO DE DOACAO DE BENS Nº 004/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO PRO-NATUREZA - FUNATURA

Tabela 33

## Despesas com Manutenção e Abastecimento da Frota

Valores Gastos em Manutenção

### VALORES GASTOS EM MANUTENÇÃO EM 2017 A 2019

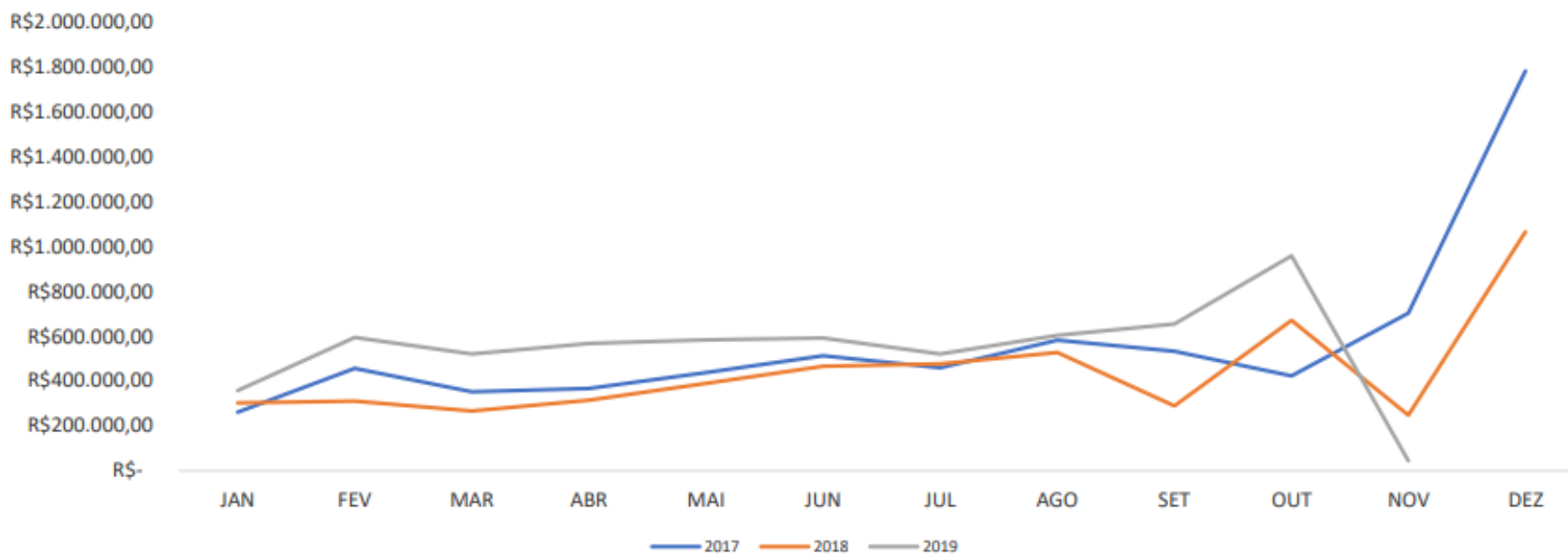


Gráfico 30

## Valores das Operações de Combustível por Região

Linha de Gastos de Combustível 2019

Gestão de Suprimentos de Meios

### LINHA DE GASTOS DE COMBUSTÍVEL 2019

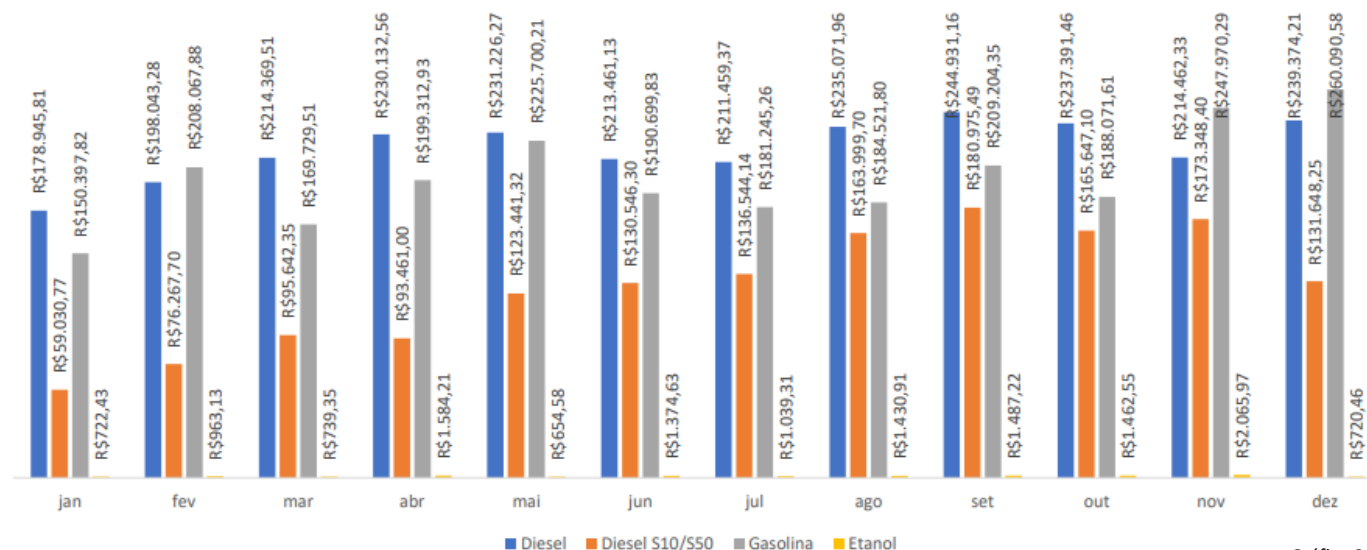


Gráfico 31

A gestão de suprimentos no ano de 2019 operacionalizou, além dos materiais de expediente e de Equipamentos de Proteção Individual – EPI, o atendimento das seguintes operações de emergências ambientais:

- atendimento do derramamento de óleo no Nordeste;
- atendimento de emergências ambientais de fogo na Amazônia através da Operação Verde Brasil e no Cerrado, como é esperado em períodos de estiagem em certas regiões do País;
- atendimento de demandas de água e gás e material de expediente e copa para todas as unidades de conservação que necessitam, e até mesmo atendimento de materiais para a Sede do Instituto.

O valor empenhado em 2019 foi de R\$ 12.340.448,63, sendo que o valor efetivamente pago foi de R\$ 11.095.189,54.

GASTOS COM CONTRATO 59 - ANO BASE: 2017													
CATEGORIA	TOTAL	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Material Expediente/Copa	3.170.457,54	111.439,78	113.876,74	243.802,16	495.442,62	462.348,96	502.579,94	239.355,32	217.068,78	211.455,62	158.601,66	245.287,78	169.198,18
Catering	3.587.883,84	104.934,68	162.629,95	329.523,02	415.159,02	336.245,02	249.971,76	197.842,85	416.138,48	393.687,12	515.585,73	208.176,87	257.989,34
<b>TOTAL</b>	<b>6.758.341,38</b>	<b>216.374,46</b>	<b>276.506,69</b>	<b>573.325,18</b>	<b>910.601,64</b>	<b>798.593,98</b>	<b>752.551,70</b>	<b>437.198,17</b>	<b>633.207,26</b>	<b>605.142,74</b>	<b>674.187,39</b>	<b>453.464,65</b>	<b>427.187,52</b>

GASTOS COM CONTRATO 01/2018 - ANO BASE: 2018													
CATEGORIA	TOTAL	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Material Expediente/Copa	1.962.586,72	117.793,13	176.910,77	146.261,19	151.125,06	159.589,94	148.192,53	182.454,68	176.536,33	172.644,97	216.282,06	155.959,79	158.836,27
Catering	3.068.192,54	60.027,49	153.525,71	336.563,87	365.720,28	330.317,26	248.341,06	286.815,81	290.002,62	345.301,93	267.305,19	213.434,09	170.837,23
<b>TOTAL</b>	<b>5.030.779,26</b>	<b>177.820,62</b>	<b>330.436,48</b>	<b>482.825,06</b>	<b>516.845,34</b>	<b>489.907,20</b>	<b>396.533,59</b>	<b>469.270,49</b>	<b>466.538,95</b>	<b>517.946,90</b>	<b>483.587,25</b>	<b>369.393,88</b>	<b>329.673,50</b>

GASTOS COM CONTRATO 01/2018 - ANO BASE: 2019													
CATEGORIA	TOTAL	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Material Expediente/Copa	1.585.550,90	132.596,79	203.995,63	144.008,12	178.463,63	145.127,04	156.235,61	172.810,02	131.260,93	85.539,04	120.843,17	113.648,64	R\$ 1.022,28
Catering	3.397.038,25	108.097,22	142.492,40	320.497,32	534.688,19	345.972,13	249.529,78	204.884,98	431.278,76	480.826,17	225.245,70	252.381,57	R\$ 101.144,03
Subcontratações	1.143.496,81	-	-	-	-	-	-	-	-	70.371,86	106.378,79	775.772,17	R\$ 190.974,00
<b>TOTAL</b>	<b>6.126.085,96</b>	<b>240.694,01</b>	<b>346.488,03</b>	<b>464.505,44</b>	<b>713.151,82</b>	<b>491.099,17</b>	<b>405.765,39</b>	<b>377.695,00</b>	<b>562.539,69</b>	<b>636.737,07</b>	<b>452.467,66</b>	<b>1.141.802,38</b>	<b>293.140,31</b>

Tabela 34

### Gastos com Contrato nº 01/2018 Comparativo de 2017 a 2019

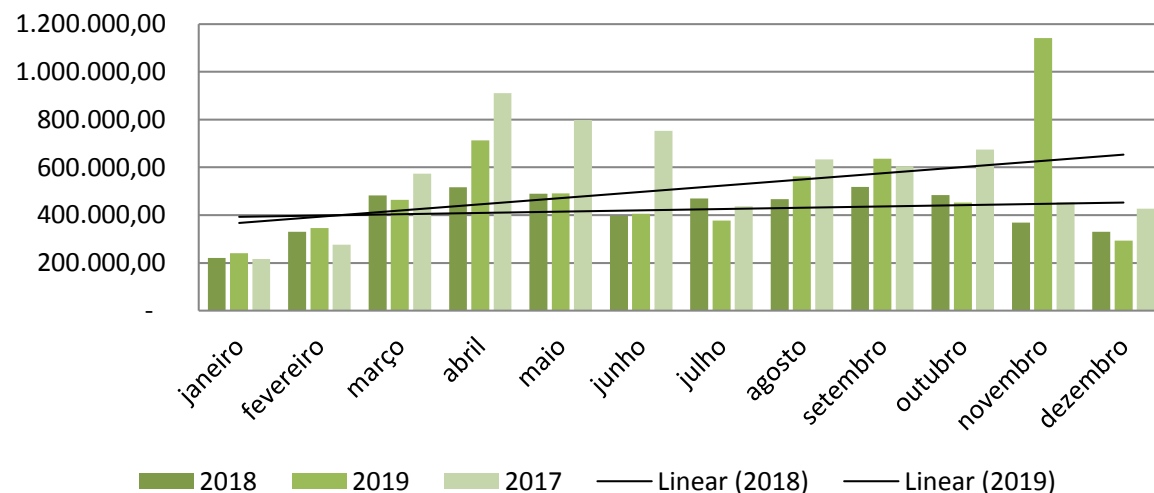


Gráfico 32

Obs.: o valor total gasto em novembro/2019 ficou acima da média devido aos custos com as demandas de derramamento de óleo no Nordeste (R\$ 714 mil).



### Infraestrutura, Obras e Projeto de Engenharia

No exercício de 2019, foi recebido um total de 107 demandas, destas 44% foram concluídas. Outras demandas estão em andamento e foram devidamente classificadas.

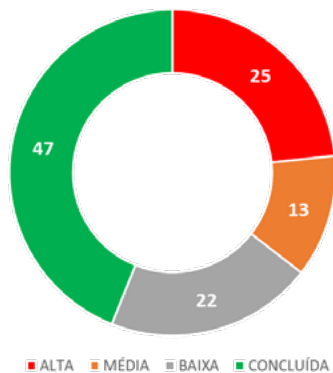


Gráfico 33

Do total das demandas, 47 foram concluídas e 22 foram consideradas de BAIXO RISCO, em sua maioria demandas de avaliação de imóveis funcionais, fiscalização de obras e processos de concessões.

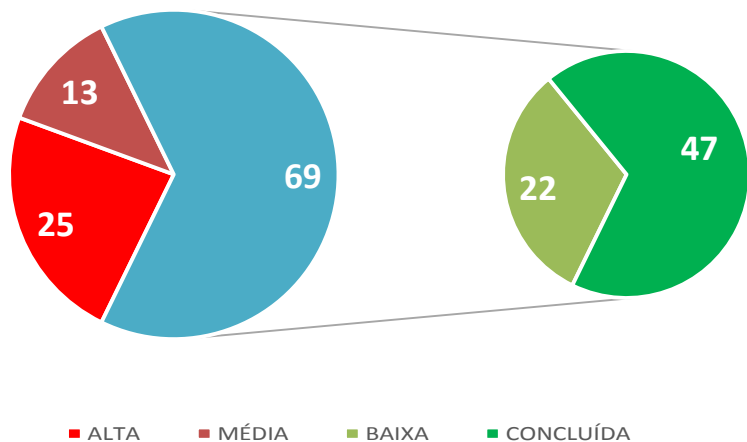


Gráfico 34

### Demandas por Estado

As Unidades de Conservação localizadas no Distrito Federal e nos Estados do Rio de Janeiro e Pará foram as que mais demandaram serviços no exercício de 2019.

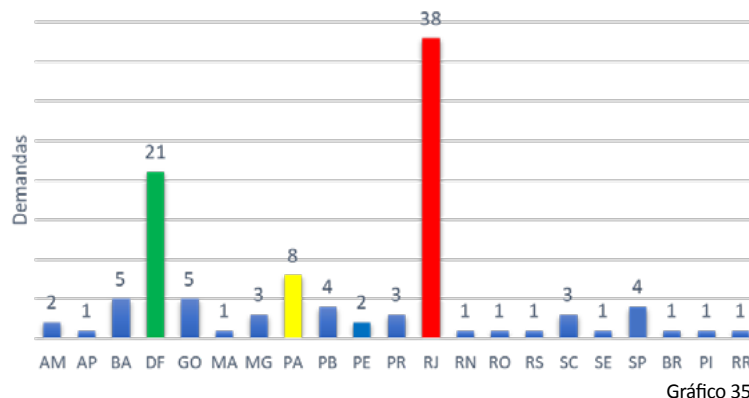


Gráfico 35

### Serviços Realizados

O ICMBio possui contratos de âmbito nacional com os mais diferentes escopos: serviços comuns de engenharia, obras de reforma, serviços técnicos de engenharia, manutenção preditiva. São mais de 60 contratos com orçamentos estimados em quase R\$ 100 milhões, que são utilizados para execução dos mais diversos serviços de infraestrutura e engenharia nas unidades de conservação, unidades avançadas de administração e finanças, coordenações regionais e centros de pesquisa e conservação.

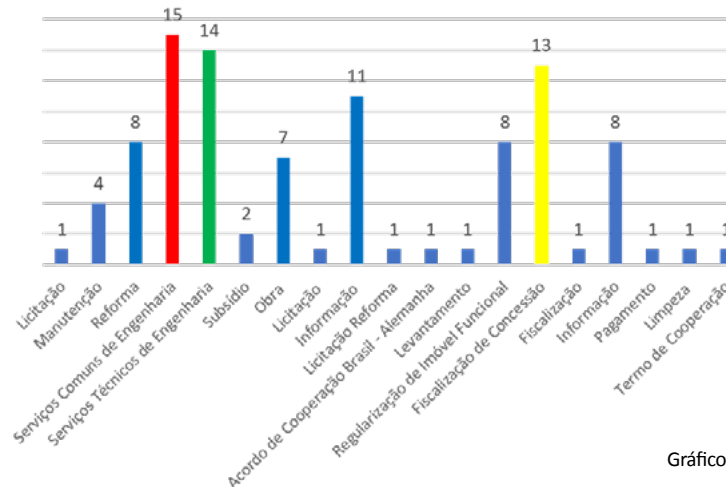


Gráfico 36

### Demandas Anuais

Para o próximo exercício, já foram catalogadas 69 demandas de serviços de infraestrutura nas unidades do ICMBio, o que demonstra um desafio exponencial em relação às demandas anuais dos últimos anos, e a necessidade de uma reestruturação da unidade responsável para execução e acompanhamento das demandas do ICMBio, para que sejam realizadas suas metas de médio e longo prazo.

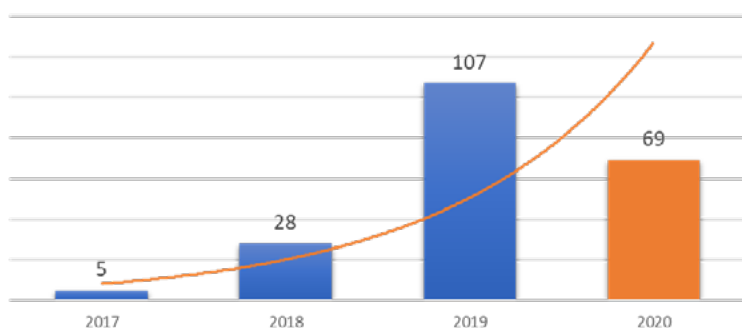


Gráfico 37

### Desafios

Entre os desafios, estão o desenvolvimento de uma administração mais célere e proativa diante das necessidades ambientais; a carência de servidores no Instituto, a capilaridade das unidades de conservação e as demandas com altas especificidades que impactam no plano de logística sustentável.

### Ações Futuras

O alinhamento de suas metas com as práticas de Governança e Eficiência Administrativa, visando ao fortalecimento das estruturas de governança para apoiar a tomada de decisão da alta administração e à promoção do uso racional e sustentável dos bens e serviços com foco na gestão eficiente.

Dentro dessas práticas, tem-se como meta a execução dos seguintes aspectos:

- implementação de Gestão Patrimonial ágil e com dados confiáveis, que ocorrerá com a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de atualização e controle de ativo fixo, avaliação de bens, inventário patrimonial e elaboração de termos de responsabilidade por setor. No que se refere a essa contratação, cumpre esclarecer que o Instituto firmará contrato com a Empresa Moreira & Andrade LTDA, por meio de Ata de Registro de Preço oriunda do Pregão Eletrônico SRP nº 16/2018. Após seguir com todos os trâmites legais necessários para efetivar a contratação e constatar a idoneidade da referida empresa, o processo, registrado sob o número SEI 02070.009892/2019-24, está nos ajustes finais de sua minuta, para prosseguir com a efetiva assinatura entre as partes;
- implementação de fluxos administrativos padronizados e criação de normativos;
- implementação de sistemas de gestão;
- formulação de plano de logística sustentável integrado com as áreas fim do ICMBio;
- promoção de plano de capacitação periódica para os colaboradores da área meio: logística, patrimônio e transportes;
- investimento na Regularização Fundiária dos imóveis;
- implementação do programa de manutenção das unidades de conservação;
- promoção do levantamento e benfeitoria dos espaços e edificações com valor histórico do Instituto.



## GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

### Conformidade Legal

O ICMBio, enquanto órgão seccional do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISIP, atua na implantação direta das ações de TI e colabora com a coordenação e o desenvolvimento das políticas, normas e diretrizes do Sistema. Assim, a conformidade legal da gestão de TI é observada na aplicação das regras e normas estabelecidas pelo Governo Federal no aprimoramento das mais diversas atividades executadas na área de TI: aquisições de produtos e serviços, gestão e fiscalização de contratos, gestão da segurança da informação, desenvolvimento de aplicações e disponibilização de serviços públicos digitais, entre outros.

### Modelo de Governança de TI

O Modelo de Governança de TI do ICMBio, alinhado ao Decreto nº 8.638/2016, que instituiu a Política de Governança Digital nos órgãos e nas entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, tem como principal instância o Comitê de Governança Digital – CGD. O CGD tem como objetivo aprovar políticas de tecnologia da informação, aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, aprovar as políticas de segurança da informação, decidir sobre as estratégias e ações para a oferta de serviços e informações digitais aos cidadãos e sobre as prioridades da aplicação de recursos em tecnologia da informação. O Comitê de Governança Digital é composto pelo Presidente do Instituto Chico Mendes, que o preside; pelos Diretores e pelo titular da unidade de Tecnologia da Informação.

Há, ainda, duas outras instâncias subordinadas ao CGD: o Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação – CGTIC e o Comitê de Segurança da Informação e Comunicação – CSIC. O CGTIC é constituído pelos coordenadores gerais do ICMBio e tem a finalidade de propor ao Comitê de Governança Digital as estratégias, políticas e ações de TI. O CSIC, formado por dois representantes de cada Diretoria, é a instância responsável por

tratar e deliberar a respeito de temas na área de segurança da informação e comunicações.

O ICMBio possui Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, Política de Segurança da Informação e Plano de Dados Abertos, alinhados às diretrizes do Governo Federal.

### Montante de Recursos Aplicados em TI

	Empenhado	Pago
<b>Investimento</b>	851.894,47	23.242,58
<b>Custeio</b>	20.198.487,79	18.905.348,34

Tabela 35

### Contratações mais Relevantes de Recursos em TI

	Despesa	Empenhado	Pago
<b>Investimento</b>	Equipamento de TIC – Ativos de Rede	17.600,00	17.600,00
	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – PJ	116.217,00	116.217,00
	<b>Totais</b>	<b>133.817,00</b>	<b>133.817,00</b>

Tabela 36

	Despesa	Empenhado	Pago
<b>Custeio</b>	Suporte a Usuários de TIC	3.000.031,38	2.688.062,94
	Manutenção e Conservação de Equipamentos de Backup	14.483,26	13.166,60
	Locação de Softwares Office 365	1.842.147,84	1.734.630,47
	Emissão de Certificados Digitais	33.467,00	33.148,00
	Suporte de Infraestrutura de TIC	461.202,85	408.930,85
	Suporte Técnico de TIC para Unidade Descentralizada	64.106,70	51.285,36
	Suporte Técnico de TIC para Unidade Descentralizada	240.657,66	196.338,76
	Serviços de Telecomunicação MPLS para Unidades Descentralizadas	13.618.396,46	13.618.396,46
	Outsourcing de Impressão	66.878,60	59.381,62
	<b>Totais</b>	<b>19.341.371,75</b>	<b>18.803.341,06</b>

Tabela 37



## Principais Iniciativas e Resultados na área de TI

Objetivo Estratégico	Principais Iniciativas	Resultados
Modernizar tecnologicamente o Instituto	Contratação serviços de disponibilização de equipamentos para autuação de infrações na fiscalização ambiental	Transformação digital dos processos de fiscalização ambiental
	Conclusão do processo de implantação do Office 365	Aumento da produtividade das áreas administrativas e finalísticas do ICMBio possibilitando o compartilhamento de documentos, links com informações úteis, serviços de tecnologia (inclusive a Intranet), streaming de vídeos, reuniões virtuais e ferramentas de escritório
	Publicação de serviços do ICMBio em alinhamento ao plano de transformação digital da Secretaria de Governo Digital – SGD	Divulgação das informações sobre os serviços do ICMBio ao cidadão no portal GOV.BR
	Ampliação da rede sem fio da ACADEBio	Disponibilização de rede sem fio para utilização dos servidores em treinamento nas dependências da ACADEBio
Prover e gerenciar, de forma eficiente, a infraestrutura	Renovação do parque tecnológico (computadores pessoais)	Constante atualização do parque tecnológico da Instituição, disponibilizando equipamentos que possibilitem melhorias na prestação dos serviços à população
	Infraestrutura para cópias de segurança	Melhoria no processo de guarda e recuperação de cópias de segurança das informações digitais

Tabela 38

## Segurança da Informação

## Segurança da Informação

Comitê de Segurança da Informação e Comunicação – CSIC

Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes – ETIR

Organograma 4

O ICMBio publicou a Política da Segurança da Informação e Comunicações – POSIC, que tem como escopo a instituição de diretrizes estratégicas visando assegurar a integridade de dados, informações e documentos do ICMBio, contra ameaças e vulnerabilidades, de modo a preservar os seus ativos, inclusive sua imagem institucional.

O Comitê de Segurança da Informação e Comunicações é a instância estratégica responsável por tratar e deliberar a respeito de temas na área de segurança da informação no ICMBio, observadas as diretrizes da Política de Segurança da Informação estabelecidas pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. O CSIC é formado por representantes de todas as diretorias (membros titulares e suplentes) e pelo Gestor de Segurança da Informação e Comunicações – GSIC.

O ICMBio, por meio da Portaria nº 193, de 09 de março de 2018, instituiu a Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais – ETIR. A equipe é formada por membros da Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação – COTEC, e os seus trabalhos são guiados por padrões e procedimentos técnicos e normativos no contexto de tratamento de incidentes de rede orientados pelo Centro de Tratamento e Resposta a Incidentes de Segurança em Redes de Computadores da Administração Pública Federal – CTIR GOV.

## Desafios

O maior desafio da gestão de TI é o atendimento às demandas internas e externas, tendo em vista a estrutura organizacional deficitária e a insuficiência de servidores especializados na área de TI. Esse cenário provoca situações de risco como as citadas abaixo:

- as instruções processuais para aquisição são complexas e seguem um processo burocrático e custoso de efetivação, o que consome muito tempo das equipes responsáveis pelas contratações;
- o reduzido número de servidores especializados na área de TI sobrecarrega a gestão e fiscalização de contratos de TI. A alta rotatividade desses servidores prejudica a retenção do conhecimento sobre o negócio, gerando retrabalho, interrompendo, atrasando ou mesmo impedindo o desenvolvimento de projetos;
- outro grande desafio é conciliar a governança de TI com os aspectos operacionais rotineiros; essa dificuldade está relacionada ao fato de que a quantidade limitada de servidores obriga a equipe a atuar apenas nas ações de manutenção dos serviços essenciais e impede que sejam feitas ações proativas em busca de melhoria de processos e da governança de TIC;
- a busca pela estrutura organizacional mínima de TI, capaz de atender às demandas do ICMBio com eficiência, eficácia e efetividade também é uma tarefa desafiadora e continuada, pois atualmente não há uma setorização estrutural das atividades e competências no âmbito da área de TI;
- a ausência de uma conta orçamentária específica para TI, ao contrário de outros órgãos como o IBAMA e MMA, que possuem rubrica específica para ações de TIC, combinada com as limitações orçamentárias do ICMBio, dificulta o planejamento das ações, uma vez que não há garantia do valor a ser disponibilizado para as ações de TIC quando da elaboração do planejamento de aquisições.



## Ações Futuras

Entre as ações futuras estão:

- implementar projetos utilizando *Infrastructure as a Service* – IAAS a fim de reduzir a quantidade de contratos de manutenção de serviços de infraestrutura. Essa redução possibilitará a priorização de investimento dos recursos existentes na transformação digital dos serviços públicos ao cidadão e na desburocratização dos processos de trabalho internos do Instituto;
  - fazer ações com o MMA e IBAMA com vistas à realização processos licitatórios de forma conjunta, otimizando o uso da força de trabalho dos órgãos;
  - envidar esforços para a alocação de novos servidores ampliando a força de trabalho da COTEC;
  - utilizar a infraestrutura de TIC do MMA de forma compartilhada, visando à redução de custos de sustentação de serviços e sistemas do ICMBio e à implementação de soluções de *backup* e de continuidade de negócio;
  - reativar os serviços de fábrica de *softwares* ofertando às áreas de negócios serviços de manutenção de sistemas legados e desenvolvimento de novos sistemas, e apoiar as ações de transformação digital dos serviços ofertados pelo ICMBio ao cidadão;
- estudar o uso de novas tecnologias e serviços com foco na otimização dos serviços de comunicação da Sede com as unidades descentralizadas;
  - propor a reestruturação da COTEC de modo a garantir, no mínimo, a implementação de uma divisão de desenvolvimento de sistemas e uma divisão de infraestrutura sob gestão da Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação. Esta ação visa dar condições ao coordenador para delegar competências e promover ações proativas em busca da melhoria da governança e da qualidade dos serviços de TIC, além da otimização da força de trabalho e redução de custos de TIC;
  - estudar o uso de novas tecnologias e serviços com foco na otimização dos serviços de comunicação da sede com as unidades descentralizadas e o acesso à internet, propondo soluções que reduzam os custos com contratos, como o serviço Multi-Protocol Label Switching – MPLS que consome cerca de 13 milhões por ano do orçamento do ICMBio.



## GESTÃO DE CUSTOS E DE SUSTENTABILIDADE

Observando-se os desafios da sustentabilidade e das mudanças dos padrões para contribuir com uma gestão eficaz, foi desenvolvido pelo Instituto Chico Mendes o Sistema Integrado de Gestão – SIGICMBio. A proposta traz no seu escopo a intenção de contribuir para que os vários agentes que atuam no processo de realização da despesa pública possam entender melhor como é possível economizar recursos, evitar desperdício, otimizar tempo e minimizar impactos ao meio ambiente na hora da execução.

Um dos princípios do Sistema é seguir os 3 Rs da sustentabilidade, quais sejam: reduzir, reutilizar e reciclar, sendo uma ferramenta inovadora de suporte para melhor gerenciamento dos recursos públicos, contribuindo, assim, para uma economia sustentável.

O Sistema possibilita agregar as informações dos custos operacionais de funcionamento de cada uma de suas unidades administrativas finalísticas: as unidades de conservação federais, os centros nacionais de pesquisa e conservação e as coordenações regionais.

Desta forma, o SIGICMBio constitui-se em uma ferramenta operacional própria, disponível para consolidação de informações da gestão orçamentária e financeira do Instituto, assim como de registro da programação anual relativa aos contratos celebrados, já que agrega o registro das atividades de planejamento da despesa orçamentária, desde o cadastramento dos contratos até a solicitação de orçamento por parte de setores específicos do ICMBio.

É uma ferramenta de gestão que integra as diversas áreas do Instituto em um centro de custo que permite aferir o custo de suas unidades administrativas.

Tecnicamente, cada despesa cadastrada no Sistema gera um código orçamentário chamado de Plano Interno – PI, executado por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, tendo como premissa realizar a execução e o acompanhamento das despesas orçamentárias, contribuindo para melhor avaliação e controle dos valores. A despesa é planejada e solicitada para cada unidade de conservação, sendo, assim, a principal ferramenta de avaliação de custo das unidades do ICMBio.



# **INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS**

## **CAPÍTULO 5**



## Declaração do Contador

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE  
– ICMBio 44207

A Coordenação de Contabilidade – CONT, de acordo com o **Decreto nº 8.974/2017**, compõe a estrutura da Coordenação Geral de Finanças e Arrecadação – CGFIN da Diretoria de Planejamento, Administração e Logística – DIPLAN, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, que, de acordo com o art. 52 do Anexo do Regimento Interno do Instituto, aprovado pela Portaria nº 1.162/2018, exerce a competência de Seccional de Contabilidade do Instituto.



Imagem 9

**Maria da Conceição Barreto de Matos**  
Coordenadora de Contabilidade

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis consolidadas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, autarquia federal, tendo como base a sua estrutura administrativa, que conta com as seguintes unidades gestoras executoras:

- 443032 - INSTITUTO CHICO MENDES
- 443033 - ICMBIO/CGFIN
- 443034 - UAAF SALVADOR
- 443035 - UAAF ATIBAIA
- 443036 - UAAF TERESÓPOLIS
- 443043 - UAAF AREMBEPE
- 443048 - UAAF FOZ DO IGUAÇU
- 443054 - UAAF MANAUS
- 443055 - UAAF RIO DE JANEIRO
- 443992 - UAAF BELO HORIZONTE
- 447157 - ICMBio - PROJETO KFW

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada pela Coordenação de Contabilidade, de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI. Esse é um processo que visa assegurar a integridade, a fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes do SIAFI, que é o Sistema do Governo Federal em que são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As demonstrações contábeis do Instituto Chico Mendes são as seguintes:

- balanço patrimonial: evidencia os ativos e passivos do Instituto;
- demonstração das variações patrimoniais: neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas);
- balanço orçamentário: traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista *versus* a arrecadada, e a despesa autorizada *versus* a executada; e
- balanço financeiro e demonstração dos fluxos de caixa: visam demonstrar o fluxo financeiro do Instituto no período, isto é, as entradas de recursos em confronto com as saídas.

Essas demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, entre outras, a saber: Lei nº 4.320/64; Lei Complementar nº 101/2000; Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP; Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 2019 – MCASP; e o Manual SIAFI.

Importa registrar que, sob o aspecto do tratamento contábil da depreciação, amortização e exaustão de itens do patrimônio, e avaliação e mensuração de ativos e passivos, o Instituto ainda não dispõe das informações adequadamente organizadas para o registro regular do seu patrimônio, de forma a atender todos os critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão, e da NBC T 16.10

– Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público).

Cabe destacar que, não obstante os esforços despendidos no exercício de 2019 para a organização e registro dos bens patrimoniais do Instituto, considerando principalmente o Contrato de Adesão nº 04/2019, celebrado entre o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO e o Instituto Chico Mendes, em 08/03/2019, para o uso do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial – SIADS, as informações, da forma levantada, não contemplavam todos os dados necessários, bem como não foram consideradas suficientemente confiáveis para a efetivação dos registros no SIADS, porquanto, não foram obtidas por meio de inventário físico em âmbito nacional.

Nesse contexto, como o ICMBio não dispunha, até o exercício de 2019, das informações adequadamente organizadas para o registro regular do seu patrimônio, de forma a atender todos os critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, a depreciação continuou sendo registrada mensalmente no SIAFI desde o exercício de 2010, com suporte em informações extraídas de planilhas em Excel, atualizadas manualmente.

O método utilizado para os cálculos da depreciação nas citadas planilhas era o de quota constante, de acordo com a Macrofunção SIAFI 020330, item 47, que estabelece:

*“O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional será o das quotas constantes, já que a informação deve ser consistente e comparável, devendo constar em notas explicativas”.*

Assim, para os citados cálculos, utilizavam-se ainda os seguintes critérios:

- depreciação efetuada no mês seguinte ao da aquisição, e registro no SIAFI realizado na conta correspondente ao bem adquirido;
- vida útil mensal; e
- utilização das taxas definidas conforme Macrofunção SIAFI 020330.

Outro aspecto relevante a destacar é que os valores registrados nas contas de controle de contratos não representavam corretamente os saldos remanescentes dos respectivos contratos, fato que foi objeto de ações junto às unidades gestoras executoras para os devidos ajustes, restando pendente apenas a unidade gestora executora da Sede do Instituto, cujos procedimentos de ajuste continuam sendo efetuados no exercício de 2020.

Sendo assim, DECLARO que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI, Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2019, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, EXCETO no tocante ao registro regular do seu patrimônio e ao registro nas contas de contratos, conforme antes mencionado.

Brasília-DF, 07 de fevereiro de 2020

Maria da Conceição Barreto de Matos  
CRC nº DF-011382/0-0

Contadora do Instituto Chico Mendes de Conservação  
da Biodiversidade – ICMBio

## Desempenho Financeiro

### Principais Receitas

Na tabela e no gráfico seguintes, são destacadas as principais receitas realizadas nos exercícios de 2019 e 2018, conforme registros constantes do SIAFI.

Receitas Totais

R\$ mil

Arrecadação por Fonte de Recurso	2019	2018	Variação % 2019/2018
Fonte 0250 - Recursos Próprios não-Financeiros – Concessões	79.668	72.094	10,51%
Fonte 0250 - Recursos Próprios não-Financeiros – Demais Receitas	51.611	42.690	20,90%
Fonte 0174 - Taxas e multas pelo exercício do poder de polícia	4.792	3.231	48,31%
Fonte 0129 - Recursos de Concessões e Permissões – Florestas Nacionais	3.813	3.487	9,35%
<b>Totais Arrecadação ICMBio</b>	<b>139.884</b>	<b>121.502</b>	<b>15,13%</b>
Repasse Tesouro Nacional	565.886	538.321	5,12%
<b>Receitas Totais</b>	<b>705.770</b>	<b>659.823</b>	<b>6,96%</b>

Tabela 39



Receitas Totais

Comparativo das Receitas Totais de 2019 x 2018 – ICMBio

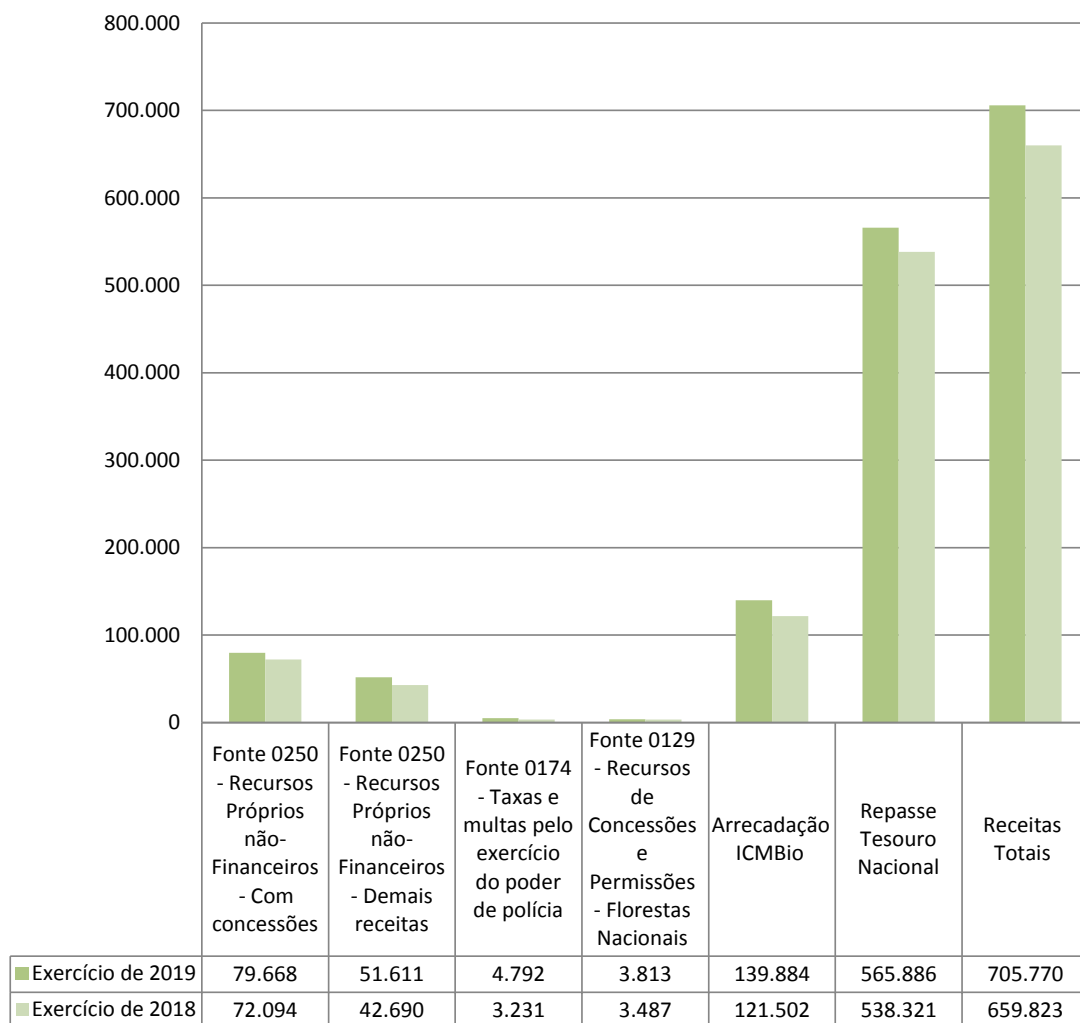


Gráfico 38

Ressalte-se que, das receitas totais realizadas no exercício de 2019, no valor de R\$ 705.770 mil, os valores repassados pelo Tesouro Nacional, de R\$ 565.886 mil, representam 80,18%.

Integram os valores repassados pelo Tesouro Nacional ao ICMBio as receitas oriundas dos depósitos efetuados pela Caixa Econômica Federal, decorrentes dos recursos da compensação ambiental mantidos em contas escriturais até 2016 (fonte 0307), os quais foram incorporados ao Orçamento Geral da União em 2017, em cumprimento aos Acórdãos do Tribunal de Contas da União nºs 1.853/2003, 1.004/2016 e 1.772/2016.

No que se refere ainda à compensação ambiental, no tópico “Gestão Orçamentária e Financeira” deste Relatório consta item específico a respeito.

Com referência às demais receitas, relativas à arrecadação própria do ICMBio (fonte 0250), destacam-se os recursos decorrentes das concessões de serviços, áreas ou instalações em unidades de conservação federais para a exploração de atividades de visitação voltadas à educação ambiental, à preservação e conservação do meio ambiente, ao turismo ecológico, à interpretação ambiental e à recreação em contato com a natureza, precedidos ou não da execução de obras de infraestrutura, mediante procedimento licitatório.

Tais concessões, cuja arrecadação no exercício de 2019 totalizou R\$ 79.668 mil, representam 56,95% da arrecadação total do Instituto, de R\$ 139.884 mil.

As multas aplicadas em decorrência do cometimento de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente apresentam crescimento de 48,31% em 2019, quando comparadas ao exercício de 2018.

A seguir são listados os principais contratos celebrados com as Concessionárias.

#### Arrecadação Principais Contratos de Concessão

Principais Arrecadadores	Unidades de Conservação	Valor Arrecadado R\$	
		2019	2018
Trem do Corcovado LTDA	Parque Nacional da Tijuca	22.717	20.327
Cataratas do Iguaçu S.A.	Parque Nacional do Iguaçu	22.458	19.067
Paineiras-Corcovado LTDA	Parque Nacional da Tijuca	18.285	17.616
Belmond Brasil Hotéis S.A.	Parque Nacional do Iguaçu	8.117	8.993
Ilha do Sol Agência Viagens LTDA	Parque Nacional do Iguaçu	5.548	4.701
Eco-Noronha S.A.	Parque Nacional M. F. de Noronha	1.680	1.324
Outros		863	66
<b>Totais</b>		<b>79.668</b>	<b>72.094</b>

Tabela 40

Com relação às mencionadas concessões, destaca-se o fato de que estas ainda geram empregos e renda no entorno das unidades, melhoram a experiência do visitante e diminuem os gastos do Governo.

É relevante esclarecer também que concessão não é privatização. Com as delegações de serviço, as empresas ganham o direito de operar serviços de apoio à visitação por um determinado período de tempo e, em contrapartida, assumem compromisso de fazer investimentos nas unidades. Os serviços de gestão, conservação, proteção e pesquisa continuam sob o controle administrativo e territorial do Governo, assim como o monitoramento do serviço concessionado.

Por fim, com referência às receitas arrecadadas, as unidades de conservação do ICMBio que mais arrecadaram nos exercícios de 2019 e 2018 foram:

#### Arrecadação Unidades de Conservação (Maiores Arrecadadoras)

Unidade de Conservação	Valor Arrecadado (R\$ mil)	
	2019	2018
Parque Nacional da Tijuca	41.050	37.918
Parque Nacional do Iguaçu	36.229	62.863
FLONA Tapirapé-Aquiri	30.123	4.550
FLONA Saracá-Taquera	9.460	0.00
FLONA Carajás	6.525	853
PARNA de Brasília	2.520	2.107
PARNA M. F. de Noronha	1.956	1.566

Tabela 41

## Desempenho Orçamentário, Financeiro e Patrimonial

### Balanco Orçamentário

#### Equilíbrio entre a previsão das receitas e fixação das despesas

O Balanço Orçamentário do ICMBio – Órgão 44207, no exercício 2019, tem como Previsão da Receita Atualizada o montante de R\$ 111.747 mil e as Receitas Realizadas, R\$ 139.885 mil. Observa-se que, em relação à previsão atualizada, houve um superávit de R\$ 28.138 mil, ou seja, 25,18% de acréscimo na arrecadação no exercício de 2019, conforme destacado nos gráficos a seguir.

#### Execução da Receita Prevista x Receita Realizada Exercício de 2019

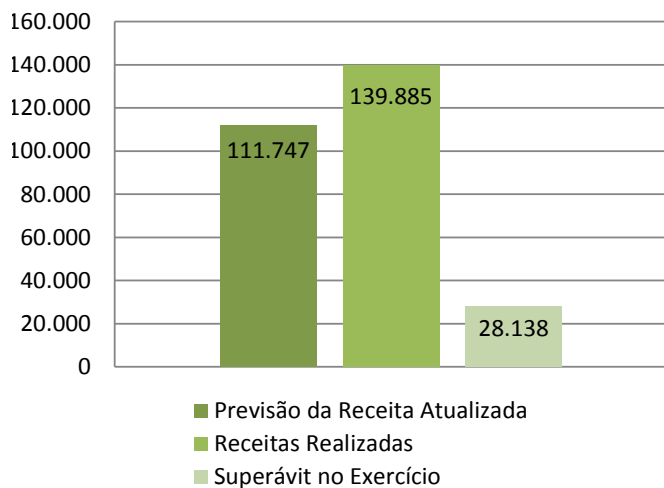


Gráfico 39

Os maiores valores recebidos no exercício de 2019 referem-se à Receita Arrecadada de Recursos Próprios não-Financeiros (Fonte 0250) no montante de R\$ 131.279 mil, representando um acréscimo em relação ao exercício anterior de 14,40%, representados conforme segue.

### Receitas Arrecadadas

Arrecadação por Fonte de Recursos	2019 (R\$ mil)	2018 (R\$ mil)
Fonte 0250 - Recursos Próprios não-Financeiros – Concessões	79.668	72.094
Fonte 0250 - Recursos Próprios não-Financeiros – Demais Receitas	51.611	42.690
<b>Totais – Receita Arrecadada de Recursos Próprios</b>	<b>131.279</b>	<b>114.784</b>
Fonte 0174 – Taxas e multas pelo exercício do poder de polícia	4.792	3.231
Fonte 0129 – Recursos de Concessões e Permissões – Florestas Nacionais	3.813	3.487
<b>Arrecadação ICMBio</b>	<b>139.884</b>	<b>121.502</b>

Fonte: SIAFI/GERENCIAL/2019/2018

Tabela 42

#### Receitas Arrecadadas por Fonte de Recursos

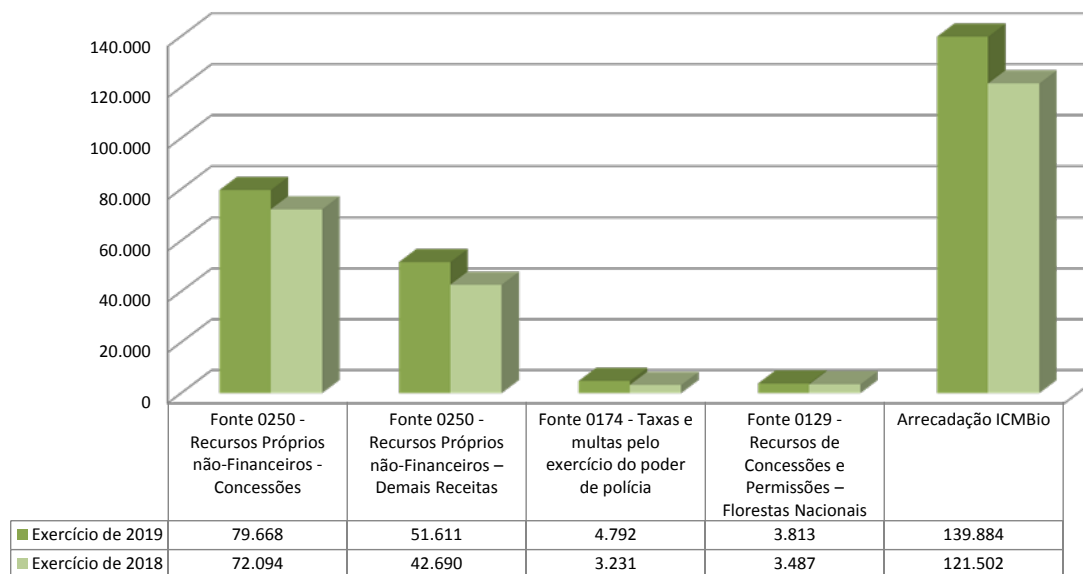


Gráfico 40

### Percentual de Execução da Despesa em Relação ao Orçamento e Saldo da Dotação

A Despesa Empenhada, de R\$ 883.766mil, corresponde a, aproximadamente, 98,07% da Dotação Atualizada, de R\$ 901.163 mil. Desta forma, o saldo da Dotação Orçamentária Atualizada Remanescente é de R\$ 17.397 mil.

### Execução da Despesa x Dotação Atualizada e Saldo da Dotação Exercício de 2019

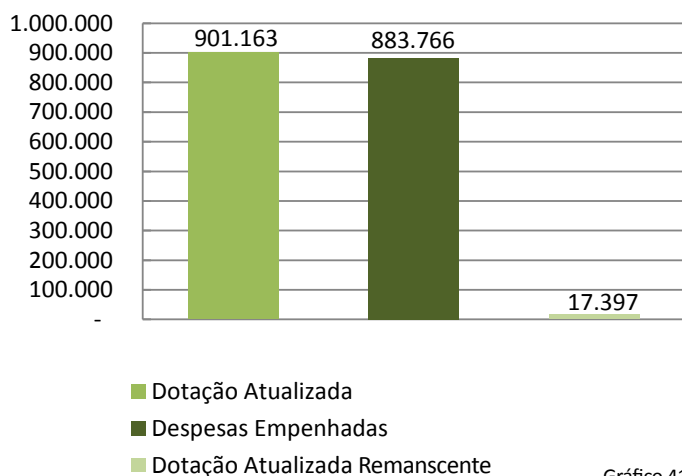


Gráfico 41

### Percentual de despesas Pagas em relação a Despesas Correntes e de Capital

Das Despesas Pagas, no total R\$ 805.698 mil, 74,40% refere-se a Despesas Correntes, no valor de R\$ 599.189 mil, compostas de: R\$ 375.524 mil (62,70%) com Pessoal e Encargos Sociais e R\$ 223.665 mil (37,30%) com Outras Despesas Correntes. As Despesas de Capital, de R\$ 206.509 mil, representam 25,60% das Despesas Pagas.

No tocante às Despesas Pagas, verifica-se que as Despesas Correntes, no valor de R\$ 599.189 mil, e as Despesas de Capital, de R\$ 206.509 mil, representam 67,80% e 23,37%, respectivamente, dos valores empenhados no exercício, correspondentes a R\$ 883.766 mil.

### Despesas Empenhadas x Despesas Correntes e de Capital – Pagas Exercício de 2019

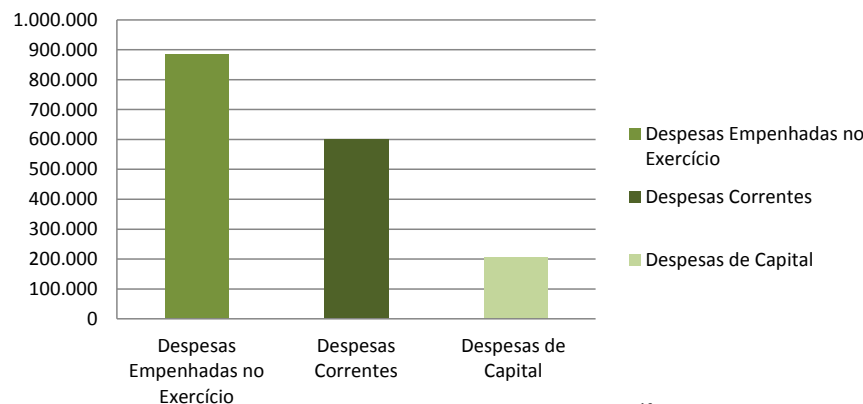


Gráfico 42

## Balanço Patrimonial

### Ativo Circulante – Caixa e Equivalente de Caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações do Instituto e para os quais não haja restrições para uso imediato, que no exercício totalizaram R\$ 147.358 mil, correspondendo a um acréscimo de 8% em relação ao exercício anterior.

### Ativo Circulante – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo a Receber

A conta Demais Créditos e Valores a Curto Prazo a Receber apresenta um saldo de R\$ 422.110 mil, que corresponde a um acréscimo de 96,60% em relação ao exercício de 2018. Deste valor, 91,09% corresponde a Créditos a Receber decorrentes de auto de infração, no valor de R\$ 384.506 mil.

Ativo Circulante - Valores a Curto Prazo a Receber e Demais Créditos

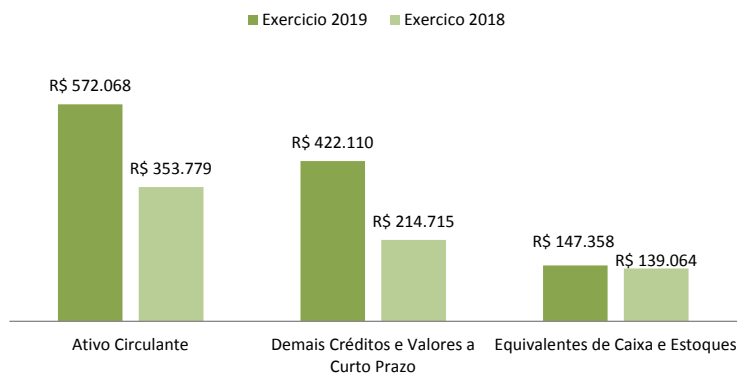


Gráfico 43

### Imobilizado: Bens Móveis e Imóveis

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido, inicialmente, com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Importante registrar que, em relação aos bens móveis, conforme ressalva constante da Declaração do Contador, a depreciação dos

bens continua sendo registrada mensalmente no SIAFI, desde o exercício de 2010, com suporte em informações extraídas de planilhas em Excel, atualizadas manualmente.

Na tabela a, a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2019 e 2018, verificando-se acréscimo de 1,60%, considerando as totalizações de R\$ 9.616.574 mil, em 2019, e R\$ 9.467.528 mil, em 2018.

Ativo Circulante – Valores a Curto Prazo a Receber e Demais Créditos

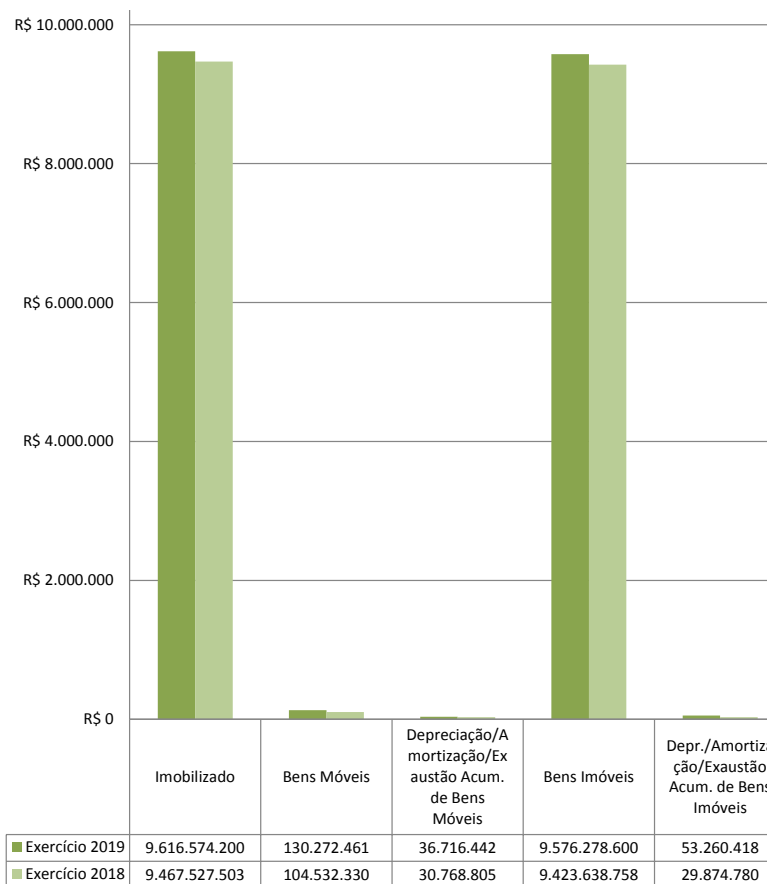


Gráfico 44

**Imobilizado – Composição R\$ mil**

	31/12/2019	31/12/2018	%
<b>Bens Móveis</b>	130.272	104.532	
(+) Valor Bruto Contábil	130.272	104.532	
(-) Depreciação/ Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(36.716)	(30.769)	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0,00	0,00	
<b>Valor Residual – Bens Móveis</b>	93.556	73.764	
<b>Bens Imóveis</b>	9.576.279	9.423.639	
(+) Valor Bruto Contábil	9.576.279	9.423.639	
(-) Depr./Amortização/ Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(53.260)	(29.875)	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	0,00	0,00	
<b>Valor Residual – Bens Imóveis</b>	9.523.018	9.393.764	
<b>Total dos Valores Residuais</b>	<b>9.616.574</b>	<b>9.467.528</b>	<b>1,60%</b>

Fonte: SIAFI/GERENCIAL/2019/2018

Tabela 43

**Bens Móveis**

Os Bens Móveis do Instituto, em 31/12/2019, totalizaram R\$ 93.556 mil (Valor Residual) e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir, verificando-se acréscimo de 26,80% em relação ao valor de R\$ 73.764 mil em 2018.

**Bens Móveis – Composição R\$ mil**

	31/12/2019	31/12/2018	%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	22.809	17.499	
Bens de Informática	19.162	16.070	
Móveis e Utensílios	11.829	11.283	
Material Cultural, Educativo e de Comunicação	2.098	2.031	
Veículos	72.061	55.348	
Armamentos	2.153	2.153	
Demais Bens Móveis	160	149	
<b>Total dos Bens Móveis</b>	<b>130.272</b>	<b>104.533</b>	
(-) Depreciação/Amortização Acumulada	(36.716)	(30.769)	
<b>Valor Residual dos Bens Móveis</b>	<b>93.556</b>	<b>73.764</b>	<b>26,80</b>

Fonte: SIAFI/GERENCIAL/2019/2018

Tabela 44

**Bens Imóveis**

Os Bens Imóveis do Órgão totalizaram R\$ 9.523.018 mil em 31/12/2019, e estão distribuídos em várias contas contábeis, destacando-se as relacionadas na tabela a seguir, da qual se verifica acréscimo de 1,40% quando comparados ao valor de R\$ 9.393.764mil em 2018.

**Bens Imóveis – Composição****R\$ mil**

	31/12/2019	31/12/2018	%
Bens de Uso Especial	9.546.538	9.396.110	
Bens Imóveis em Andamento	25.421	23.209	
Benfeitorias em Propriedade De Terceiros	1.224	1.224	
Instalações	3.096	3.096	
Depreciação /Amortização Acumulada	(53.260)	(29.875)	
<b>TOTAL</b>	<b>9.523.018</b>	<b>9.393.764</b>	<b>1,40</b>

Fonte: SIAFI/GERENCIAL/2019/2018

Tabela 45

De acordo com a tabela ao lado, os bens relacionados, referentes aos Bens de Uso Especial, correspondem a 99,70% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão 44207, perfazendo o montante de R\$ 9.546.538 mil em 31/12/2019, sem contar com o valor da depreciação, verificando-se acréscimo de 1,60% em relação ao exercício anterior.

Em síntese, os bens mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário do ICMBio são constituídos de fazendas, parques e reservas, terrenos e glebas, edifícios, imóveis residenciais e comerciais, aeroportos, estações e aeródromos, conforme demonstrado a seguir. Destaca-se que, para os valores computados, não foram consideradas as respectivas depreciações.

**Bens de Uso Especial – Composição****R\$ mil**

	31/12/2019	31/12/2018	%
Fazendas, Parques e Reservas	8.125.897	7.995.586	
Terrenos, Glebas	279.868	259.580	
Aquartelamentos	484	484	
Edifícios	104.474	104.474	
Complexos, Fábricas e Usinas	80	80	
Imóveis Residenciais e Comerciais	907.506	907.506	
Aeroportos, Estações e Aeródromos	49.873	49.846	
Outros Bens Imóveis Não Registrados	78.357	78.555	
<b>TOTAL</b>	<b>9.546.538</b>	<b>9.396.110</b>	<b>1,60%</b>

Fonte: SIAFI/GERENCIAL/2018/2019

Tabela 46

**Depreciação**

A partir do exercício de 2010, passou-se a realizar a depreciação dos bens adquiridos, cujos valores são registrados mês a mês, após os cálculos realizados manualmente por meio de planilhas em Excel, utilizando-se os seguintes critérios: (1) a depreciação é efetuada a partir do mês seguinte da aquisição, e o registro no SIAFI é realizado na conta correspondente ao bem adquirido, na unidade gestora contratante; (2) é utilizado o método de depreciação linear; (3) vida útil mensal; e (4) taxas definidas conforme Macrofunção SIAFI 020330.

A conta do Imobilizado apresenta um saldo de R\$ 9.616.574 mil, sendo que R\$ 130.272 mil de Bens Móveis, os quais foram depreciados no valor de R\$ 36.716 mil, o que equivale a 28,20% do total dos Bens Móveis, e R\$ 9.576.279 mil de Bens Imóveis, os quais foram depreciados no valor de R\$ 53.260 mil, equivalente a 0,55% do total dos Bens Imóveis.



### Passivo Circulante – Obrigações Trabalhistas a Curto Prazo

A conta Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar apresenta um saldo de R\$ 28.543 mil. Deste valor, 80,50% corresponde a Salários, Remunerações e Benefícios, no valor de R\$ 22.965 mil, e foi regularizada em janeiro de 2020, com o pagamento da folha e os devidos recolhimentos.

### Passivo Circulante – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Ao final do exercício, a Conta de Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo apresentam um saldo de R\$ 2.466 mil, observando-se um decréscimo de 21,60% em relação ao exercício anterior, no valor de R\$ 3.145 mil.

A totalidade dos Fornecedores de Contas Pagar de Curto Prazo refere-se aos Fornecedores Nacionais.

### Obrigações Contratuais

Em 31/12/2019, o ICMBio (Órgão 44207) apresentou um saldo de R\$ 105.594 mil, referente à execução de obrigações contratuais, o que significa decréscimo de 80% em relação ao exercício anterior, conforme é demonstrado na tabela a seguir, cujos valores são apresentados segregando as obrigações de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

#### Obrigações Contratuais – Composição

R\$ mil

Natureza do Contrato	31/12/2019	31/12/2018	%
Serviços	80.875	504.227	
Aluguéis	23.364	31.956	
Fornecimento de Bens	1.054	601	
Seguros	302	602	
Demais	0,00	40	
<b>TOTAL</b>	<b>105.594</b>	<b>537.425</b>	<b>-80</b>

Fonte: SIAFI/GERENCIAL/2018/2019

Tabela 47

### Obrigações Contratuais

#### Composição – Exercícios 2019 e 2018

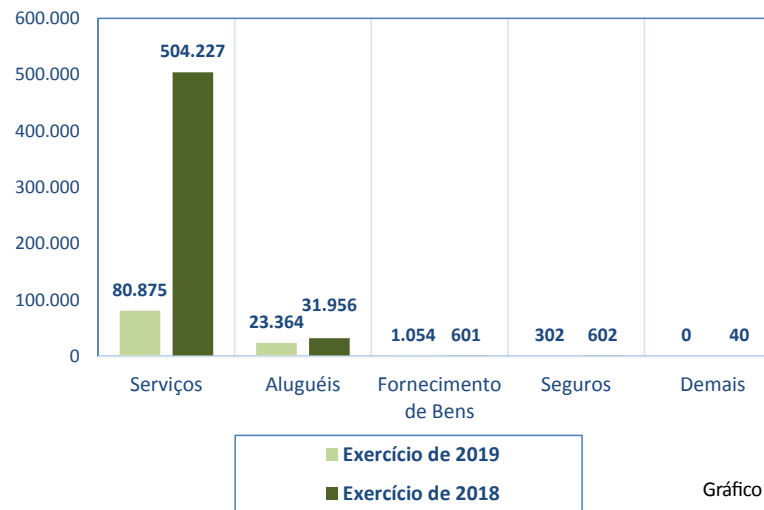


Gráfico 45

Observa-se que as obrigações contratuais relacionadas com contratos de serviços representam a maior parte das obrigações assumidas pelo Órgão ao final de 31/12/2019, correspondendo a 77% do valor total do exercício.

Em relação ao exercício anterior, verifica-se que houve um decréscimo significativo de 80% dos valores registrados, correspondente, sobretudo, a ajustes de contas de contratos, cujos registros não guardavam a devida proporção com os respectivos contratos, em decorrência de sub-rogação de contratos, como também devido a valor registrado com incorreção. Tal fato foi motivo de reavaliação dos valores ainda em aberto para registro nas respectivas contas contratuais das respectivas unidades gestoras executoras, sendo que apenas a unidade gestora executora da Sede do Instituto não teve todas as suas contas revistas, processo que continua sendo executado em 2020.

### Passivo Circulante – Demais Obrigações a Curto Prazo

O valor registrado na conta Demais Obrigações a Curto Prazo, no valor de R\$ 93.736 mil tem sua maior representatividade em Precatórios de Terceiros, no valor de R\$ 83.100 mil, correspondendo a 88,70% do total da conta. A seguir, é demonstrada a origem dos valores registrados na conta de Precatórios de Terceiros.

Os registros de precatórios foram efetuados na unidade gestora executora 443032 – ICMBio Sede (Seccional Orçamentária, Financeira e Contábil) e são originários de lançamentos efetuados pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, cujos registros são identificados na tabela a seguir.

R\$ mil

218911300 – PRECATÓRIOS DE TERCEIROS			
UG/GESTÃO EMITENTE	ÓRGÃO	DOCUMENTO HÁBIL	VALOR
090049/00001	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO	2019PA000477	80.942
090049/00001	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO	2019PA000516	2.158
<b>TOTAL</b>			<b>83.100</b>

Fonte: SIAFI/GERENCIAL/2019

Tabela 48

Importa acrescentar que, em relação aos precatórios, houve ainda registro na unidade gestora executora 443032 – ICMBio Sede (seccional orçamentária, financeira e contábil) do valor de R\$ 188mil de precatórios de pessoal, originários de lançamentos efetuados pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região/PR e Tribunal Regional Federal da 4ª Região/Prec., cujos registros são identificados na tabela a seguir.

R\$ mil

211110300 – PRECATÓRIOS DE PESSOAL			
UG/GESTÃO EMITENTE	ÓRGÃO	DOCUMENTO HÁBIL	VALOR
090048/00001	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REG.-PR.	2019PA000692	114
090051/00001	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 4ª REGIAO-PREC	2019PA00230	74
<b>TOTAL</b>			<b>188</b>

Fonte: SIAFI/GERENCIAL/2019

Tabela 49

### Patrimônio Líquido

O resultado do Patrimônio Líquido, de R\$10.076.424 mil, tem a sua representatividade garantida pelo Imobilizado do Instituto, já que este, no valor de R\$ 9.616.574 mil, corresponde a 95,40% do Patrimônio Líquido.

O valor do Patrimônio Líquido do exercício supera em 6,70% o do exercício anterior, no valor de R\$ 9.440.700 mil.

### Composição do Patrimônio Líquido

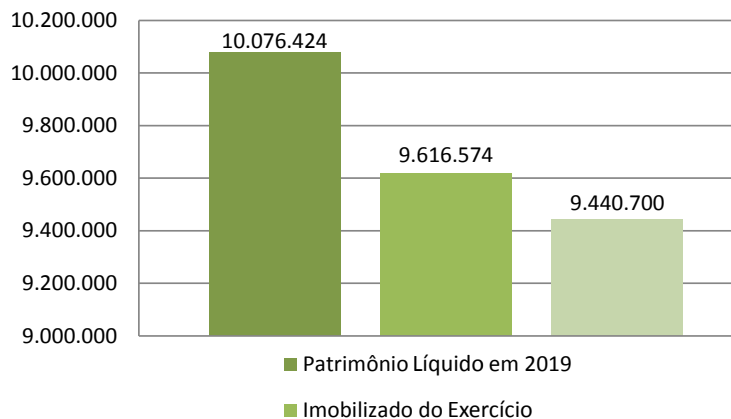


Gráfico 46

## Demonstrações das Variações Patrimoniais

### Variações Patrimoniais Aumentativas – Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos

A conta Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos apresenta um saldo de R\$ 131.022 mil, sendo que, deste, o valor de R\$ 130.959 mil refere-se à Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços, decorrente de arrecadação de receitas realizadas no exercício, correspondendo a 99,95% da conta em destaque.

Com relação ao saldo de R\$ 523.968 mil da conta Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivo, destaca-se o saldo de R\$ 238.562 mil, relativo a Ganhos com Incorporação de Ativos, correspondendo a **54,12%** da conta em destaque.

### Variação Patrimonial Aumentativa – Exercícios

Especificação	R\$ mil	
	2019	2018
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	131.022	84.742
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivo	523.968	77.295

Tabela 50

### Variação Patrimonial Aumentativa

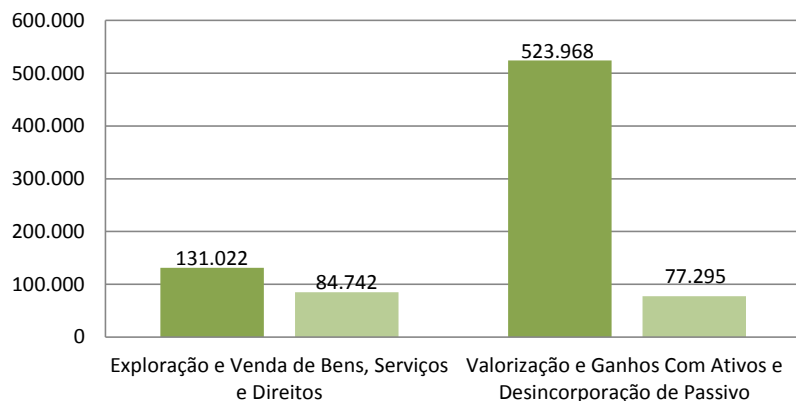


Gráfico 47

## Normas Legais e Normas Técnicas

### Normas Legais

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967
Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986
Decreto nº 825, de 25 de maio de 1993
Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998
Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001
Portaria STN nº 833, de 16 de dezembro de 2011
Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 2019 – MCASP

### Normas

NBC T 16.1	Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação
NBC T 16.2	Patrimônio e Sistemas Contábeis
NBC T 16.3	Planejamento e seus Instrumentos Sob o Enfoque Contábil
NBC T 16.4	Transações no Setor Público
NBC T 16.5	Registro Contábil
NBC T 16.6	Demonstrações Contábeis
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.8	Controle Interno
NBC T 16.9	Depreciação, Amortização e Exaustão
NBC T 16.10	Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público
NBC T 16.11	Informação de Custos do Setor Público

### Técnicas Contábeis

- Escrituração Contábil
- Elaboração de Demonstrações Contábeis
- Análise das Demonstrações contábeis

Tabela 51

## Competências

Competências da Contabilidade	
Competência	Descrição da Competência
Demonstrações Financeiras/Contábeis	Registrar, no SIAFI, as regularizações de eventuais inconsistências contábeis, dentro dos prazos estabelecidos na Macrofunção SIAFI 021006 – Manual de Regularizações Contábeis
Notas Explicativas	Incluir trimestralmente, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI Web, as informações contábeis relativas às Notas Explicativas referentes às Demonstrações Contábeis do ICMBio, de acordo com o Normativo Passo a Passo Inclusão de Nota Explicativa no SIAFI Web, e outras normas vigentes
Conformidade de Registro de Gestão	Verificar, no SIAFI, o registro da conformidade de Registro de Gestão das Unidades Gestoras do ICMBio, considerando as orientações e os prazos estabelecidos na Macrofunção SIAFI 020314 – Conformidade de Registro de Gestão – Manual SIAFI
Conformidade Documental	Acessar os processos no Sistema Eletrônico de Informações – SEI e os documentos hábeis no SIAFI Web, a fim de verificar as apropriações/liquidações das Notas Fiscais/Faturas antes e depois dos pagamentos dos contratos celebrados, folha de pagamento, ressarcimento, dentre outros, conforme Macrofunção SIAFI 020314 – Conformidade de Registro de Gestão – Manual SIAFI
Orientação Técnica	Orientar e apoiar tecnicamente os ordenadores de despesa e responsáveis por bens, direitos e obrigações da União ou pelos quais responda, conforme disposição dos normativos vigentes

Competências da Contabilidade	
Competência	Descrição da Competência
Conformidade Contábil	Registrar, no SIAFI, a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores despesa e responsáveis por bens públicos das unidades gestoras, em consonância com a Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil – Manual SIAFI Web e as demais normas vigentes
Cadastro e Habilitação de Senhas	Cadastrar e habilitar, no SIAFI e no Sistema de Convênios – Siconv, os usuários dos sistemas estruturantes, conforme Instrução Normativa nº 03, de 23/05/2001, e Portal Convênios, do Ministério do Planejamento
Suporte Contábil	Dar suporte, conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, às unidades gestoras nos quesitos relativos a fatos contábeis e apropriações das Notas Fiscais/Faturas
Informações Contábeis	Elaborar, pelo SIAFI Web, relatórios, visando atender às demandas relativas às informações contábeis
Prestação de Contas	Analisar, conforme normas vigentes, a prestação de contas de suprimento de fundos, convênios, termo de execução descentralizada, termos de compromisso de recursos de compensação ambiental e demais processos que envolvam aplicação de recursos da administração pública

Competências da Contabilidade	
Competência	Descrição da Competência
Confecção do Cartão de Suprimento de Fundos	Solicitar, junto ao Banco do Brasil, o Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF dos agentes supridos
Análise de Reconhecimento de Dívida	Verificar os processos de ressarcimento de despesa (reconhecimento de dívida) a serem submetidos à aprovação do ordenador de despesas, conforme Macrofução 021140 – Reconhecimento de Passivos, e demais normativos vigentes
Declarações	Encaminhar, conforme o Programa Gerador da Declaração – PGD e o Programa Gerador da Derc PGD e as normas vigentes, a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte – Dirf e a Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais – Derc, à Receita Federal do Brasil
Relatório de Gestão	Levantar informações contábeis para subsidiar o Relatório de Gestão, conforme orientações do Tribunal de Contas da União e normas vigentes (notas explicativas às demonstrações contábeis, declaração do contador, dentre outras informações pertinentes)
Receita Federal do Brasil – Pendências	Atender às demandas relativas à Receita Federal do Brasil quanto aos registros (declarações, certidões, regularização de CNPJ, etc.) do ICMBio, visando à regularização de eventuais pendências
Análise de Documentos	Analisar documentos do SEI, no sentido de subsidiar processos decisórios, considerando os prazos e as normas vigentes

Tabela 53

## Regimento Interno

Portaria nº 1.162/018 – Aprova o Regimento Interno do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Art. 52. À Coordenação de Contabilidade – CONT compete:

I – monitorar as atividades relacionadas aos sistemas federais de orçamento, administração financeira e contabilidade;

II – orientar, coordenar, controlar e promover a execução das atividades relativas à execução contábil, efetuando, quando necessário, os registros contábeis das unidades gestoras jurisdicionadas;

III – executar as atividades inerentes ao acompanhamento e orientação contábil das unidades gestoras jurisdicionadas, assim como realizar a análise dos balanços, balancetes e demais demonstrações contábeis;

IV – verificar a conformidade de registro de gestão efetuada pelas unidades gestoras jurisdicionadas;

V – analisar, verificar e proceder à conformidade contábil dos registros dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras jurisdicionadas;

VI – elaborar as prestações de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e as tomadas de contas de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário;

VII – analisar as prestações de contas de convênios e similares, de termo de execução descentralizada, dos recursos da compensação ambiental, de concessão de suprimento de fundos e demais processos que envolvam aplicação de recursos pelo Instituto Chico Mendes;

VIII – propor adoção de providências de responsabilização dos agentes públicos, com base em indícios de ilegalidade e/ou irregularidades apuradas, comunicando às autoridades competentes;

IX – prestar apoio técnico aos ordenadores de despesas e responsáveis por bens, direitos e obrigações da União ou pelos quais responda, no âmbito do Instituto Chico Mendes;

X – acompanhar e identificar depósitos efetuados na Conta Única do Tesouro Nacional;

XI – elaborar as máscaras e notas explicativas das demonstrações contábeis trimestrais para registro no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e encaminhar à Setorial de Contabilidade de órgão superior;

XII – efetuar a conformidade documental nos processos relativos às apropriações pré e pós-pagamentos; e

XIII – encaminhar a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte – Dirf e a Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais – Derc correspondente ao exercício financeiro à Receita Federal do Brasil.

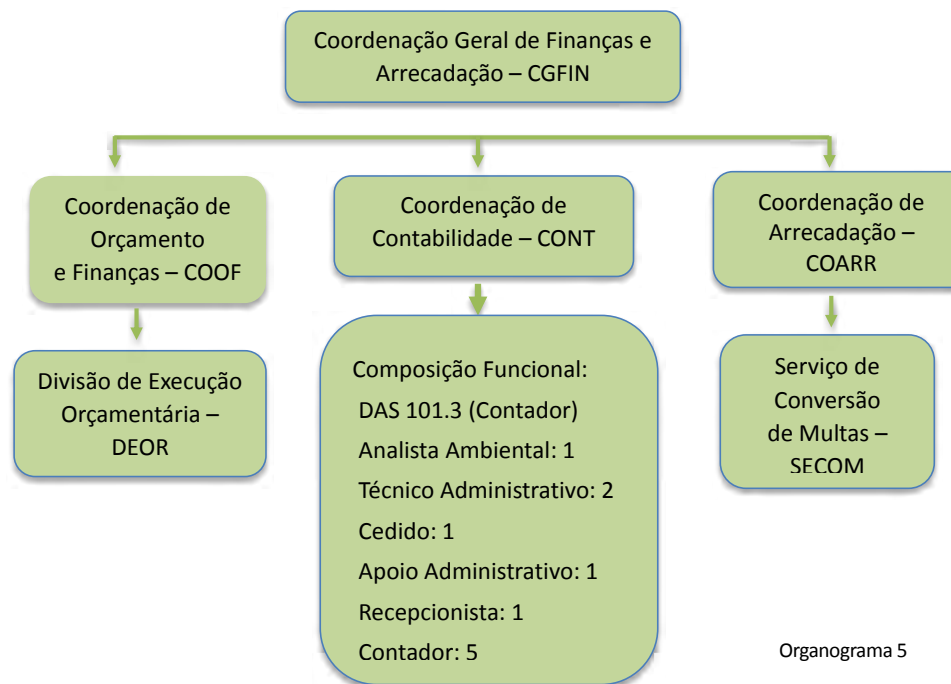
## Estrutura

A Coordenação de Contabilidade – CONT é parte integrante da estrutura da Coordenação Geral de Finanças e Arrecadação – CGFIN da Diretoria de Planejamento, Administração e Logística – DIPLAN do ICMBio.

O Organograma, a seguir, demonstra a estrutura hierárquica subordinada à CGFIN, composta das Coordenações de Orçamento e Finanças – COOF, Coordenação de Contabilidade e Coordenação de Arrecadação – COARR.

No que se refere à Coordenação de Contabilidade, é destacado, ainda, o número de servidores e colaboradores que integram sua composição funcional.

## Organograma CGFIN



Organograma 5

## Composição da Coordenação de Contabilidade

### Servidores

Nome	Cargo	Período de Atuação
Maria da Conceição Barreto de Matos CRC nº DF-011382/O-0	Coordenadora (*)	01/01 a 31/12/2019
Larissa Wanessa Medeiros de Oliveira	Analista Ambiental	01/01 a 31/12/2019
Vera Lúcia Wegner	Técnico Administrativo	01/01 a 31/12/2019
Kelly Penha Cardozo da Silva	Técnico Administrativo	01/01 a 31/12/2019
Eunice Silva Torres	Digitador (Cedido)	01/01 a 31/12/2019

(\*) A Coordenadora de Contabilidade é também, por designação formal, Responsável Titular da Contabilidade do ICMBio.

Tabela 54

**Terceirizados**

Nome	Função	Período de Atuação
Abadia Márcia Cunha	Contador CRC DF 2423	01/01 a 31/12/2019
Adriana Pessoa de Castro Coelho	Contador CRC DF 024230/O-5	01/01 a 31/12/2019
Alair Araújo dos Santos	Contador CRC DF 015488/O-7	01/01 a 31/12/2019
Ednaldo José da Silva	Contador CRC DF 016655/O-1	01/01 a 31/12/2019
Nara Cristina da Silva	Contador CRC DF 020669/O-3	01/01 a 31/12/2019
Oswaldo de Souza Menezes	Apoio Administrativo	01/01 a 31/12/2019
Guilherme Rocha Botelho Reis	Recepcionista	01/01 a 31/12/2019

Tabela 55

**Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas**

Balanço Orçamentário

Balanço Financeiro

Balanço Patrimonial

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração das Variações Patrimoniais

Notas Explicativas

Tabela 56

**CONCLUSÕES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE (INTERNO E EXTERNO)**

No exercício de 2019, foi realizada auditoria pela Controladoria Geral da União – CGU sobre o processo de prestação de contas do ICMBio.

O escopo do trabalho, acordado com a Secex Agroambiental do Tribunal de Contas da União a partir dos itens constantes do Anexo II à Decisão Normativa – TCU nº 172/2018, foi o seguinte:

- avaliação, considerando a natureza jurídica e o negócio da Unidade Prestadora da Conta – UPC, da conformidade das peças exigidas nos incisos I, II e III do art. 13 da IN nº TCU 63/2010, com as normas e orientações que regem a elaboração de tais peças;
- avaliação da governança do programa de concessão de serviços de apoio ao uso público nas unidades de conservação;
- avaliação da regularidade dos processos de contratação realizados por meio de adesão à Ata de Registros de Preços;
- avaliação da governança em tecnologia da informação;
- monitoramento das recomendações CGU referentes aos temas: regularização dos imóveis localizados em UCs que estavam sob a posse do IBAMA; compensação ambiental e processo de criação e ampliação de unidades de conservação;
- conformidade do registro e conformidade contábil; e
- avaliação da implementação da Política de Gestão de Riscos e do Programa de Integridade.

O relatório com as conclusões da CGU está [aqui](#).

Das avaliações da CGU, resultaram as seguintes recomendações, que estão sendo tratadas no âmbito de cada uma das Diretorias responsáveis, com monitoramento a ser realizado pela Auditoria Interna no Instituto no exercício de 2020:

- elaborar documento estratégico que estabeleça objetivos, metas, indicadores e diretrizes para o Programa de Concessão de Serviços de Apoio ao Uso Público nas Unidades de Conservação, envolvendo o Ministério do Meio Ambiente no processo de elaboração, de modo a definir seu papel no programa;
- estabelecer planos operacionais que definam ações prioritárias e indiquem metas de curto e médio prazo, bem como um cronograma de implementação e fontes de financiamento para o Programa de Concessão de Serviços de Apoio ao Uso Público nas Unidades de Conservação;
- elaborar Regimento Interno ou outros atos normativos que disciplinem o funcionamento do Comitê Especial de Concessões e das Comissões de Fiscalização e Acompanhamento;
- avaliar a possibilidade de inserir, nos próximos contratos de concessão, a obrigação contratual de disponibilização de sistema de atendimento físico e eletrônico ao visitante, e uma ouvidoria para apurar reclamações relativas aos serviços prestados pelas concessionárias; e
- realizar o mapeamento das competências dos servidores designados para o monitoramento dos contratos de concessão e, com base nesse mapeamento, elaborar um plano de capacitação e implementá-lo.

Constava no escopo da auditoria sobre o processo de prestação de contas do ICMBio a avaliação da implementação da Política de Gestão de Riscos e do Programa de Integridade do Instituto, trabalho que foi realizado pela Auditoria Interna do ICMBio, com inclusão das recomendações no Relatório da CGU. O resultado dessa avaliação consta do Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT de 2019, a ser disponibilizado como peça complementar ao Relatório de Gestão no E-Contas.

Com relação às recomendações e determinações do Tribunal de Contas da União, foram exarados em 2019 os seguintes acórdãos endereçados ao ICMBio, dentre outros destinatários, cujas determinações também serão monitoradas em 2020 pela Auditoria Interna:

- Acórdão 2789/2019 – Assunto: auditoria que teve por objeto avaliar o modelo de operação da tecnologia da informação do Poder Executivo Federal, materializado no Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – Sisp.
  - o Item 9.1.7: em conjunto com a Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, avaliar a conveniência e oportunidade de avaliar se a proporção entre os servidores de TI e os servidores totais está comprometendo a regular operação do setor de TI e o processo de transformação digital, adotando, em caso positivo, medidas para contornar essa situação, em alinhamento com o Decreto nº 7.579/2011, arts. 2º, IV, e 6º, I.
- Acórdão 2741/2019 – Assunto: representação da empresa M2RE Comércio de Eletrônicos Ltda. ME (CNPJ 26.303.433/0001-00).
  - Item b: dar ciência ao ICMBio, com fundamento no art. 7º da Resolução – TCU nº 265/2014, sobre a seguinte impropriedade, identificada no Pregão Eletrônico 12/2019, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes: recusa indevida de intenção de recurso, contrariando o entendimento de que, ao efetuar o juízo de admissibilidade de um recurso, devem ser analisados pelo pregoeiro, tão somente, os pressupostos recursais, quer sejam, a sucumbência, a tempestividade, a legitimidade, o interesse e a motivação, conforme ampla jurisprudência deste Tribunal, a exemplo dos Acórdãos 2.564/2009, 339/2010, 1.462/2010 e 3.381/2013, todos do Plenário deste Tribunal, bem como contrariando o item 11.2.1 do edital do referido certame.



- Acórdão 12.530/2019 – Assunto: prestação de contas ordinárias dos gestores do ICMBio relativas ao exercício de 2015.
  - Item 9.6: determinar que o ICMBio adote as medidas cabíveis para promover o desconto em folha de pagamento para a dívida fixada por este Acórdão em desfavor de Anna Flávia de Senna Franco, nos termos do art. 28, I, da Lei nº 8.443, de 1992, em face da eventual manutenção de vínculo atual como servidora federal regida pela Lei nº 8.112, de 1990, diante do não atendimento à notificação para o recolhimento da referida dívida.

*Observação Auditoria Interna – a servidora citada não pertence ao quadro de efetivos do ICMBio, não sendo possível realizar o desconto em folha de pagamento. Foi endereçado ofício ao atual órgão de lotação da servidora, informando da necessidade de se efetuar o desconto, conforme determinação do TCU.*

  - 9.7: determinar, nos termos do art. 16 da Lei nº 8.443, de 1992, que, nas futuras contratações, o ICMBio abstenha-se de promover a adesão à ata de registro de preços, como ocorrido na adesão à Ata de Registro de Preço nº 73/2014 do TSE, diante das falhas de planejamento, da não comprovação da vantagem econômica da subsequente contratação, da diferença entre os ambientes computacionais das unidades e da incompatibilidade entre os serviços previstos na ata e as reais necessidades do ICMBio, em desacordo, por exemplo, com as orientações indicadas pelos arts. 4º e 9º, § 2º, da então vigente IN SLTI-MP nº 4, de 2014, e com os ditames do art. 22 do Decreto nº 7.892, de 2013.
- Acórdão 8179/2019 – Assunto: processo de aposentadoria.
  - 1.7.1: Determinar ao Instituto Chico de Conservação da Biodiversidade que, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa TCU nº 78/2018, disponibilize para exame do Controle Interno, via e-Pessoal, no prazo de 15 (quinze) dias, os atos referentes às pensões civis eventualmente instituídas pelos ex-servidores arrolados neste processo, em particular aqueles de interesse da sra. Eleziete da Conceição Ferreira Vasconcelos, qualificada como viúva do sr. Elmice da Costa Vaconcelos, e da sra. Mariana de Souza Pereira dos Santos, qualificada como filha do sr. João Apolinário dos Santos, sob pena de aplicação aos responsáveis das penalidades previstas na Lei nº 8.443/1992.
- Acórdão de relação 1587/2019 – Assunto: monitoramento do Acórdão 1.996/2008.
  - 1.7.1: determinar ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade que informe o TCU sobre a efetiva implementação do plano de manejo em cumprimento ao Acórdão 1.025/2010-Plenário, no prazo de 365 dias, contados da ciência deste Acórdão.

